

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

No dia 14 de Maio, o Comité Central do PCP realizou uma reunião plenária onde analisou a situação política e aprovou o importante documento **Por uma Política Democrática e Patriótica** onde se propõe às forças democráticas e ao Povo português uma plataforma condensada em **10 Pontos-Programa**.



Um aspecto da reunião do Comité Central realizada no passado dia 14, no Centro de Trabalho Vitória



© PCP aparece aos olhos dumha parte considerável do Povo português como o partido cuja contribuição é indispensável para fazer Portugal sair da crise e para resolver os problemas nacionais. Aparece como o partido da liberdade, da democracia, da independência nacional, do socialismo.

O PCP continua unido, firme, aberto ao diálogo e confiante.

Do documento «Por uma Política Democrática e Patriótica»

A análise do PCP

- O Povo português e o regime democrático defrontam dois perigos fundamentais: a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do Governo PS/CDS e as actividades desestabilizadoras, conspiratórias e golpistas das forças fascistas e fascizantes actualmente polarizadas em torno da coligação MIRN/Kaulza — PPD/Sá Carneiro.
- A política do Governo PS/CDS não conduz à solução mas ao agravamento dos problemas económicos e financeiros e comporta graves perigos para o regime democrático.
- Os acordos com o FMI significam uma capitulação face ao imperialismo e a adopção de uma política contrária aos interesses do País.
- A evolução da situação económica e política está a provocar uma nova arrumação das forças sociais e políticas, pelo que os limites dos partidos políticos deixaram de coincidir com os limites dos interesses de classe e com os limites dos sistemas de alianças.
- A unidade de democratas de todas as tendências nas diversas frentes de luta com os mais diversos objectivos e nas mais diversas organizações é uma tarefa fundamental permanente e implícita em toda a acção política e em toda a luta popular.

As propostas do PCP

- Com vista a preparar as condições para uma alternativa democrática para a política actual, o PCP propõe às forças democráticas e ao Povo português uma plataforma condensada em 10 Pontos-Programa:
 - 1.º Respeito, defesa e estabilidade das instituições democráticas e do regime democrático consagrado na Constituição.
 - 2.º Garantia efectiva do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional.
 - 3.º Defesa intransigente da unidade nacional e da integridade territorial.
 - 4.º Manutenção, sem alterações, dos limites entre as várias formações económicas.
 - 5.º Mobilização dos recursos e energias nacionais para a saída da crise.
 - 6.º Austeridade e poupança de recursos.
 - 7.º Defesa e melhoria do nível de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias.
 - 8.º Reforma do ensino para a democracia e o progresso social e promoção de uma política cultural ao serviço do povo.
 - 9.º Unidade das forças armadas e estabilidade militar.
 - 10.º Diversificação das relações externas de amizade e cooperação com todos os países e povos.
- O PCP propõe o diálogo, a aproximação e o entendimento de democratas das mais variadas tendências com a perspectiva da criação de um **bloco democrático e patriótico** com a participação de partidos, organizações, sectores e democratas individualmente considerados que compreendam a necessidade de uma política de saída da crise, de defesa da democracia e da independência nacional.

Em suplemento de 4 páginas dobrável, publicamos o texto integral do documento do Comité Central, bem como a reportagem da Conferência de Imprensa realizada na segunda-feira sobre as decisões tomadas na reunião do CC



Da esquerda para a direita, os camaradas Jorge Araújo, do Secretariado do CC, Aurélio Santos, do CC, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, durante a conferência de Imprensa

O PCP e a política de informação

O Partido Comunista Português analisou o «Projecto de Bases Gerais da Política de Informação» da Secretaria de Estado da Comunicação Social. Reconhecendo embora que tal documento representa um relativo progresso em relação a anteriores concepções e propostas governamentais para o sector da comunicação social, o PCP considera que tal projecto apresenta ainda numerosas deficiências, lacunas, ambiguidades e incorrecções e está por isso ainda longe de corresponder às exigências de uma informação ao serviço do povo português, da democracia e da independência nacional e de reelectir, em termos aceitáveis, as preocupações e reivindicações que os trabalhadores do sector e as suas organizações representativas têm manifestado e apresentado.

O PCP considera que o referido projecto contém princípios, objectivos gerais e formulações, cujo carácter democrático e constitucional não sofre contestação. O PCP faz notar no entanto que muitos deles estão em contradição flagrante com a prática concreta do Governo e até mesmo com outros princípios, concepções e intenções que o «Projecto» manifesta, de forma expressa ou por significativas omissões.

2. O PCP não hesita em manifestar-se de acordo com as preocupações

reveladas no «Projecto» quanto à defesa da ordem democrática, mas faz notar que tais preocupações se ficam pela afirmação vaga da vontade de apressar o funcionamento do aparelho judicial no julgamento dos delitos de imprensa, sem que ao menos se afirme a vontade política de combater a propaganda fascista. O PCP reconhece de igual modo, no «Projecto» agora em discussão, afirmações de um certo respeito pelo direito ao trabalho, mas faz notar que com tais «Bases Gerais» não só não se garante plenamente esse direito, como se revela prevalecerem ainda concepções que não conseguem encarar a necessária reestruturação dos meios de comunicação social sem ser à custa de despedimentos. Da mesma forma, as preocupações manifestadas no «Projecto», ainda que muito timidamente, de dar execução ao princípio constitucional da audição dos trabalhadores e suas organizações representativas, são desmentidas quanto ao próprio «Projecto» que ignora as funções atribuídas pela Lei de Imprensa aos Conselhos de Redacção e o princípio constitucional do controlo de gestão.

Entre muitas outras deficiências e erros de orientação, que numa apreciação na especialidade deste «Projecto» não deixará de apresentar, o PCP sublinha desde já algumas que se revelam de maior gravidade e consequências, como sejam a não diferenciação dos proble-

mas dos meios de comunicação social pertencentes ao Estado e dos que são propriedade de empresas privadas, a ausência de garantia quanto à irreversibilidade do sector nacionalizado e quanto à não alienação do património das empresas públicas do sector, a indefinição quanto à situação actual e ao futuro das empresas intervenionadas, a ausência de referências expressas e medidas de combate à imprensa fascista, a abertura a despedimentos colectivos, o não reconhecimento da intervenção organizada dos trabalhadores através dos Conselhos de Redacção e do exercício do controlo de gestão.

3. Um «Projecto de Bases Gerais da Política de Informação» deverá, no entender do PCP, estabelecer uma clara diferenciação entre os meios de comunicação social pertencentes do Estado e os pertencentes a entidades privadas. Tal diferenciação — imposta aliás pelos Artigos 39.º, n.º 2 e 39.º da Constituição e pelo Artigo 9.º da Lei da Imprensa — deverá manifestar-se em dois planos:

a) na própria orientação e conteúdo da informação veiculada. A este respeito é de sublinhar que se os meios de comunicação social privados devem respeito à Constituição, não pode deixar de se entender que ao sector público cabe o desempenho de um papel activo na realização dos objectivos constitucionais e na

defesa dos valores que a Constituição consagra;

b) na gestão e apoio às empresas de comunicação social. Neste aspecto há também que distinguir a diferente situação e respectivos regimes consoante se trate do sector público ou privado. Quanto ao primeiro, cabem ao Estado particulares responsabilidades decorrentes, desde logo, do facto dos respectivos conselhos de gestão serem providos por nomeação governamental. Também das diferentes estatutos decorre, logicamente, que não poderão ser uniformizados os instrumentos e formas de apoio e auxílio económico e financeiro, devendo distinguir-se as responsabilidades do Estado em relação às empresas nacionalizadas, nomeadamente estudando a possibilidade de consolidação dos passivos, e o apoio do Estado às empresas jornalísticas privadas no quadro geral do apoio às empresas intervenionadas, entendendo o PCP ser prioritário definir com clareza a sua situação presente e futura e, em função de tal definição, estabelecer as formas adequadas e justas de apoio. Para o PCP é inadmissível, por exemplo, que se proceda à consolidação de passivos de empresas que, uma vez saneadas à custa do erário público, venham a ser entregues ao antigo patronato.

O PCP entende ainda ser inaceitável que os dinheiros

públicos e o Estado democrático subsidiem, de forma directa ou indirecta, a propaganda fascista. Dos esquemas de apoio estatal às empresas jornalísticas devem assim ser expressamente excluídas as publicações que defendem ou divulguem a ideologia e os valores do fascismo.

4. Tendo em vista, nomeadamente o disposto no Artigo 46.º da Constituição, não pode o «Projecto de Bases Gerais da Política de Informação» deixar de consagrar expressamente a proibição da difusão da ideologia e dos valores do fascismo, aliás já prevista na Lei dos Conselhos de Informação. Na realidade, não parecem suficientes para evitar a proliferação de publicações que veiculam aquela ideologia, condenada pela vontade e pela luta do povo português e banida pela Constituição, as simples e vagas referências à necessidade de defesa da ordem democrática. Se se toma de facto urgente a publicação de legislação que assegure um funcionamento pronto e eficaz do aparelho judicial no julgamento dos delitos de imprensa, não serão mecanismos processuais que poderão dar uma resposta adequada às formas directas e frontais de ataque à democracia portuguesa e à ordem constitucional que constituem os órgãos de propagação do fascismo.

O PCP reafirma, a este respeito, que o problema da

imprensa que divulga a ideologia e os valores do fascismo e do aspecto concreto do fascismo que é o separatismo, do colonialismo, do racismo, não pode ser separada do problema mais vasto que é o da existência das organizações fascistas que a «Constituição» justamente proíbe. A imprensa fascista não só resulta ela própria da existência de organizações fascistas, como é também um elemento que visa a dinamização da actividade combinada e organizada dos fascistas.

5. Embora, como se disse, no presente «Projecto» apareçam atenuadas certas concepções e orientações de feição autoritária, repressiva e contra os trabalhadores anteriormente manifestadas pelo Governo PS/CDS e pelo Governo PS, designadamente no famigerado «Projecto Roque Lino», ainda se revela a incapacidade de encarar soluções para os problemas sem ser à custa de pesadíssimos sacrifícios para os trabalhadores e de restrições aos seus direitos, designadamente do direito ao trabalho. O PCP faz notar que a este respeito o «Projecto» se fica pela afirmação da intenção de «manter o maior número de postos de trabalho», prontamente contrariada quando o próprio «Projecto» insiste na desumana e tecnocrática concepção da «existência de excedentes insusceptíveis de utilização na mesma ou em outras empresas», o que

significa ainda o frio e premeditado lançamento de trabalhadores no desemprego.

O PCP regista a este respeito, como positiva, embora insuficiente, a declaração de que eventuais decisões neste domínio só serão adoptadas depois de ouvidas as entidades representativas dos trabalhadores.

6. O PCP sempre se tem manifestado pela necessidade e urgência de uma profunda e efectiva reestruturação no campo da comunicação social, pela criação de condições para o exercício efectivo do direito de informar e de ser informado e para o desempenho da função social dos meios de comunicação, pela efectiva independência dos meios de comunicação social do Estado perante o Governo e a Administração Pública, pela publicação das Leis da Rádio e da Televisão e regulamentação do acesso aos tempos de antena e ao direito de resposta nestes meios de comunicação.

O PCP entende que a Constituição, os objectivos e preceitos constitucionais, deverão ser a linha-mestra de todas estas medidas que a democracia e os trabalhadores reclamam. As bases de uma política democrática de informação deverão pois assentar, como em todos os casos o determina a Constituição, na definição de uma orientação para o conteúdo dos órgãos de comunicação social que

defenda os princípios constitucionais, a liberdade, a democracia portuguesa e a independência nacional; na condenação expressa da difusão da ideologia fascista, dos seus valores, símbolos e personagens; na garantia efectiva da independência dos meios de comunicação perante os poderes político e económico, designadamente dos meios de comunicação pertencentes ao Estado perante o Governo e a Administração Pública; na possibilidade efectiva de expressão das diversas correntes democráticas de opinião e organizações sindicais e profissionais nos órgãos de comunicação do Estado; na firme defesa da irreversibilidade das nacionalizações, com manifesta e expressa impossibilidade de reprivatização, alienação ou de concessão a entidades privadas do todo ou de parte de empresas nacionalizadas; na garantia do direito ao trabalho e do respeito pelos direitos constitucionais da participação dos trabalhadores e do exercício do controlo de gestão.

É à luz destes princípios que uma reestruturação do sector da comunicação social poderá ser possível e eficaz, que uma política de informação poderá ser democrática e que a informação poderá ser posta ao serviço do povo português.

Liisboa, 12 de Maio de 1978
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Agenda

Dia 19, sexta-feira
Porto, às 21 e 30, no Pavilhão do Académico, comício no decurso do qual o camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, falará sobre a posição do nosso Partido face à actual situação política. No final, sessão de Canto Livre com vários artistas e a «Brigada Vítor Jara».

Dia 20, sábado
Vila do Conde, às 21 e 30 horas comício promovido pela Comissão Concelhia, no Cine-Teatro Neiva. Usará da palavra o camarada Carlos Costa da Comissão Política do Comité Central. • Aguias Santas (Matã), às 21 e 30, sessão de esclarecimento na Associação Recreativa Festiva de Brás Oleiro, com o camarada Avelino Gonçalves, membro suplente do Comité Central. • Custóias, às 15 e 30, no âmbito da campanha de fundos para a aquisição de um Centro de Trabalho da Comissão Concelhia de Matosinhos, realiza-se um convívio na sede do rancho de Custóias. • Mexilhoira da Carregação, (Portimão) sessão de esclarecimento com a camarada Zita Seabra, do Comité Central. • Portimão, sessão de esclarecimento, à tarde, com o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central. • Albufeira, à noite, sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho com a camarada Zita Seabra, membro do Comité Central. • Faro, às 21 e 30 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Brito membro da Comissão Política do Comité Central, na Escola Preparatória Afonso III. No final haverá Canto Livre. • Boa Fé, festa popular integrada na Campanha dos 3 mil contos para a DORA. • Santana do Campo, festa de campo, com início no dia 21 às 15 e 30 horas com um camarada da Direcção da Organização Regional do Alentejo. • Foros, festa popular. • Santa Suzana, festa popular.

Dia 21, domingo
Fuseta (Olhão) sessão de esclarecimento, à tarde, na Escola Primária com a camarada Zita Seabra, do Comité Central. • Quarteira, almoço e sessão de esclarecimento com os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central, e Zita Seabra, do Comité Central. Organizado pela Comissão Concelhia de Loulé. • Évora, festa-convívio no Rossio do S. Brás; comício às 17 horas com o camarada Miguel Urbano Rodrigues. • Odemira, festa, com comício, no Miradouro do Castelo, às 17 horas, com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central. • Cartaxo, 1.ª Assembleia de encerramento, estará presente o camarada Joaquim Gomes membro da Comissão Política do Comité Central. • Baleizão, às 13 horas, homenagem a Catarina Eufémia, com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido.

Dia 24, quarta-feira
Azambuja, às 21 horas, «Festa da Unidade» no Celeiro do Largo do Estêrilo. • Estoril, às 21 e 15, sessão de esclarecimento no Pavilhão dos Congressos do Estoril, com a presença do camarada Manuel Pedro, do Comité Central, organizada pela Comissão Concelhia de Cascais.

- Domingo, comício com o camarada Álvaro Cunhal, em Baleizão, às 13 horas, de homenagem a Catarina Eufémia
- Amanhã, comício com o camarada Carlos Costa no Pavilhão do Académico, no Porto, às 21 e 30

Actividades do Partido

- Assembleia de Freguesia de Cadafels — Em 7 de Maio corrente realizou-se a 1.ª Assembleia de Freguesia de Cadafels do PCP, no Centro de Trabalho do Carregado. Esta assembleia vem na sequência do trabalho desenvolvido e a Comissão de Freguesia agora eleita é a terceira eleita pelos militantes locais, pois já em reuniões plenárias de militantes, no ano passado, se tinham levado a efeito discussões acerca das actividades e de problemas organizativos e eleitos organismos dirigentes.
- Entre delegados e convidados contaram-se 75 presenças durante os trabalhos, a que assistiram delegações de outras organizações do Partido.
- Aprovados por unanimidade o relatório e a composição da nova Comissão, sublinhou-se no final o aspecto muito positivo para a organização desta assembleia, que contribuiu para reforçar a consciência das dificuldades existentes e ganhar os militantes para uma maior participação na vida partidária.
- Festa nas Caldas da Rainha — Também em 7 de Maio realizou-se em Caldas da Rainha uma festa com o objectivo de angariar fundos para a compra do Centro de Trabalho do Partido naquela cidade. Durante a manhã foram vendidos produtos da Reforma Agrária e, após um piquenique, de tarde, actuaram dois camaradas acordeonistas e o conjunto «Rumo à Vitória». Encerrou a festa a intervenção, calorosamente saudada, do camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central.
- Festa da Amizade em Almada — Depois do êxito do ano passado em Almada, já começou o lançamento da segunda festa da Amizade. Assim, no passado domingo, perante uma assistência de muitas centenas de pessoas, promoveu-se uma festa-convívio na qual participaram Ary dos Santos, João Fernando, Jorge Letria, Júlia Babo e Carlos Paulo. Iniciou-se ainda a venda das PAs — «Porta Aberta», as quais dão entrada permanente durante os três dias da festa, que terá lugar nos dias 26, 27 e 28 de Maio corrente.
- Um debate sobre o «esquerdismo» — Em Aveiras-de-Cima, no passado dia 23 de Abril, realizou-se um encontro de quadros do concelho de Azambuja, para debate do «esquerdismo». Os camaradas José Casanova, do CC e da DORL e Martins Coelho, da DORL, presidiram à reunião que foi bastante viva e participada, encontrando-se presentes várias dezenas de militantes do concelho.
- São Domingos de Rana — Realizou-se, conforme estava anunciada, uma venda de produtos da Reforma Agrária, em três localidades da freguesia de São Domingos de Rana. Mais de um milhar de compradores acorrem às localidades de Tires, Matos Cheirinhos e São Domingos de Rana. À noite, na colectividade local, houve uma sessão de esclarecimento sobre problemas da Reforma Agrária, durante a qual usou da palavra o camarada Rogério Brito, da CRA.

Saudação do PCP aos camaradas da Grécia

Por ocasião do X Congresso do Partido Comunista da Grécia, que se iniciou na passada segunda-feira e onde o PCP foi representado pelo camarada José Bernardino, membro do Comité Central, o CC do PCP enviou ao CC do PCG a seguinte mensagem:

Queridos Camaradas:

Em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos da maioria da classe operária portuguesa, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o X Congresso do Partido Comunista da Grécia e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas, a classe operária e o povo trabalhador da Grécia.

Ao saudar o primeiro Congresso legal após a queda da ditadura fascista, os comunistas portugueses prestam homenagem a todos os combatentes caídos na luta pela liberdade, a todos os que estiveram encarcerados longos anos nas prisões fascistas para que o sol da liberdade raiasse na Grécia, bem como à batalha sem tréguas que o Partido Comunista da Grécia conduziu contra a ditadura, à frente da classe operária e das massas populares.

A queda da ditadura grega e a conquista da liberdade pelo povo grego, poucos meses após a revolução portuguesa iniciada a 25 de Abril de 1974, foram saúdas com particular carinho e entusiasmo por todo o povo português. A revolução portuguesa, a queda da ditadura grega, o fim do franquismo em Espanha são importantes acontecimentos que sendo fruto da luta dos respectivos povos, são simultaneamente expressão do avanço do processo revolucionário mundial.

Saudando os passos dados pelo Partido Comunista da Grécia, nas novas condições existentes no vosso país, para o reforço da sua acção e da sua influência, o Partido Comunista Português reafirma a sua solidariedade à luta que travais pela formação de uma larga frente anti-imperialista e antimonopolista, que abra caminho à conquista, pelo povo grego, das mais simples liberdades democráticas e contribua para a liquidação do poder económico da oligarquia local e dos monopólios estrangeiros. O PCP manifesta também o seu apoio à luta do PCG pela resolução dos conflitos existentes no Mediterrâneo, como o problema cipriota e a crise do Mar Egeu, que, aliados aos problemas existentes no Médio Oriente, constituem perigosos focos de tensão mundial, utilizados pelo imperialismo norte-americano para desenvolver «complots» e manobras contra os povos da região.

Queridos Camaradas, Grandiosas manifestações de massas marcaram em Portugal as comemorações do 4.º aniversário da Revolução de Abril e a jornada de unidade e luta convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional para assinalar o 1.º de Maio. A classe operária, os trabalhadores mostraram a sua firme determinação em defender as liberdades democráticas, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, preciosas conquistas saídas da Revolução de Abril, e reafirmaram

que, apesar das dificuldades, há forças suficientes para vencer as conspirações reaccionárias contra a «luz» e as instituições democráticas consagradas na Constituição portuguesa.

O PCP, defendendo consequentemente os interesses das massas trabalhadoras e as Conquistas da Revolução desenvolve simultaneamente a sua acção contra as conspirações reaccionárias e fascistas e contra a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista seguida pelo Governo de coligação do Partido Socialista com o Centro Democrático Social, partido da extrema-direita legal, procura contribuir para a solução da crise económica e dos problemas nacionais, luta pela unidade entre todas as forças sociais e políticas interessadas na defesa das instituições democráticas.

Queridos Camaradas, O Partido Comunista da Grécia, vanguarda revolucionária da classe operária da Grécia, pode sempre contar com a solidariedade internacionalista do Partido Comunista Português, na sua luta pela democracia, o progresso social, a paz e o socialismo.

Fazemos votos para que se continuem reforçando na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário os laços de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Grécia.

Viva o Partido Comunista da Grécia!
Viva o Internacionalismo Proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

Saudação do PCP aos camaradas da Suíça

Por ocasião do XI Congresso do Partido Suíço do Trabalho, o Comité Central do PCP enviou ao CCC do PST a seguinte mensagem:

Queridos Camaradas, O Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente o XI Congresso do Partido Suíço do Trabalho e, através dos seus delegados, todos os comunistas, as forças democráticas, a classe operária e o povo trabalhador da Suíça.

Seguimos e apoiamos a vossa luta para defender as liberdades constitucionais contra as investidas da grande burguesia para as restringir. Os comunistas portugueses são solidários com a luta dos comunistas suíços para impedir que sejam os trabalhadores a pagar a crise que, embora de maneira particular, também afecta grandemente a Suíça. O PCP tem igualmente grande apreço pela contribuição dada pelos comunistas suíços para o desanuviamento, no caminho aberto pela Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, e pela sua luta pelo desarmamento, pela paz e, em particular, contra o fabrico da bomba de neutrões.

Queridos Camaradas, Em Portugal, não obstante a ofensiva da direita no decurso dos dois últimos anos, para liquidar as Conquistas da Revolução de Abril, estas foram defendidas e mantidas no essencial. A unidade da classe operária tem-se reforçado. O movimento sindical alargou consideravelmente a sua influência. Forjou-se um poderoso movimento popular de massas no qual o PCP tem um destacado papel. As grandiosas manifestações realizadas recentemente em todo o país por ocasião das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio atestam a determinação e a confiança dos trabalhadores e das forças democráticas na defesa das Conquistas da Revolução.

O actual Governo de coligação entre o PS e o CDS, partido da extrema-direita legal, mostra-se incapaz de resolver os graves problemas nacionais. As forças da direita reaccionária estimuladas pela política do Governo empreendem manobras e acções desestabilizadoras que têm como objectivo liquidar o regime democrático.

Nestas condições o PCP ao mesmo tempo que denuncia e combate as forças reaccionárias e a política de recuperação capitalista do Governo procura encontrar saídas construtivas para os problemas nacionais e apontar uma alternativa democrática à actual política do Governo, assente no aproveitamento dos recursos humanos e num grande esforço patriótico que conte com a adesão criadora dos trabalhadores.

Fazendo frente à ofensiva da direita, o movimento popular de massas que se vem reforçando saberá defender com êxito as Conquistas de Abril consagradas na Constituição.

Queridos Camaradas, O PCP faz votos para que os trabalhos do Congresso e a ulterior aplicação das suas decisões sejam coroadas de sucesso.

Correspondendo aos interesses dos nossos dois Partidos e do Movimento Comunista Internacionalista, o PCP faz também votos para que se continuem a reforçar na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, as relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o Partido Suíço do Trabalho.

Viva o XI Congresso do Partido Suíço do Trabalho!
Viva o Marxismo-Leninismo!
Viva o Internacionalismo Proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

Distrito de Beja:	Comissão Dist. de Beja:	Comissão Dist. de Beja:	Comissão Dist. de Beja:
Aljustrel	9721\$70	Aljustrel	62092\$00
Alentejo	8450\$00	Beja	12724\$90
Beja	5925\$50	Castro Verde	6350\$00
Castro Verde	39950\$00	Cuba	7925\$00
Cuba	21405\$80	Ferreira do Alentejo	10220\$00
Ferreira do Alentejo	8765\$00	Moura	23035\$00
Moura	94154\$00	Odemira	3203\$00
Odemira	23848\$50	Ourique	24218\$50
Ourique	22428\$50	Serpa	600\$00
Serpa	600\$00	Vidigueira	24218\$50
Vidigueira	24218\$50	Total do Distrito	424129\$50
Total do Distrito	424129\$50	Distrito de Évora:	
Distrito de Évora:		Alandroal	24654\$50
Alandroal	24654\$50	Arraiolos	52791\$70
Arraiolos	52791\$70	Total do Distrito	326825\$30
Total do Distrito	326825\$30	Bobra	23277\$50
Bobra	23277\$50	Estremoz	32732\$50
Estremoz	32732\$50	Évora	249131\$00
Évora	249131\$00	Montemor	17578\$10
Montemor	17578\$10	Mora	45772\$20
Mora	45772\$20	Portel	15863\$50
Portel	15863\$50	Fedondo	23478\$20
Fedondo	23478\$20	Reguengos	46230\$00
Reguengos	46230\$00	Viana do Alentejo	133478\$50
Viana do Alentejo	133478\$50	Vendas Novas	115794\$30
Vendas Novas	115794\$30	Vila Viçosa	34817\$00
Vila Viçosa	34817\$00	Mourão	200\$00
Mourão	200\$00	Comissão Distrital	13200\$00
Comissão Distrital	13200\$00	Total do Distrito	845750\$10
Total do Distrito	845750\$10	Iniciativas da DORA	484745\$10
Iniciativas da DORA	484745\$10	Total da DORA	1645179\$00
Total da DORA	1645179\$00		

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Journal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Av. António Sérgio, 26-2.º Dt. — Lisboa-1, Tel. 769897.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. — Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt. — Lisboa-1, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: C.D.L. Central Distribuidora Livreira, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 3-A — Lisboa-1, Tel. 769744/769751. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa-1, Tel. 769705. Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 — Lisboa-2, Tel. 372238. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel. 28338. Casas de Venda: R. do Almada, 18-2.º Edo. — Porto, Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel. 28394. Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24594. Centro Distribuidor de Setúbal: Rua do Angola, 29-A — Setúbal, Tel. 29493. Centro Distribuidor do Alentejo: Alcorova de Bato, 13 — Évora, Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: C.D.L., Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa-1, Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 3-A — Lisboa-1, Tel. 41787. Compostos e Impressões: Heika Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora.

Tiragem média do mês de Abril: 83 937



Iniciativas no Algarve

Muitas actividades políticas e culturais tiveram lugar nos últimos dias no Algarve, integradas na campanha dos 500 contos. Em Faro, decorreu um canto livre na esplanada do Centro de Trabalho em que participaram Samuel e os Pioneiros e ao qual assistiram mais de 200 pessoas. Em Portimão, o camarada Vítor Neto, da SIP Central, participou num jantar de confraternização durante o qual 80 pessoas ouviram uma sua intervenção sobre a situação política. Em Albufeira, na Esplanada do Túnel, 200 pessoas participaram numa sessão de canto livre, que reuniu Samuel, Joaquim Rogério e o Grupo Folclórico Juvenil de Faro. Em Monchique, o mesmo programa reuniu uma centena de pessoas. Em São Bartolomeu de Messines, 200 pessoas participaram num piquenique e num concurso de pesca desportiva e assistiram a um canto livre.

A campanha da DORA sai para os campos!

Um novo arranque se dá nas iniciativas da Campanha que a DORA promove, visando atingir a breve prazo os três mil contos para a construção de um novo Centro de Trabalho.

Já mais de mil seiscientos e quarenta e cinco contos se registam, como se pode verificar nas vendas que hoje publicamos e que respeitamos às doas obtidas até 15 deste mês do Maio. Um Maio promissor, durante o qual as forças ao ar livre vão continuar. Convividos de comunistas e de outros democratas nas terras do Alentejo, festas culturais e outras iniciativas de massas, com um fim bem preciso: fortalecer o Partido dos trabalhadores.

Distrito de Portalegre

Alter do Chão	24725\$50
Aronches	667\$50
Aviz	104193\$50
Campo Maior	103529\$90
Elvas	2372\$00
Fronteira	8765\$00
Monforte	23035\$00
Nisa	333\$00
Portalegre	17292\$50
Ponte de Sor	74218\$50
Sousel	22428\$50
Comissão Distrital	600\$00
Total do Distrito	326825\$30

Um contrato com sete anos paralisa a construção civil

Apoiada em plénários distritais, decorre hoje à tarde uma paralisação nacional na construção civil. A política desastrosa do Governo, o boicote das associações patronais ao CCTV, o prémio das desinvenções a sabotadores e especuladores notórios leva os trabalhadores à greve. 200 mil operários lutam pela actualização salarial e por um contrato colectivo de trabalho que não é revisto desde 1971. Os últimos aumentos salariais datam de 1975. A crise do sector, que se degrada dia a dia, não merece do Governo a mínima atenção. O futuro de uma das maiores empresas do país, a J. Pimenta, apesar das repetidas propostas dos trabalhadores, continua por definir depois de o patrão a ter abandonado com 700 mil contos de dívidas.

A J. Pimenta é entretanto declarada pelo Conselho de Ministros «em situação económica difícil». Significa isso que se vai solucionar a crise? Não. Vão é aumentar os despedimentos. É pelo menos essa a intenção da medida: diminuir encargos despedindo. A essa solução se opõem os trabalhadores da empresa intervencionada desde 1975. Aos «recursos» que preparam o regresso do patrão sabotador, a CT da J. Pimenta, protestando contra as desinvenções escandalosas na Grão-Pará, Habitat, Seicla e Xavier de Lima, responde com uma série de medidas para a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores, dos promitentes compradores e fornecedores e para o saneamento financeiro da firma.

Num comunicado recente, os trabalhadores da J. Pimenta «exigem que os salários em atraso (4 meses) lhes sejam pagos urgentemente; que os retroactivos, que a empresa

lhes deve, (cerca de 60 mil contos) sejam negociados com os seus órgãos representativos; que o Governo se comprometa a encontrar, juntamente com os trabalhadores, uma solução para o futuro da empresa no mais curto espaço de tempo e que, conforme propostas recentemente aprovadas em plenário e há muito entregues ao Governo, tenha como pontos essenciais: não aos despedimentos; não ao regresso do João Pimenta e reabertura da acção judicial de 94 mil contos que contra ele decorria e que recentemente foi mandada retirar do tribunal pelo conhecido ex-ministro, Ribeiro Pereira; formação de uma empresa mista com o Estado, como principal detentor do capital, promitentes compradores e fornecedores; que os trabalhadores tenham uma palavra a dizer na futura comissão de gestão, inclusive com pessoa, ou pessoas que mereçam a sua

Uma política de desastre

A Comissão Sindical Negociadora (CSN) do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV) para a Construção Civil, que representa 49 associações sindicais de todo o país, acusa o Governo de seguir uma política desastrosa para o sector, recorrendo a devoluções de importantes empresas a especuladores e sabotadores da economia nacional, enquanto o patronato reaccionário, sentindo as

«costas quentes», recusa uma proposta de revisão contratual desde 1975 e não se digna sequer apresentar uma contraproposta de salários.

Sabotadores e especuladores e patronato reaccionário querem continuar a usufruir dos privilégios que lhes concedia o fascismo. Não se importam com a crise. Antes a acentuam. Querem degradar ainda mais as condições de trabalho.

Não lhes interessa dinamizar a indústria tão necessária à habitação digna que a Constituição promete ao povo português. Pretendem eternizar os contratos a prazo. Opõem o boicote a um contrato único e vertical, que salvaguarde os mínimos direitos, garantias e interesses da grande massa trabalhadora de um sector com condições para prosperar no interesse nacional.

É contra essa degradação que os trabalhadores da construção civil fazem greve. A defesa dos seus interesses imediatos (e são tão imediatos que implicam em milhares de casos a solução de como comer amanhã) passa, pela preocupação constante de contribuir, com esforço e sem negar sacrifícios, para negociar. Estamos abertos ao diálogo. Queremos dialogar, negociar. Estamos abertos ao diálogo. Queremos trabalhar em condições dignas

e humanas» não são apelos no vazio.

São propostas concretas muitas vezes repetidas. São soluções para evitar o recurso à greve, para resolver os conflitos à mesa das negociações.

Ao desatenderpor sistema essas propostas, para facilitar a vida ao capital especulador, o Governo não se limita a recusar as responsabilidades que a Constituição lhe atribui. Desimpede cada vez mais o caminho às ambições do grande capital, que não se detém nas exigências. Hoje são as grandes empresas intervencionadas. Amanhã (e já hoje, em alguns casos) serão as nacionalizações e o que virá a seguir.

«Praticar todos os actos e tomar todas as providências necessárias à promoção do desenvolvimento económico-social e à satisfação das necessidades colectivas» é, segundo a Constituição uma das competências administrativas do Governo.

Os trabalhadores da construção civil, sector onde essas «necessidades colectivas» são tantas vezes dramáticas, não estão dispostos a permitir que a sua satisfação os afaste do processo e venha a ser apenas a satisfação do grande capital com o apoio da banca nacionalizada.



O Congresso Têxtil e o brioso secretário

Está previsto para amanhã o início do II Congresso dos Trabalhadores Têxteis, que receberá centenas de delegados num período de crise profunda do sector ameaçado com milhares de despedimentos. A Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, promotora do Congresso, que decorrerá de 19 a 21 do corrente na Covilhã, recusa uma reconversão capitalista do sector que «trará o trabalhador a uma situação de miséria».

Os Sindicatos pretendem uma reconversão sem desemprego, com a participação dos trabalhadores e criando «postos de trabalho alternativos», pois segundo a Federação, «o desemprego é o problema mais grave dos trabalhadores têxteis». Entretanto, sem qualquer diálogo prévio com os trabalhadores o sr. Nuno Abecassis, do CDS, secretário de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras, tira da manga à última hora um plano para «salvar» a indústria lanifícios e vai apresentá-lo precisamente à Covilhã, três dias antes da abertura do Congresso.

Uma luta urgente: a PRT rural

Um «Grande Encontro de Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro» do país foi marcado para 2 de Julho em Coimbra. Os dirigentes sindicais dos distritos do Porto, Vila Real, Braga e Bragança, reunidos no último fim-de-semana no Porto, ao decidirem a realização do Encontro, protestaram enérgicamente «contra a não publicação da Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) por parte do sector rural» e exigiram «fiscalização rigorosa ao não cumprimento da legislação sobre salário mínimo e Previdência» por parte do patronato. Prossegue, entretanto, por todo o país, a mobilização sindical para apolar junto do Governo a exigência fundamental da regulamentação do trabalho de todos os assalariados rurais.

As propostas de PRT estão há «muito» em poder do Ministério do Trabalho. Mas as negociações ainda não começaram. Passaram-se anos até que um alto funcionário do MT fizesse uma pequena promessa de início das negociações. A ela nos referimos no último número do «Avante!». Os sindicatos e os trabalhadores têm o direito de

exigir protecção legal como cidadãos que são de pleno direito abrangidos pela Constituição.

Lamentável é que seja ainda necessário reafirmar esse princípio de cidadania integral. Mas a verdade é que a marginalização do assalariado rural se tem mantido. Enquanto trabalhadores dos outros sectores de actividade podem subir o nível das suas lutas, o trabalhador do campo, permanente ou temporário, cuja sindicalização era proibida pelo fascismo, corre o risco muito sério de ser despedido sem a mais pequena indemnização pela simples tentativa de se inscrever na Previdência, de se filiar num sindicato.

Esta situação não se manterá por muito tempo. Rapidamente no Norte e no Centro, mais de 200 mil

assalariados rurais, sem a mínima protecção do Governo, tomam consciência da sua situação de sobre explorados. Sindicalizam-se, organizam-se, protestam. Cresce a actividade dos Sindicatos Agrícolas.

Falamos sobretudo no Norte e no Centro, porque aí nunca houve uma convenção colectiva para o assalariado rural. As conquistas do Alentejo, que hoje são defendidas pelos Sindicatos Agrícolas, partem de uma situação diferente. Mas ressalvadas as características regionais, a luta é a mesma. Assim o reafirmaram recentemente os dirigentes sindicais de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal, Santarém e Lisboa, cujos trabalhadores não vêm revistos os seus contratos desde 1975. A criação recente do

Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Bragança, zona de caciquismo e repressão, deu novo alento a uma luta que tem de crescer entre centenas de milhares de trabalhadores que «não têm contrato de trabalho, não têm leis que protejam o despedimento sem justa causa, não têm férias nem subsídio de férias, nem 13.º mês, nem horário de trabalho, ganham salários de miséria e, em muitos casos só têm trabalho durante alguns (poucos) meses por ano».

Essa constatação, tantas vezes repetida e que recentemente foi reafirmada pela União dos Sindicatos do Porto, deve servir de apelo a todos os trabalhadores, seja qual for a sua opção política, para o redobro da solidariedade em face da luta desses milhares de companheiros que se

organizam, se mobilizam em condições muito difíceis para reivindicarem com êxito um mínimo de condições de vida e de trabalho que lhes dê o verdadeiro estatuto de trabalhadores numa sociedade liberta do fascismo.

O incremento dessa luta deve servir de precaução contra as manobras divisionistas que pretendem atingir também os sindicatos agrícolas. Não será com sindicatos paralelos que se poderá defender reivindicações vitais. A unidade é imprescindível. Se mais uma prova fosse necessária, aí ficaria o 1.º de Maio, que mostrou onde está a força organizada, onde está a capacidade para derrubar barreiras com alicerces de séculos como são as que até agora se têm oposto à organização dos trabalhadores rurais.

Condenação de uma política e das suas leis

Os lotes legislativos do I e II Governos, ditos constitucionais por serem formados à luz da Constituição e não por a cumprir, visam «o esvaziamento prático do conteúdo progressista» da Lei Fundamental do nosso País. Assim o constataram, após análise e discussão, os participantes no Encontro Nacional sobre Direito do Trabalho, promovido pela CGTP/IN no fim-de-semana passado, em Lisboa. A Central Única dos Trabalhadores Portugueses emita entretanto um comunicado acerca da intervenção do Primeiro-Ministro na RTP, advertindo «solenemente que não dará cobertura a uma política que se traduz na diminuição do nível de vida dos trabalhadores, no aumento do desemprego e da dependência de Portugal em relação ao estrangeiro».

lembra o défice da balança de pagamentos que, oficialmente, atingiu 28,3 milhões de contos no primeiro trimestre deste ano. A Central manifesta a sua oposição à política de austeridade, que o dr. Mário Soares se propõe continuar com «redobrada energia», perante o «já baixo nível de vida dos trabalhadores», e reafirma com forte convicção a sua confiança na luta, cujas formas saberá encontrar com os trabalhadores organizados na defesa dos seus direitos e interesses para a solução da crise que Portugal atravessa.

Constituição e leis do Governo Cerca de 500 dirigentes e delegados sindicais, consultores jurídicos, técnicos e funcionários das associações sindicais, cuja actividade se inscreve no Movimento Sindical unitário, deram uma contribuição muito proveitosa, no Encontro sobre

o Direito do Trabalho, para o conhecimento dos marcos da legislação antioperária e para a utilização de todas as possibilidades, no campo do Direito e especialmente no âmbito da Constituição da República, a fim de opor à contra-revolução legislativa, comandada pelos Governos do PS e da coligação, uma forte barreira baseada na luta e nas garantias que a Lei Fundamental do País reconhece aos trabalhadores organizados e ao seu Movimento Sindical.

Uma das reivindicações mais fortemente reafirmadas no Encontro, e que mereceu a unanimidade dos participantes, foi a recusa da aplicação das leis do trabalho aprovadas antes do 25 de Abril. Essas leis — foi reafirmado — «não podem continuar a ser aplicadas, designadamente pelos tribunais de trabalho, pela Inspeção do Trabalho e pelo

Ministério do Trabalho, bem como pelas empresas públicas ou privadas, como se a Constituição não existisse».

Mas essas leis anticonstitucionais não são apenas as aprovadas antes do 25 de Abril. São também as que visam «o esvaziamento prático do conteúdo progressista da Constituição», avultando entre outras «a chamada lei da delimitação dos sectores económicos, a lei das indemnizações aos grandes ex-acionistas de empresas nacionalizadas, a «lei Barreto», a lei do arrendamento rural dos senhorios ricos, a lei dos despedimentos, a lei das comissões de trabalhadores e do controlo de gestão e a lei das empresas em autogestão».

Entre as moções aprovadas no Encontro, donde saiu uma pomorrida resolução final, conta-se uma que condena a permissão do regresso do ex-presidente fascista, Américo Tomás.

despedimentos sem justa causa, as limitações ao direito de negociação, de que também é exemplo a Função Pública, a «utilização generalizada e incontrolada dos chamados contratos a prazo» e o «agravamento do regime jurídico de férias, faltas e feriados recentemente decretado».

Quanto à contratação colectiva, foi salientada «não só a necessidade de maior trabalho jurídico na sua preparação, mas sobretudo a necessidade de maior coordenação no sentido de se obter uma uniformização de critérios, nomeadamente através da elaboração de um «clausulado-tipo» no âmbito da CGTP/IN».

Entre as moções aprovadas no Encontro, donde saiu uma pomorrida resolução final, conta-se uma que condena a permissão do regresso do ex-presidente fascista, Américo Tomás.

Fomento sindical nas Ilhas

A próxima formação de Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas em S. Miguel e na Terceira foi anunciada recentemente pela CGTP/IN a propósito de um encontro dos Sindicatos que constituem a CAMSI (Comissão de Apoio ao Movimento Sindical das Ilhas). Num comunicado, a CGTP/IN revela que foi aprovado nesse encontro «o orçamento para abertura e funcionamento de delegações da CAMSI no Funchal, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta».

A solidariedade para com os sindicatos ilhéus é salientada pela Central única que a dado passo do seu comunicado refere que «as delegações da CAMSI terão como tarefa-base a organização dos trabalhadores, cujos Sindicatos têm sede no Continente, contribuindo para acelerar o processo de organização regional nas Ilhas e para o fortalecimento das Uniões de Sindicatos onde com toda a legitimidade se integrarão».

Sem nenhuma característica de estrutura paralela, as delegações da CAMSI têm «a finalidade de evitar a dispersão de instalações e material, centralizar os serviços, melhorar a organização sindical e defender mais eficazmente os direitos e interesses dos trabalhadores das Ilhas».

No encontro, que condenou o separatismo e fez o balanço da actividade desenvolvida pela Comissão, participaram várias Federações e Sindicatos, nomeadamente dos sectores da hotelaria, trabalhadores agrícolas, função pública e rodoviários.

Lutas e Tarefas

Reintegração

«Depois de uma suspensão arbitrária e ilegal que se prolongou por mais de cinco meses, o juiz da 4.ª Vara do Tribunal do Trabalho de Lisboa acaba de ordenar a reintegração do trabalhador Manuel Folhas, membro da Comissão de Trabalhadores da empresa Sousa Braga», salienta num comunicado o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Madeira do Distrito de Lisboa, acrescentando que «a falsidade do pretexto invocado pela administração, segundo o qual Manuel Folhas teria afirmado que «os encarregados recebem um prémio no fim do mês para apertar com o pessoal» já tinha sido suficientemente provada no processo disciplinar que lhe fora instaurado». Considerada

pelo Sindicato «uma vitória dos trabalhadores da Sousa Braga», a reintegração ordenada pelo Tribunal foi um acto de justiça «contra um acto abusivo, injusto e ilegal da administração», que à semelhança de muitas outras pretende desorganizar as estruturas dos trabalhadores nas empresas através dos despedimentos selectivos, que atingem membros das comissões de trabalhadores e delegados sindicais, em franco e aberto desprezo pela Constituição da República e até pelas leis antioperárias quando algum preceito defende por pouco que seja direitos, regalias e interesses dos trabalhadores.

Denacionalização?

Reunidas em plenário, as comissões de trabalhadores e de delegados sindicais da

CEP 6, Rodoviária Nacional, aprovaram uma moção repudiando firmemente as tentativas visando a denacionalização daquele sector da empresa, nomeadamente através de abaixo-assinados que não correspondem «aos verdadeiros interesses dos trabalhadores» e cuja demagogia aponta inclusivamente «como boa gestão aquela que foi praticada pelos ex-patrões do ex-grupo Claras, deficitário em cerca de 400 mil contos». O plenário alerta os poderes públicos «para a exploração que tem sido feita pela reacção dos justos inquietações dos trabalhadores e da repulsa pela má gestão até agora efectuada na empresa» e insistindo na «manutenção da Rodoviária Nacional como empresa unitária e nacionalizada».

chama a atenção para a «necessidade de resolver com urgência, a nível governamental, problemas de importância vital; como o saneamento financeiro da empresa, regulamento interno, competência de quadros, etc». Nos considerandos da moção o plenário lembra que as nacionalizações são conquistas irreversíveis dos trabalhadores.

Delegação checoslovaca

A CGTP/IN divulgou um comunicado conjunto assinado com o Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos que, através de uma delegação, visitou recentemente o nosso País a convite da Central única dos trabalhadores portugueses. «A delegação dos Sindicatos

Checoslovacos exprimiu o pleno apoio do movimento revolucionário checoslovaco ao empenhamento revolucionário da CGTP-Intersindical Nacional pela consolidação e desenvolvimento da firme unidade do Movimento Sindical português que é indispensável à garantia do processo de transformação revolucionária e democrática no seu país».

O extenso comunicado dá conta das visitas efectuadas pelos sindicalistas checoslovacos em Portugal, das informações prestadas sobre a situação actual nos dois países, da solidariedade manifestada, dos resultados do IX Congresso Sindical Mundial e termina afirmando que a visita, os encontros e as discussões decorreram numa atmosfera fraternal e amigável, exprimindo ambas as partes

a sua convicção que «esta visita contribuiu para uma forma significativa para um aprofundamento e consolidação das relações fraternais e de cooperação entre as duas organizações sindicais».

Messa

Na última terça-feira e na sequência de uma luta prolongada, os trabalhadores da fábrica Messa (máquinas de escrever) concentraram-se junto ao Palácio de S. Bento protestando contra a falta de medidas do Governo e pedindo a discussão do problema da empresa na Assembleia da República. Os 1 500 trabalhadores da Messa, que lutam pela garantia dos postos de trabalho perante a indefinição jurídica da firma, apresentaram uma proposta

apontando, nomeadamente, para «o máximo aproveitamento da capacidade produtiva em termos rentáveis».

Eleições

O Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações elegeu para os corpos gerentes uma lista unitária. O mesmo sucedeu na Comissão de Trabalhadores do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e na CT da Siderurgia Nacional. A actividade unitária e os princípios que a orientam continuam a merecer a confiança dos trabalhadores.

«Carta Aberta» e despedimentos

A direcção «cartabesta» do Sindicato dos Seguros do Sul

insiste na tentativa de despedir três trabalhadores por um motivo fútil: um jarro de água entomado nas instalações. As comissões de trabalhadores do sector, reunidas recentemente, protestaram contra essa atitude, repudiaram a actuação dos corpos gerentes e solidarizaram-se com os três trabalhadores ameaçados de despedimento. Em anterior reunião, os delegados sindicais tinham tomado resolução idêntica, negando a existência de motivos para a suspensão e tentativa de despedimento.

A «justa causa» invocada pela direcção mereceu a contestação dos delegados sindicais. «As questões entre trabalhadores — afirmaram — devem ser resolvidas pela via do diálogo em que prevaleça a tolerância, a solidariedade e a consciência de classe».

Semana

10
Quarta-feira

1884 — Nasceu o escritor e jornalista Raul Proença. Lutador socialista, foi um dos fundadores da «Seara Nova» e participou na insurreição do Porto de 4 de Fevereiro de 1927.

Na sua comunicação ao País, o Primeiro-Ministro Mário Soares, mostra-se particularmente optimista afirmando, a certa altura, que «vivemos num dos países da Europa com menor percentagem de greves e conflitos sociais». Afirma ainda, referindo-se ao controverso acordo com o FMI que «ao fim do túnel, começa agora a ver-se uma luz». Uma lista unitária ganha as eleições do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações. Uma delegação do PCP, chefiada pelo camarada Carlos Brito, manteve um encontro com o ministro do Comércio Interno e Turismo, Basílio Horta. A delegação do PCP fez críticas e apresentou sugestões sobre o controlo dos preços e o funcionamento dos mercados abastecedores. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Sá Machado, no regresso a Lisboa manifestou-se seguro da entrada de Portugal para a CEE. O ministro da Agricultura e Pescas, Luís Salias, considera desejável a integração da Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau no MAP. Muitas das actividades especuladoras de empresas privadas de peixe — segundo a imprensa — são apadrinhadas pela referida Comissão. Uma lista unitária de esquerda vence as eleições para a Associação Académica da Universidade do Minho.

11
Quinta-feira

1937 — Morre em Paris o dr. Afonso Costa.

O Ministério das Finanças emite um comunicado informando o aumento de grande parte dos impostos. A Academia de Coimbra paralisa, repudiando a reintegração, em funções docentes, do professor Cotelio Neiva. O Ministério da Agricultura e Pescas recebe a Confederação Nacional da Agricultura. No encontro é revelado que a criação de seguro agro-pecuário poderá ser em breve aprovado pelo Conselho de Ministros. A secção do Breviário do Partido Socialista recusa o convite para um debate público onde poderia justificar as posições assumidas na Assembleia Municipal daquela vila. Os trabalhadores da Fiação Rosa, de Viana do Castelo, paralisam exigindo a aplicação da PRT. Criticando a inoperância do Governo, os trabalhadores da Parry & Son exigem o diálogo com o Ministério da Indústria e Tecnologia. O pessoal do hotel Eurosol, em Leiria, continua a sua greve iniciada no dia 8, como forma de luta pelo cumprimento do ACT para o sector. Um comunicado da Presidência da República informa que o último presidente do regime fascista, Américo Tomás, pode regressar a Portugal quando o desejar. As suas contas bancárias foram descongeladas. Mário Soares recebe as principais forças do capitalismo — CIP, CAP e CCP (Confederação do Comércio).

12
Sexta-feira

1977 — Rebenta uma bomba no Centro de Trabalho do PCP, na Horta.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, inicia uma visita à Beira Baixa. Generaliza-se o repúdio pelo possível regresso de Tomás. Num comunicado, a CGTP/IN considera que o regresso do chefe de Estado fascista «servirá para dar novo alento às forças reacçãoárias e fascistas, empenhadas na campanha de desestabilização e de tentativa de destruição das liberdades». Por seu turno, a Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do Partido Socialista manifesta a «sua mais viva surpresa por tal deliberação que fere profundamente os sentimentos democráticos do Povo português, vítima de uma tirania infame de que Américo Tomás foi o último símbolo e principal responsável. Esta deliberação — acrescenta ainda o comunicado da FAUL — só se torna possível devido à passividade no accionamento dos mecanismos que permitem a instauração de processos aos responsáveis do regime fascista e a justa punição dos seus crimes». Tomam posse no Ministério da Administração Interna os novos directores gerais da Acção Regional e Local e do Gabinete de Apoio às Autarquias Locais. A CGTP/Intersindical Nacional adverte, comentando o recente discurso do Primeiro-Ministro «que não dará cobertura a uma política que se traduz na diminuição do nível de vida dos trabalhadores, no aumento do desemprego e da dependência de Portugal em relação ao estrangeiro, e que incentiva a acção das forças reacçãoárias».

13
Sábado

1699 — Nasce o marquês de Pombal

«o diário» publica a «carta de intenções» do Governo português ao Fundo Monetário Internacional. O mesmo jornal revela um caso de gestão escandalosa e na qual estão envolvidos o MAP, da responsabilidade de António Barreto, o presidente da CAP, eng.º Tomás Correia e a União das Adegas Cooperativas da Província da Estremadura. Reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português, na qual foi aprovada uma plataforma com o objectivo «de preparar as condições para uma alternativa democrática para a política actual e para o governo actual». Cerca de 500 representantes das UCPs e Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora, reunidos em plenário em Montemor-o-Novo, pronunciaram-se por uma política de diálogo e de soluções negociadas com o MAP.

14
Domingo

1974 — São dissolvidas várias câmaras municipais e substituídas os seus presidentes.

Na reunião do Conselho Nacional do PPD/PSD, em Portalegre, Sá Carneiro abandona os trabalhos alegando doença e manifesta a sua intenção de não se candidatar nem à Comissão Política nem à presidência do partido. Treze Ligas de pequenos e médios agricultores aprovam, por unanimidade, os estatutos da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte, da qual podem ser sócias todas as associações de classe de agricultores dos distritos do Ponto, Braga, Viana, Vila Real e Bragança. Em Gondomar é eleita uma Comissão de Rendeiros do conselho. Em Odemira, os pequenos e médios agricultores criam a Comissão Provisória da Liga concelhia. Os trabalhadores rurais de Torres Vedras manifestaram o seu apoio à direcção sindical e exigiram a publicação de legislação de trabalho para o sector rural. Em Leiria é criada a União Distrital de Agricultores que defende a propriedade privada e condena o absentismo.

15
Segunda-feira

1974 — Sai o primeiro número do «Avante!» legal, com uma tiragem de quinhentos mil exemplares.

Os trabalhadores da Fábrica de Fiação de Torres Novas paralisam durante duas horas, exigindo um aumento salarial e o subsídio especial de turno. Os secretários e uniões distritais de UCPs e Cooperativas Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal requerem a administração da RTP a concessão de tempo de antena destinado a divulgar a posição sobre a actual situação da Reforma Agrária. Ultimamente, a RTP apenas dava destaque às posições assumidas pela CAP. Ao chegar a Lisboa, o secretário de Estado da Saúde, Mário Mendes, revela que o projecto do Serviço Nacional de Saúde obteve grande receptividade na reunião da Organização Mundial de Saúde, realizada em Genebra. Os alunos do 1.º e 2.º anos das Escolas do Magistério Primário entram em greve como forma de repúdio pelo despacho do MEC que institui exames finais. A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) repudia a decisão que permite o regresso de Américo Tomás.

16
Terça-feira

1974 — Toma posse o I Governo Provisório que contém com a participação de ministros comunistas.

O Governo Regional dos Açores apresenta um plano para a concretização da autonomia regional. O Governo apresenta um plano de emergência a aplicar à indústria de lanifícios da zona da Covilhã. No seu regresso de Dacar, onde participou na reunião da Internacional Socialista, o Primeiro-Ministro Mário Soares é recebido pelo rei de Marrocos. Os estudantes do Magistério continuam a greve contra os exames finais. Os trabalhadores da Messa manifestam-se frente a S. Bento exigindo que a Assembleia da República discuta o problema da empresa. O «Jornal Novo», órgão diário da direita reacçãoária, anuncia uma «jornada de luta da indústria privada para o próximo dia 27, no Porto». O jornal «A Luta» informa que no Porto está reunido o secretariado da Madisca (Carta Aberta) com o fim de ultimar o debate do anteprojecto dos estatutos de uma central sindical paralela.

Os Comunistas na Assembleia da República

Quem é responsável pelo analfabetismo que a democracia tem de eliminar?

Uma realidade muito concreta, que alguns têm em esquecer, ligou antonem os trabalhos da Assembleia da República, nos seus dois períodos regimentais, o de antes da ordem do dia e a ordem do dia. Essa realidade muito concreta que pairou sempre no hemisfério foi o fascismo.

No período de antes da ordem do dia, o fascismo esteve presente na discussão do eventual regresso a Portugal de um dos seus máximos responsáveis, daquele que foi presidente do fascismo durante os últimos dezasseis anos da ditadura, Américo Tomás.

No período da ordem do dia foi discutido — e aprovado por unanimidade — um projecto de lei apresentado pelo PCP e destinado a eliminar uma das consequências gravosas para o nosso povo da ditadura fascista de cinquenta anos: o analfabetismo.

Estes dois acontecimentos estão profundamente interligados: o povo português, os democratas e antifascistas

condenam hoje o eventual regresso a Portugal de Tomás, não sujeito a qualquer tipo de julgamento, exactamente porque Tomás é um dos máximos responsáveis também pela existência de mais de 30 por cento de analfabetos no nosso País.

No decorrer do debate do projecto de lei do PCP sobre a eliminação do analfabetismo, foi esclarecedora, a tal propósito, a intervenção do deputado comunista Manuel do Rosário Moita que, a dado passo, acentuou: O fascismo, para melhor explorar os trabalhadores, precisava deles analfabetos.

E Lino Lima, na apresentação do voto de protesto do PCP acerca do regresso do último presidente fascista, interrogava: Quem são os responsáveis pelo nosso atraso cultural, por cerca de 40 por cento de analfabetos? Ninguém fez isto, ninguém é responsável por isto?

E dava o mesmo deputado comunista a resposta: O povo exige que alguém responda,

o povo personifica tudo isto, todos estes crimes, desde logo nos grandes responsáveis do regime, em dos quais é, sem dúvida alguma — dadas as altas funções que desempenhou durante muitos anos — Américo Tomás.

Na sessão de terça-feira foram apresentados quatro votos sobre o eventual regresso sem julgamento do deputado presidente do fascismo: dois pelos deputados independentes Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, um pela UDP e outro pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Desde logo e antes mesmo de os votos terem sido apresentados à Assembleia, o líder parlamentar socialista, Salgado Zenha, manifestou o propósito de impedir que tais votos fossem apreciados pela Assembleia, uma vez que violariam na sua opinião as disposições constitucionais da separação dos poderes dos órgãos de soberania, de acordo com as quais a Assembleia da República não se pode pronunciar sobre a actividade

da Presidência da República. Carlos Brito considerou a posição de Salgado Zenha impertinente e inoportuna, uma vez que a AR ainda não tinha conhecimento do texto exacto dos votos em causa.

O deputado da UDP foi então o primeiro a apresentar o seu voto, que foi admitido pelo presidente em exercício. Salgado Zenha recorreu desta decisão e a maioria da AR votou favoravelmente o recurso do líder do PS, uma vez que foi reconhecido que o voto apresentado pelo deputado da UDP infringia dispositivos constitucionais.

Depois coube a vez a Lino Lima de apresentar o voto do PCP, sobre o qual Salgado Zenha procedeu da mesma maneira. Este novo recurso não chegou, entretanto, a ser votado, uma vez que já se estava no prorrogação do período de antes da ordem do dia e, regimentalmente, não se podem proceder a votações nessas circunstâncias.

Por tudo isto, a Assembleia da República apreciará, no início da sessão de hoje,

o recurso do líder do PS à admissão do voto do PCP. No entanto, como acentuou Carlos Brito a determinado passo do debate, não há, relativamente ao voto do PCP, quaisquer disposições constitucionais ou regimentais que impeçam uma tomada de posição política da Assembleia.

É o seguinte o texto do voto apresentado pelo PCP: Considerando que Américo Tomás, último presidente do fascismo, foi, ao lado de Salazar e Marcelo Caetano, um dos expoentes máximos da ditadura e dos maiores responsáveis pelos crimes de toda a espécie por ela cometidos contra a Pátria Portuguesa e contra os povos então submetidos ao colonialismo português; exprimindo os sentimentos profundos do povo português, a Assembleia da República manifesta o seu repúdio contra o eventual regresso, sem julgamento, de Américo Tomás à terra portuguesa; considera que

tal regresso constituiria mais um estímulo às actividades desestabilizadoras e golpistas da reacção e dos fascistas; afirma que a anunciada permissão do seu regresso não implicará, em caso algum, a absolvição da ditadura fascista e dos seus principais responsáveis; proclama o propósito de usar de todos os seus poderes constitucionais para que não fiquem impunes os crimes do regime fascista que, durante quase meio século, oprimiu sem piedade o Povo português.

É este o voto que a Assembleia irá hoje apreciar, e está a posição política que o PCP propõe à Assembleia, em nome da condenação da mesma realidade que levou os comunistas a também apresentarem o projecto de lei sobre a eliminação do analfabetismo. Essa realidade contra a qual ambos os textos foram apresentados existiu, tem um nome e tem responsáveis: chama-se fascismo.

Dia a Dia

Diplomas aprovados

A Assembleia da República aprovou por unanimidade a Proposta de Lei 161/71, que concede autorização para o exercício de funções judiciais militares no território de Macau por magistrados judiciais. Por maioria, com o voto contrário do PSD, foi concedida ao Governo, através da aprovação da Proposta de Lei 177/71, autorização legislativa sobre o processo criminal e aspectos do estatuto dos magistrados nos tribunais fiscais e aduaneiros.

Através da aprovação, com os votos do PS/CDS e a abstenção do PCP e do PSD, da Proposta de Lei 174/71, foi autorizado o Governo

a celebrar com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento um empréstimo no valor de 40 milhões de dólares.

Foi votado, em votação global final, o Projecto de Lei 78/71 apresentado pelo PPD, sobre prorrogação do pagamento de impostos, e que constitui uma alteração da lei da indemnização. O texto agora aprovado foi discutido e alterado na comissão parlamentar especializada que retirou alguns dos aspectos mais gravosos do texto originariamente apresentado pelo PPD. No entanto, por o dispositivo agora aprovado criar situações de injustiça o PCP votou contra.

Visita de deputados espanhóis

Encontra-se no nosso País uma delegação de deputados das Cortes espanholas, de visita ao nosso País a convite da Assembleia da República. Compõem a delegação representantes dos vários partidos políticos de Espanha e, entre eles, o deputado do PCE Ignacio Gallego.

A delegação assistiu a parte da sessão plenária da passada terça-feira, tendo o presidente então em exercício, José Vitoriano saudado os deputados espanhóis, após o que a Assembleia, de pé, os homenageou com uma salva de palmas.

Actividades do Grupo Parlamentar do PCP

No decorrer da última semana, o Grupo Parlamentar do PCP formulou ao Governo cinco requerimentos sobre: o encerramento da Escola Preparatória Visconde de Juromenha; o concurso internacional para o fornecimento de um trem de laminação de fio para a Siderurgia

Nacional; a situação dos trabalhadores suspensos e despedidos na Amalido Abreu e C.ª Ld.ª, de Santo Tirso; a situação da empresa Indústria Térmica Nunes Correira; a situação na Confeitaria Salitre (Amadora).

No decorrer do mesmo período, foram realizadas entrevistas com o MDM de Coimbra, a comissão de trabalhadores da AC, a Comissão Negociadora Sindical do Contrato da Construção Civil, a comissão de trabalhadores da Nutripol, a comissão de trabalhadores da Oliva, a comissão de trabalhadores das Fundações Frankl, a comissão de trabalhadores da Friantarticus e a comissão coordenadora da indústria naval.

Intervenções dos deputados comunistas

No período de antes da ordem do dia os deputados comunistas Manuel Gusmão, Cavaqueira Antunes, Ercília Tahadas e Sousa Marques proferiram intervenções, abordando respectivamente as conclusões do Encontro Nacional do PCP sobre a Educação e o Ensino, a composição do Conselho Municipal de Lisboa, a situação da Oliva em S. João da Madeira e a Siderurgia Nacional.

Na discussão do projecto de lei do PCP sobre a eliminação do analfabetismo, intervieram os deputados Manuel Gusmão e Manuel Moita, tendo a deputada Zília Saebra proferido a declaração de voto.

Intervenções

«Ninguém fez isto? Ninguém é responsável por isto?»

O povo português tomou conhecimento — espantado e ofendido — da possibilidade de Américo Tomás regressar livremente a Portugal, uma vez que não haveria qualquer processo-crime instaurado contra si e militar a seu favor razões humanitárias. O povo português ouviu isto espantado e ofendido. Porquê? Porquê as razões desse espanto e dessa ofensa?

Quem são os responsáveis pelo atraso económico, social e cultural do nosso país em 25 de Abril de 1974? Quem são os responsáveis por uma guerra colonial de 13 anos, uma guerra injusta que nos causou cerca de 10 mil mortos e 30 mil estropeados? Quem responde perante estes mortos e estes estropeados, perante as suas

mães, as suas mulheres e os seus filhos? Ninguém? Ninguém é responsável? Quem são os responsáveis por milhares e milhares de presos políticos, de deportados e de assassinados? Quem são os responsáveis pelo Aljube, por Caxias, por Peniche, pelas salas de tortura de António Maria Cardoso? Quem são os responsáveis pelo Campo de Concentração do Tarrafal e pela morte dos que aí acabaram os seus dias? Ninguém é responsável? Ninguém fez isto? Quem responde perante as famílias destrocadas, quem responde pelas misérrimas e pelas dores sofridas, pelas misérrimas que ainda se sofrem em consequência das perseguições que em

nenhum dia de 48 anos deixaram de ser perpetradas neste país? Quem faz isto? Quem responde por isto? Ninguém? Quem responde pelos crimes da PIDE, pelo assassinato do general Humberto Delgado, pelo assassinato de Catarina Eufémia? Ninguém? No momento em que as forças fascistas e fascizantes por toda a parte levantam arrogantemente a cabeça pedindo o regresso ao passado e ameaçando os democratas de baniamento da Pátria e de julgamento — exactamente por a terem libertado da ditadura, do fascismo, da guerra colonial, das perseguições. Em tal momento, o eventual regresso de Américo Tomás incentivaria a desesta-

bilização, encorajaria novas ameaças à nossa jovem democracia, animaria aqueles que se preparam na sombra para mergulhar Portugal numa nova ditadura. Os democratas, os antifascistas, o povo português não podem conformar-se com tais perigos. Se o eventual regresso sem julgamento de Américo Tomás se verificar, naturalmente teriam de apelar para que, independentemente dos procedimentos legais adequados, um tribunal de opinião pública o julgue — a ele e ao regime que representou — salvaguardando assim a verdade histórica e a honra de um povo que foi humilhado durante meio século e agora será ofendido com a presença nesta Pátria, sem julgamento, de quem personi-

ficou tão grandes e tão odiosos crimes. De qualquer forma, esta Assembleia — que representa o povo português — deve tomar uma posição política através da qual fique bem claro que o eventual regresso de Américo Tomás, sem julgamento, não significa a absolvição do fascismo, não significa a absolvição dos crimes que durante meio século se cometeram contra o povo português. Chamo a atenção dos senhores deputados — é este o significado exacto do nosso voto. E esta a decisão política que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português vos convida a proferir através da aprovação do voto. (Lino Lima, em 16/5/78).

crimes contra o Povo português. A propósito de fascismo, não foi essa a única vez em que os deputados da coligação governamental estiveram em desacordo. Na passada sexta-feira, depois do deputado da UDP ter feito uma intervenção sobre este assunto, que viria a ser apoiada pelos deputados do PS. Enquanto os deputados do PS aplaudiam o deputado da UDP, os seus parceiros da coligação governamental batiam com as mãos nas carteiras, atitude que seria condenada em termos de aparte por alguns deputados do PCP. Os conhecidos deputados do CDS, Walter Kudell e Cunha Simões continuaram aos murros às carteiras e o último chegou ao cúmulo de dizer: «Era melhor que o Grupo desportivo de Caxias estivesse casado». Não há dúvida que os reacçãoários se sentem galvanizados pelo eventual regresso a Portugal daquele que mandava praticar em Caxias graves crimes contra o Povo português. No decorrer da discussão e da votação do projecto de lei do PCP sobre a eliminação do analfabetismo, o CDS nunca teve presentes na sua bancada mais de dez deputados. Desinteresse pela eliminação do analfabetismo? Ou interesse pela continuação do analfabetismo?



As actividades dos Pioneiros são fonte de alegria e de responsabilidade. Aqui vemos a entrega dos lenços, realizada no Laranjeiro, Almada, no decurso das iniciativas promovidas pelos pioneiros da localidade.

Pioneiros em marcha para o futuro

Organizada pelo Centro de Trabalho do PCP do Laranjeiro, realizou-se no passado sábado, dia 13, uma festa de pioneiros, da qual constou uma manhã desportiva com provas de atletismo de 200 a 500 metros, gincaia de bicicletas, corridas de sacos e salto à corda.

Na parte da tarde houve demonstrações de judo da Academia Almadense, teatro pelo grupo TAI da Incrivel Almadense, terminando com algumas canções e poemas do grupo de Pioneiros da Costa da Caparica.

Em 29 de Abril os Pioneiros tomaram parte numa festa realizada no Centro de Trabalho de Arroios, com um programa de variedades. Durante a festa, que constou também de um lanche, foram entregues lenços aos novos Pioneiros. No dia seguinte participaram nas festas comemorativas do 56.º aniversário do «Casalense Futebol Clube», para as quais tinham sido convidados. O programa de variedades esteve totalmente a cargo dos Pioneiros, que participaram a seguir num lanche que lhes foi oferecido.

Duas canções para Havana

O Pavilhão dos Desportos de Lisboa foi palco, no decorrer da passada semana, de uma vibrante jornada de convívio e alegria da juventude. Foi o Festival Nacional da Canção Política, primeira das grandes iniciativas de massas do Comité Nacional Preparatório (CNE) do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

O espírito da competição não entrou no Pavilhão dos Desportos. Repleta de público jovem desde muito antes do início da sessão, a sala do Parque Eduardo VII foi um centro de canção política, expressão viva da participação da juventude no processo democrático, da sua luta, da sua solidariedade militante; um centro de amizade e de apoio à luta pela democracia e pela paz, apoio esse que também se manifesta através do canto revolucionário.

Coelho votaram as nove canções concorrentes, tendo sido apuradas «Nuvem Negra» (grupo Trovante) e «Terra Amada» (Carlos Paulo). A escolha não foi fácil. A qualidade das canções concorrentes foi, na verdade, um aspecto saliente desta Festival. A representação da canção política da juventude portuguesa no XI Festival fica a cargo do Trovante e do Carlos Paulo, que, pelo que se ouviu no Pavilhão dos Desportos, estão à altura dessa grande responsabilidade.



O grupo «Trovante» um dos vencedores do Festival da Canção Política que, em 12 do corrente, no pavilhão dos Desportos, conquistaram com a sua arte de intervenção, o direito de representar a voz da juventude portuguesa em Cuba. Vozes que acompanham os jovens portugueses, vozes viradas para o futuro, vozes que chegarão aos ouvidos de muitos outros jovens de todo o mundo.

As casas continuam a cair perante a passividade do Governo

Com uma regularidade preocupante continua a registar-se em Lisboa a queda de prédios. Embora até à data não se tenham verificado desastres pessoais, o certo é que os moradores de prédios antigos vivem dia a dia na angústia de saber que não estão livres de ficar sem a sua habitação e haveres, para já não falar da própria segurança do agregado familiar.

Mas o perigo iminente da derrocada de qualquer desses prédios representa igualmente uma ameaça constante para todos os cidadãos. Vejamos, por exemplo, o caso do prédio que recentemente ruuiu na Rua Luciano Cordeiro. Estava desabitado há vários anos, o que não significa que não pudesse ter provocado vítimas entre os transeuntes que normalmente passam naquela artéria. E que dizer do outro que também recentemente desabou na Avenida de Berna, esse habitado?

Até quando continuarão os cidadãos a viver à mercê da sorte? Se até à data, felizmente, não há vítimas a registar, quem nos garante que elas não se verificarão no próximo acidente?

Segundo as entidades oficiais, não caem actualmente mais prédios do que sempre caíram. Este facto, que está longe de ser um

consolo, revela quanto o parque habitacional da capital, sobretudo, se encontra num estado de completa degradação. Se antes do 25 de Abril o fascismo não se preocupava com tal estado de coisas (a que nem sequer se dava divulgação), não é porém admissível que num regime democrático nada se faça para resolver tão grave problema.

Todavia, de que meios dispõem as autoridades autárquicas, responsáveis pela conservação do seu parque habitacional, para levarem a cabo a sua tarefa? Dada a inexistência de uma lei de finanças locais, os municípios encontram-se na total dependência das verbas que lhes são atribuídas pelo poder central. O ano passado, a Câmara de Lisboa recebeu para o PRID - Plano de Recuperação de Imóveis Degradados - a verba de trinta e nove mil e quinhentos contos,

O Poder Central é o único responsável

Segundo a legislação em vigor, as autarquias podem obrigar coercivamente os senhorios a realizar as obras necessárias e, no caso de estes se recusarem, efectuarem as reparações apresentando depois os custos das mesmas. No entanto, o que se verifica é que na maioria dos casos os senhorios se recusam a pagar colocando a questão em tribunal onde, também na maioria dos casos, são absolvidos. Sempre que tal sucede, são os municípios que têm de arcar com as despesas.

A braços com uma situação financeira gravíssima as autarquias, mesmo quando verdadeiramente empenhadas na resolução dos problemas das populações, ficam desde logo limitadas na sua capacidade de intervenção.

Vejamos, por exemplo, o caso de Lisboa. Para o corrente ano havia solicitado ao Fundo de Fomento para a Habitação a verba de sessenta mil contos, que está longe de ser uma exorbitância nas condições actuais. Pois

Depois de acusar a APU socialistas do Barreiro fogem ao debate público

A Secção do Barreiro do Partido Socialista recusou na semana passada a proposta que lhe havia sido feita pela Aliança Povo Unido para a realização de um debate público onde seriam analisadas as posições assumidas pelos vereadores do PS na Assembleia Municipal, aquando da discussão e aprovação do Relatório e Contas da Câmara Municipal do Barreiro. Recordamos que o Relatório e Contas daquele município foi aprovado com os votos contra dos

eleitos pelo PS que, em declaração de voto, consideraram como "figuras de retórica e repetições gratuitas" expressões utilizadas nos referidos documentos, tais como: "Herança do fascismo; atraso na saída da Lei de Competências; falta de uma Lei de Finanças Locais; burocratização e bolcote por parte do Poder Central". Segundo os vereadores socialistas, tais expressões são utilizadas como "justificativos que

pelo que consta a Câmara não receberá um tostão!!! Em contrapartida, segundo foram informados diversos municípios, vai ser distribuída este ano, para o PRID, a verba de mil e duzentos contos. Dado que o limite máximo de empréstimo aos senhorios que não dispõem de verbas para obras de recuperação é de duzentos contos, resulta que essa verba dará apenas para acorrer a seis fogos.

Recuperar seis fogos numa cidade como Lisboa, onde milhares estão quase em ruínas, parece uma brincadeira de mau gosto. Poderá mesmo pensar-se que mais não se pretende do que a liquidação dos PRIDs, uma vez que com tais verbas nada poderão fazer.

É claro que não se está a entrar em linha de conta com a indispensável criação de equipas técnicas devidamente apetrechadas para elaboração dos estudos necessários ao levantamento, recuperação e instalação provisória dos moradores dos prédios degradados, o que onera consideravelmente as despesas.

Ainda que de forma diferente, há a considerar

igualmente a situação dos edifícios históricos degradados, património de incalculável valor que se perderá irremediavelmente caso não se tomem rapidamente medidas para a sua salvaguarda.

Face a este quadro - inexistência de lei de finanças locais, legislação antiquada e arcaica que em última análise só beneficia os senhorios, corte brutal das verbas aos municípios - uma questão se coloca: que fazer? Que solução para os moradores dos prédios que vão ruindo, que segurança para os habitantes em geral?

O aumento constante dos bairros de barracas e dos clandestinos, a que à falta de outra coisa as famílias sem casa se vêem obrigadas a recorrer, está longe de constituir a resposta ao problema.

Enquanto se mantiver o actual estado de coisas, as autarquias nada poderão fazer. A responsabilidade cabe ao Governo. Ao Governo tem que se exigir uma resposta urgente. Antes que à falta de habitação se junte o drama dos desastres pessoais.

Mais importantes que as palavras são os actos, senhor ministro

«... Seria um acto de cegueira política, lesivo da solidez das instituições, não optar com clareza por um reforço realista do poder local» - as palavras são do ministro da Administração Interna, Jaime Gama, e foram proferidas na tomada de posse dos novos directores-gerais da Acção Regional e Local e do Gabinete de Apoio às Autarquias Locais.

Durante aquela cerimónia Jaime Gama afirmou ainda que «a democracia impõe um poder local forte, com autarquias técnicas e financeiramente capazes e com níveis satisfatórios de decisão na sua esfera de competência», sublinhando a necessidade de se acabar com a «situação leonina que a administração central actual detém».

As palavras do ministro são sem dúvida importantes, mas por si só de nada servem. Importa que as palavras se passe aos actos, o que até à data não se fez. E a responsabilidade do Governo nessa matéria não pode ser iludida.

É inadmissível que ano e meio depois das eleições para as autarquias continue por aprovar a lei das Finanças Locais; é inadmissível que as Regiões Administrativas ainda não estejam instituídas, por exemplo.

A criação de um poder local forte, autónomo e eficiente foi consagrado desde o início na Constituição. Que o ministro da Administração Interna reconheça a importância do mesmo para a defesa da democracia, é importante. Mais importante ainda é que tais palavras não passem de uma mera declaração de intenções.

APU apela à comemoração do Dia Mundial da Criança

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Aliança Povo Unido divulgou recentemente um comunicado a propósito da passagem, no próximo dia 1 de Junho, do Dia Mundial da Criança.

Recordando quanto o regime fascista marginalizou a criança e desprezou os seus legítimos direitos, a APU salienta o importante papel que o movimento popular e as autarquias devem desempenhar no sentido de assegurar os direitos dos homens de amanhã.

Nesse sentido, a APU apela para que as organizações locais do Povo Unido, as autarquias, as organizações populares, os democratas, promovam, dinamizem, apoiem ou se integrem em iniciativas que visem assinalar esta data em amor, em convivência unitária e democrática, em luta para tornar possível um futuro mais feliz para as crianças portuguesas.

CM de Oeiras exige inquérito à situação do Liceu local

Numa moção aprovada por unanimidade a Câmara Municipal de Oeiras acusou recentemente o Conselho Directivo do Liceu local pela indiferença que manifesta face à escalada fascista naquela escola, que assumiu particular relevo quando estudantes democratas pretenderam comemorar o Dia da Liberdade.

Segundo a moção, o Conselho Directivo nada tem feito para impedir o clima de pré-delinquência que se verifica no turno da noite e em geral à progressiva deterioração do estabelecimento em todos os seus aspectos, chegando mesmo ao ponto de confiar missões de segurança a elementos identificadamente da extrema-direita.

Esta Câmara - sublinha a moção - no exercício de uma faculdade que é aliás um dever, manifestou o seu repúdio por estes actos e espera do Ministério da Educação e Cultura que seja, sem demora, instaurado um inquérito global à situação do Liceu de Oeiras, considerando indispensável a participação de um representante deste órgão, uma vez que estão afectadas questões fundamentais da vida das populações do concelho.

CUM's do norte reúnem no domingo

Realiza-se no próximo domingo, dia 21, com início às 10 horas, nas instalações do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Porto, na Rua Fernandes Tomás, o Encontro das Comissões Unitárias das Mulheres do Norte (CUM). Neste encontro irá ser efectuado o balanço do trabalho desenvolvido pelas CUMs e analisadas as acções

a emprender contra a carestia de vida, o açambarcamento e a especulação.

Os trabalhos iniciam-se com um plenário no decurso do qual serão lidos relatórios da actividade das CUMs no Norte. Da parte da tarde, serão discutidas as perspectivas de luta e postas à aprovação as conclusões da reunião. No

local, funcionará um serviço de bar e uma creche para os filhos das participantes.

Durante uma Conferência de Imprensa, realizada para divulgar a iniciativa, foi salientada a importância das mulheres reforçarem a sua unidade e determinação para prosseguirem a luta contra a vida cara e em defesa das suas principais reivindicações.

V. do Castelo: foi ilegal o aumento nos transportes

Violando uma decisão da Câmara Municipal de Viana do Castelo, ratificada pela respectiva Assembleia Municipal, a empresa rodoviária «Transcolvia» impôs recentemente um aumento dos bilhetes que ronda os 50%.

Os transportes urbanos e suburbanos de Viana do Castelo estão a cargo do respectivo município, que tomou a iniciativa de criar uma rede para o concelho. Após concurso público, a Câmara Municipal celebrou um acordo com a empresa «Transcolvia», segundo o qual os preços dos bilhetes não podem ser aumentados sem a autorização daquele órgão autárquico.

No entanto, após a divulgação do «3.º pacote» e certamente estimulada pelo exemplo do Governo no caso do aumento das

tarifas da água e da electricidade no Norte do país (as autarquias não foram vistas nem achadas no assunto), a referida empresa decidiu ignorar a deliberação da Câmara, tomada por unanimidade, em não autorizar os aumentos dos preços dos transportes e, violando os bilhetes, fê-los subir os já referidos cerca de 50%.

Incompreensivelmente, as autoridades locais, solicitadas pela Câmara para apreenderem os bilhetes, nada fizeram nesse sentido. Mais incompreensivelmente ainda é o estranho silêncio a que entretanto aquele órgão autárquico se remeteu.

Enquanto a população, surpreendida, se interroga se o silêncio será sinónimo de arrependimento pela posição inicialmente tomada,

a Assembleia Municipal de Viana do Castelo considerou, na sua última reunião, que os aumentos verificados são um verdadeiro roubo perpetrado contra a população.

Entretanto, a Assembleia decidiu ainda realizar reuniões com a PSP e GNR locais, a fim de serem tomadas medidas conducentes à aplicação da deliberação do município.

A acção da «Transcolvia» mereceu o imediato repúdio das organizações populares locais que, exigindo o cumprimento da deliberação camarária, exortam a população afectada ao não pagamento dos aumentos ilegais impostos, que incidem sobretudo sobre trabalhadores e estudantes.



«As Cooperativas de consumo têm sido um meio no combate à especulação. Mas a solução geral a favor da produção e do consumo passa pela simplificação dos circuitos de comercialização a efectuar pelo Estado».

Quem deixa o campo livre à especulação?

Quem permite a especulação dos grandes intermediários? Quem é responsável pelas dificuldades de escoamento da produção enfrentadas por UCPs e Cooperativas e por pequenos e médios agricultores?

A resposta a estas interrogações foi dada, em parte, na recente Conferência dos Secretariatos e Uniãoes Distritais das UCPs e Cooperativas Agrícolas:

«Deliberadamente, o Estado e o Governo PS/CDS permite a livre especulação deixando a comercialização nas mãos dos grandes intermediários que pagam os produtos por baixos preços na produção e vendem-nos ao consumidor por preços elevadíssimos.

«Por exemplo, os preços médios pagos à produção da carne de porco, de vaca e de borrego, são, respectivamente em média de 46\$00, 100\$00 e 130\$00 o quilo. Ora o povo português sabe bem quanto tem de pagar no mercado se quer comer alguma destas qualidades de carne!

«Tal política prejudica gravemente os interesses do povo português, pagando-se mais caro aquilo que se podia comer a preços mais baixos se o Estado intervesse permanentemente e a preços justos junto da produção e levasse directamente os produtos até ao consumidor, através dos seus organismos de coordenação económica.

«Mas o Estado não faz isso

porque o Governo PS/CDS não quer.

«A recente intervenção pontual da JNPP no mercado dos suínos é exemplo disso. Feita por um prazo de 10 dias e a preços mais baixos que os custos de produção e até inferiores aos da última intervenção de Janeiro, esta intervenção agora feita em nada resolve os problemas da produção estimulando, pelo contrário, a actividade dos grandes intermediários.

O Estado tem de sanear os circuitos de comercialização

«O caso da carne de bovino é outro exemplo flagrante de uma política que favorece a continuação da especulação. Enquanto os preços à produção foram aumentados em cerca de 5000, que corresponde a uma média de 5%, os preços no consumidor aumentaram 20% em média. Quer dizer, os intermediários podem inclusive oferecer preços mais elevados ao produtor que os da própria JNPP porque sabem que depois os preços junto do consumidor lhes permite recompensar largamente os seus enormes lucros.

«Por outro lado, as intervenções do Estado no mercado têm de ser acompanhadas pela garantia de que o pagamento ao produtor é imediato e integral.

«Ora tal não acontece. As receitas das vendas ficam retidas nos organismos do MAP e às UCPs e Cooperativas e demais produtores só uma parte é que é paga.

«Nestas condições as Cooperativas fogem, naturalmente, de entregar os seus produtos ao Estado.

«Esta acção é deliberada e visa, por um lado, desprestigiar o papel que o Estado deve assumir e por outro deixa aos grandes intermediários e negociantes campo livre para a especulação. Os prejudicados são as Cooperativas e os pequenos e médios agricultores, que vendem os seus produtos a preços cada vez mais baixos, e o povo consumidor, que compra as coisas cada vez mais caras e vê o custo de vida aumentar diariamente.

«É preciso que o Estado assumo o papel que a Constituição lhe determina simplificando os circuitos de comercialização, eliminando os intermediários parasitários e intervindo permanentemente junto à produção a preços justos e com pagamento imediato e integral, garantindo o escoamento dos produtos.

É urgente e revogação dos artigos 17, 18 e 19 da Lei do Arrendamento Rural

Contam-se por muitas dezenas as vezes que pequenos e médios agricultores renderos exprimiram, directamente ou por intermédio das suas organizações, o seu protesto contra os artigos 17.º, 18.º e 19.º da Lei do Arrendamento Rural, definida na lei do PPD, ao abrigo da qual os senhorios ricos põem em causa a estabilidade e a segurança dos renderos, clara e explicitamente garantidas na Lei Fundamental da República (Artigo 101.º).

Até ao momento, ascende a mais de uma centena o número de acções de despejo reclamadas aos tribunais dos distritos do Porto e de Braga. Enquanto algumas sentenças têm sido favoráveis aos camponeses sem terra, quatro renderos já perderam a acção e estão em risco de ser despejados, a partir do "S. Miguel". Em todos os casos conhecidos, registre-se, os autores dos processos são proprietários absentistas com largas e fáceis fontes de rendimento.

«Contra tudo aquilo por que se fez o 25 de Abril»

Em 12 de Janeiro passado, um magistrado do 6.º Juízo Cível da Comarca do Porto, dr. Ferreira Rocha, decidiu condenar um rendero de Rio Tinto, Joaquim Rangel Ferraz, julgando procedente a acção de despejo que lhe era movida pelo senhorio. Frise-se que este, com o propósito de fazer o rendero e sua família gastar tempo e dinheiro, já lhe movera mais de 15 processos, perdendo-os todos.

A decisão do magistrado do 6.º Juízo Cível provocou grande descontentamento junto de quem conheceu o modo como decorreu o processo e julgamento. Na verdade, foi provado e consta

da respectiva sentença que o senhorio absentista é "pessoa economicamente abastada, recebendo por mês, de rendas, cerca de 16 mil escudos, sem contar com a renda dos campos", de que é casaleiro o Joaquim Rangel.

Não trabalha sequer um pequeno quintal que possui. Ao contrário, o rendero, com seis filhos todos menores, sempre trabalhou e não usufrui "outros rendimentos que não sejam os produzidos pelos campos" alugados ao senhorio e, ainda, "da denúncia do arrendamento advirão prejuízos ao réu, sendo certo que a continuação do mesmo não acarretará ao autor prejuízos que afectam a sua subsistência económica e a do seu agregado familiar".

Apesar de tudo, revelando um estranho conceito do que seja exploração directa, considerando "irrelevante o facto de a acção de despejo pôr em risco a subsistência económica do arrendatário e agregado familiar", o juiz deu provimento à demanda e ordenou o despejo para o próximo dia 29 de Setembro.

Reunidos na Escola Preparatória "Júlio Dinis", no passado domingo, muitas dezenas de agricultores do concelho de Gondomar apoiaram o rendero e sua família, sublinhando que "tudo farão para impedir este desumano despejo, que

é contra tudo aquilo por que se fez o 25 de Abril".

Alterações urgentes

Simultaneamente, os participantes na reunião decidiram "exigir de quem governa este país que modifique urgentemente a Lei do Arrendamento" quanto aos seus artigos 17.º, 18.º e 19.º e que essas "alterações sejam feitas de modo a abranger os casos pendentes em tribunal".

O que está em causa, caso continuem vigentes aqueles artigos da "lei dos senhorios ricos", é não só o futuro, a subsistência e as condições de vida de muitos milhares e milhares de famílias de camponeses sem terra, como o próprio desenvolvimento da economia nacional. Ninguém ignora, certamente, os enormes prejuízos causados pelo absentismo à produção agrícola nacional, por isso mesmo condenado pela Constituição.

Recentemente, foi divulgado e estar para breve a apresentação à Assembleia da República de uma proposta visando a revogação daqueles artigos. É positivo que tal se confirme. Contudo, o tempo urge. Há já centenas de famílias ameaçadas de ser lançadas no desemprego e na ruína.

Urge a tomada de medidas que protejam e apoiem os que trabalham terras arrendadas, que combatam o absentismo, regulem correctamente o funcionamento das comissões arbitrais. Estas e outras decisões terão um efeito positivo na economia nacional e garantirão a uma parte importante das camadas laboriosas uma vida melhor nos campos.

Sim ao diálogo, não à violência!

«Por uma política de diálogo, não à violência!» foi o primeiro ponto da discussão de 500 representantes das UCPs e Cooperativas Agrícolas deste distrito, reunidos em plenário, no sábado passado, em Montemor-o-Novo. Para que de tal diálogo resultem soluções positivas, foram concluídas como fundamentais, neste encontro, as seguintes condições: defesa da viabilidade económica das UCPs e Cooperativas Agrícolas; defesa dos princípios constitucionais; não-entrega de terras a indivíduos que se intitulam renderos ou seareiros mas que nunca o foram ou a agrários absentistas; indemnização imediata aos trabalhadores pelas beneficências e investimentos realizados em áreas entregues como reservas; avanço das expropriações; cumprimento integral dos acordos já estabelecidos ou a estabelecer, nomeadamente no que se refere à transferência do crédito, pagamento dos subsídios e dívidas do Estado às UCPs e abertura de linhas de crédito para investimentos e reabertura do CAE. Denunciando que o PPD, o CDS e a CAP tem desencadeado uma forte pressão visando a interrupção do diálogo trabalhadores-MAP e o retorno à política arbitrária de entregas ilegais de terras, os trabalhadores debateram ainda questões relativas à cortija e sementes e à organização interna das UCPs e Cooperativas Agrícolas.

Consequências do «escândalo das sementes» em Évora

As consequências da incúria da EPAC na distribuição de sementes podem já ser minimamente contabilizadas em algumas regiões. Por exemplo, no Distrito de Évora, estão seriamente atingidos cerca de 2000 hectares de trigo, 1200 hectares de cevada e 1350 hectares de aveia, culturas que se perderão.

Os trabalhadores do distrito continuam a exigir que sejam divulgados à opinião pública os resultados do inquérito feito pelo MAP ao escândalo das sementes e que os culpados sejam punidos. Reivindicam ainda o não-pagamento das sementes e indemnizações pelos prejuízos que se apurarem.

O exemplo dos agricultores de Ferreira do Alentejo

Num extraordinário exemplo de trabalho voluntário, pequenos agricultores de Ferreira do Alentejo contribuíram com 222 horas de trabalho voluntário para a construção de uma estrada para o Monte do Perêiro. No transporte de materiais para esta construção participou igualmente a Comissão de Trabalhadores Agrícolas do Monte Outeiro.

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

Conhecer a luta antifascista nos diversos países e em diversas épocas, quer através da literatura de Resistência, quer através de depoimentos, recordações, documentos, etc., é importante para nos informarmos e extrairmos lições dos diversos tipos de luta, das diversas formas de organização, das etapas que foram vencidas, de como evoluíram as diversas situações, enfim, quais as tarefas, dificuldades e vitórias de cada destacamento do Movimento Comunista e Operário Internacional.

Conhecer realidades através da movimentação de personagens que desempenharam ou continuam ainda a desempenhar um importante papel na luta contra o imperialismo. Conhecer realidades através de personagens de ficção, imbuídas da ideologia e do comportamento revolucionários, é uma das formas de divulgação da vivência e da moral comunistas.

● Tendo em vista estes objectivos, as Edições «Avante!» criaram uma colecção — Colecção Resistência — em que já estão inseridos nove livros: seis referentes à realidade portuguesa durante o fascismo, dois à realidade italiana durante a dura época do nazifascismo e um à realidade checa durante a Segunda Guerra Mundial. Desconhece-se quem é o autor do romance *Até Amanhã Camaradas*. O original dactilografado foi encontrado junto de outros originais num arquivo formado ao sabor de incidentes e de acidentes da vida agitada daqueles que, em virtude do terror fascista, tiveram de pender a causa da justiça, da paz e do progresso clandestinamente. Pensa-se que o nome, Manuel Tiego, escrito à mão no fim do original seria certamente um pseudónimo. O autor passou pois a ser um «homem sem nome» como os personagens do seu romance.

Estamos na presença de um grande livro. Em tomo da vida do Partido na clandestinidade (acção abnegada dos seus funcionários, ligações, casas clandestinas, casas de apoio, aspectos conspirativos, avanços, recuos, prisões) desenvolve-se perante os nossos olhos o dia-a-dia dos trabalhadores portugueses, as suas lutas, as repressões e também as suas vidas familiares; surgem personagens com os seus sentimentos, as suas paixões, mas de uma humanidade e realidade extraordinárias. O amor ao Partido, à causa dos explorados e oprimidos, é uma tônica de cada um deles.

É toda esta multidão de acontecimentos, de sentimentos de vidas, de situações que nos é admiravelmente transmitida nesta obra.

● A sua importância foi reconhecida pela opinião pública: não só já vai na 3.ª edição, como também recebeu o prémio da Feira do Livro do Porto em 1975.

Em suma, é um romance com uma força e uma veracidade tais que constitui um manual de ensinamentos e conhecimentos históricos.

● Juntamente com o manuscrito de *Até Amanhã Camaradas* foi encontrado um outro de uma novela — *Cinco Dias, Cinco Noites* — em que é retratado com uma força extraordinária o problema daqueles que se viam obrigados a abandonar a sua terra para ir procurar emprego noutros países, sujeitos a toda a exploração dos empregadores e a todos os perigos e incertezas da passagem «a salto» das fronteiras.

● Em *Cartas da Prisão*, o camarada José Magro narra diversos episódios da luta travada nas prisões. Muito aprendemos com estes episódios e com as reflexões que o nosso camarada faz em torno deles. Através do livro vemos que o Partido está presente em todo o lado, mesmo na cadeia, mesmo no isolamento. A organização e a luta, o estudo e a formação eram uma realidade durante os anos de prisão. A grande preocupação era encontrar a possibilidade da fuga, não ao sabor do espírito

aventureiraista; mas inserida na vida do Partido, para continuar o trabalho interrompido; enquanto essa possibilidade não chegava nunca os nossos camaradas se deixavam vencer pelo marasma e embrutecimento a que os seus carcereiros os queriam obrigar.

Perpassa assim ao longo de cada uma das cartas a vida do Partido através das torturas, dos isolamentos, das greves da fome, das reivindicações, das pequenas e grandes alegrias, das visitas, enfim, através do quotidiano de um revolucionário cuja actividade no exterior foi interrompida, mas que ele quer e tem a certeza de ser continuada.

● Juntamente com a Pide, os Tribunais Plenários de Lisboa e do Porto constituíram uma parte essencial do aparelho repressivo em que o regime fascista se apoiava para oprimir o povo português. No livro *A Defesa Acusa* são publicadas as intervenções no tribunal de muitos camaradas que, transformando-se de acusados em acusadores, ao mesmo tempo que expunham e defendiam a linha política do Partido, denunciavam os crimes e ilegalidades do regime em que esses tribunais estavam inseridos.

As defesas publicadas neste livro, exemplos da firme conduta perante o terror fascista, são de grande valor político e contêm exposições sistemáticas sobre a situação política nacional e internacional e sobre a acção do Partido na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e na luta pela liberdade e pela instauração de um regime democrático.

Mas além da Pide e dos Tribunais Plenários, o povo português jamais esquecerá o Campo de Concentração do Tarrafal onde dezenas e dezenas de antifascistas portugueses sofreram as piores torturas. Mais uma tentativa gorada de desmoralizar e destruir o espírito combativo dos trabalhadores portugueses e a sua vanguarda organizada — o Partido Comunista Português.

● Através dos relatos de camaradas como *Pedro Soares* no livro *Tarrafal, Campo da Morte Lenta* e *Miguel Wager Russel* em *Recordações dos Tempos Difíceis* mais uma vez surgem as mesmas sevicias, os mesmos processos, a mesma crueldade e mais uma vez surge a mesma resistência, a mesma organização, o mesmo ânimo.

Quanto mais os carrascos requintam em crueldade, maior é a serenidade e a dignidade daqueles que sabem que lutam por uma causa justa.

● Gusta Futchiková, companheira de Julius Futchik, destacado militante do Partido Comunista Checoslovaco, escreve no prefácio à edição portuguesa do livro *Testamento Sob a Força*, depois de ter tido um contacto mais directo com a realidade portuguesa: «(...) reconheci que a Pide fascista portuguesa adoptara os métodos da Gestapo» fascista alemã. O povo português tem feito enormes sacrifícios na luta pelas mesmas ideias por que

Julius Futchik também se bateu: por um mundo melhor, justo, pacífico — pela vida socialista».

E a luta é semelhante em todos os locais do mundo onde o socialismo ainda não está implantado. De um lado a burguesia nacional aliada, na maior parte dos casos, à reacção e ao imperialismo internacional, do outro o povo trabalhador e o seu Partido, lutando incansável e abnegadamente por uma sociedade mais justa.

Há no entanto momentos mais duros dessa luta, momentos em que se arrisca a vida a todo o instante para vencer o inimigo de classe e aqueles que a ele se aliam.

● Em Itália, e também durante a Segunda Guerra Mundial e já no período que a antecedeu, muitos foram também os actos de heroísmo, muitas foram as vidas que se perderam e foi à custa das vidas desses heróis tantas vezes desconhecidos que foi possível recusar e vencer a monstruosa máquina nazifascista.

Temos testemunhos de simplicidade aliada à grandeza dos feitos em *Os Meus Sete Filhos*. É bem real a história dos sete irmãos Cervi que após é contada pelo seu pai. Homens simples, trabalhadores da terra, tomaram quando foi preciso a senda da Resistência. Foram todos fusilados ao mesmo tempo pelos fascistas italianos. Tinham largado o arado para se baterem pela liberdade e pela justiça contra o privilégio e a opressão. Não são heróis guerreiros, mas encarnam todos os heróis da luta dos povos.

● O mesmo se passa com *Mariana Sereni* e com os homens e mulheres do seu livro *Os Dias da Nossa Vida*. Passam por estas páginas quase trinta anos de vida italiana, desde o fascismo até ao pós-guerra, encarados sempre de uma perspectiva de luta, que foi sempre e continuará a ser de todos os antifascistas, de todos os que lutam pela paz e pelo progresso no mundo. Projectando-se para além da Resistência, como que a dizer que a luta nunca acaba, nem sequer depois de uma grande vitória, o livro de Mariana Sereni, é o resultado e o testemunho de uma vida vivida sempre, até à morte, com o espírito militante, em que todos os actos, mesmo os mais banais, se explicam à luz de uma nova moral, não dogmática e absoluta, racionalmente conquistada num difícil dia-a-dia: uma lição de vida e de luta ainda hoje válida. Esta talvez a razão mais importante para que valha a pena a publicação deste livro no Portugal do pós 25 de Abril.

● Foi assim em Portugal, foi assim na Checoslováquia, foi assim na Itália e continua a ser assim ainda hoje noutros países em que o terror fascista ainda não foi derrubado. Mas a luta continuará rumo a uma vitória certa, rumo a uma sociedade onde não existe a exploração do homem pelo homem, em que as liberdades e os direitos são respeitados e defendidos e em que a paz, o progresso e o bem-estar são os objectivos de toda a sociedade.

Temas ideológicos

Acerca da emulação socialista

Por emulação entendem os dicionaristas o sentimento que incita a imitar ou a exceder alguém, em termos de competição, estímulo, rivalidade. Mas a emulação de que falaremos hoje, embora sendo também um sentimento arraigado na consciência das massas, é sobretudo uma prática e um vasto conjunto de tarefas, substituindo com vantagens imbatíveis a concorrência em sistema capitalista, pois esta sempre redunda na exploração da classe operária, dos outros trabalhadores e da própria iniciativa privada.

A emulação, tal como é praticada nos países socialistas, destina-se a atingir a mais alta produtividade do trabalho. Consegue-se através dela conferir à produção a mais alta qualidade mediante a aplicação dos progressos da revolução técnica e científica. Aumentar a competência profissional dos operários, trabalhadores rurais, intelectuais e empregados é função primordial da emulação socialista, que cria nas massas trabalhadoras uma atitude comunista em relação ao trabalho.

Significativo é que o primeiro artigo de Lênine escrito depois da Grande Revolução de Outubro tenha por título «Como Organizar a Emulação». A dado passo, nele se afirma que, «longe de impedir a emulação, o socialismo cria, pelo contrário e pela primeira vez, a possibilidade de aplicar essa emulação em escala verdadeiramente ampla verdadeiramente massiva, criando a possibilidade de conseguir realmente que a maioria dos trabalhadores entrem no campo de uma actividade que lhes permita manifestar-se em todo o seu valor, desenvolver as suas capacidades, revelar os talentos que no povo formam um manancial inesgotável e que o capitalismo espezinhava, oprimia e sufocava em milhões de trabalhadores».

Os propagandistas burgueses da sociedade capitalista continuam a incensar as virtudes da iniciativa privada que, no capitalismo desenvolvido, está perdendo ou perdeu por completo os antigos valores da pequena produção independente, o espírito empreendedor, a energia dos pequenos comerciantes, industriais e agricultores, cada vez mais manietados pela concentração do capital, pelos consórcios e monopólios, pelo capitalismo monopolista de Estado, pela pilhagem financeira, pela impossibilidade material de concorrer com a grande concentração capitalista, favorecida pelo Estado em poder do capital financeiro, que utiliza ainda a flagrante desigualdade dos impostos e do acesso ao crédito para esmagar de vez as pequenas oficinas, as pequenas lojas, o pequeno agricultor.

Os propagandistas e demagogos das virtudes capitalistas incensam a iniciativa privada para melhor a atacarem e para delas se servirem nos seus objectivos políticos que não estão objectivamente ao serviço dos interesses da massa da população que tem alguma coisa de seu, que não trabalha por conta de outrem.

Isso é claro para todos. É a evidência do dia-a-dia nas relações de produção capitalistas. Só a ignorância e o medo lançado pelo fascismo durante tantos anos facilitou ainda em Portugal o obscurantismo dos ideólogos da grande burguesia e da restauração dos privilégios fascistas.

Mas isso também acabará. A informação verdadeira sobre o que realmente se passa nos países socialistas tem curso cada vez maior no nosso país. E através dela é patente a experiência da União Soviética para o desenvolvimento e o enriquecimento da emulação socialista. Muitas iniciativas nesse campo, aplicadas pelos países socialistas, constituem hoje património internacional.

A emulação socialista transcende os aspectos económicos do seu exercício. Tem uma função moral e sociológica. Ao referir-se aos célebres «sábados comunistas» (trabalho voluntário e gratuito dos primeiros tempos de Outubro), Lênine afirmava que essa actividade patriótica e revolucionária era o começo de «uma revolução mais difícil, essencial, profunda e decisiva do que o derrubamento da burguesia, já que se trata de uma vitória alcançada sobre a nossa própria inércia, sobre a indisciplina, sobre o egoísmo pequeno-burguês, sobre todos esses hábitos que o maldito regime capitalista deixou em herança ao operário da cidade e do campo».

Na luta contra a herança fascista em Portugal, são preciosos os ensinamentos da emulação socialista. Não que ela possa ser aplicada como é nos países socialistas. Mas, aplicando-se a Constituição, estarão criadas boas condições para ir pondo em prática o melhor dos seus ensinamentos e dos seus êxitos consagrados.

A emulação socialista é hoje um movimento internacional. Força motriz do desenvolvimento do socialismo, manifestação da energia social das massas trabalhadoras, nela se manifesta com plenitude a unidade socio-política e moral da sociedade, a amizade entre os povos, o patriotismo socialista e o internacionalismo proletário.

Segundo dados de 1976, divulgados pela Agência Novosti, mais de 800 empresas e organizações da União Soviética estabeleceram vínculos amistosos e concorrenciais com os colectivos de empresas e entidades homólogas de outros países socialistas. Há relações de emulação com 170 empresas da RDA, 130 da Checoslováquia, 130 da Bulgária, 90 da Polónia, 70 da Hungria e de outros países.

A particularidade principal do trabalho socialista pode-se encontrar no facto de este unir organicamente o trabalho, o estudo e a conduta do homem na vida quotidiana e na produção. Isso não é possível em nenhum regime do sistema capitalista. O aumento da produtividade do trabalho nos países socialistas nada tem a ver com esse aumento nos países capitalistas, onde a dureza do trabalho, as cadências desumanas, servem para degradar o homem, para o explorar cada vez mais, obrigando-o a uma luta constante e difícil pelos seus direitos. Através dessa luta, muito os trabalhadores organizados têm conseguido nos países capitalistas. Muito têm avançado na melhoria das condições de vida e de trabalho. Mas só em sistema socialista as suas capacidades se poderão desenvolver totalmente, pois só aí serão donos do seu trabalho e dele poderão fazer parte integrante da sua vida de homens livres e de construtores do comunismo.



Stakhanov e os seus companheiros de trabalho

Temas vários

O tratado de Varsóvia e a paz na Europa

A passagem, no dia 14 de Maio, do 23.º aniversário da assinatura do Tratado de Varsóvia, constitui boa ocasião para relembrares não só as características fundamentais desse tratado multilateral de amizade, cooperação e assistência mútua, assinado por vários países socialistas, como também para evocar em que condições se processou a sua entrada em vigor. E ainda para, no momento em que o combate pela paz se toma dia a dia mais premente, esclarecer ou desmascarar aqueles que veem — ou querem fazer ver — o mundo de hoje dividido entre dois blocos igualmente agressivos.

Com efeito, um dos temas favoritos da propaganda burguesa e imperialista é fazer acreditar que a formação da NATO se verificou por necessidade da defesa do «ocidente» em virtude das «intencões agressivas» dos países socialistas reunidos no Tratado de Varsóvia. Mas a tática de repetir mil vezes uma mentira não a transforma em verdade, não altera a verdade dos factos, não altera nem pode esconder as intenções belicistas dos imperialistas.

As esperanças legítimas dos povos europeus, saídos do horror da guerra mundial a que o nazifascismo os conduziu apontavam para uma paz duradoura. Mas ainda o rescaldo do maior pesadelo da humanidade não se tinha consumado, ainda as feridas abertas pela guerra não tinham fechado e já em 1946, Winston Churchill iniciava a campanha de hostilidade contra os países socialistas, abrindo as portas ao longo período de «guerra fria» que visava enfraquecer o poderio político e económico da União Soviética e dos países que recentemente optavam pelos caminhos do socialismo. Preparar o fim do socialismo pela força das armas eram os objectivos dessa política que impedia a cooperação entre todos os Estados, independentemente dos sistemas sociais.

Durante a Segunda Guerra Mundial, face à agressão dos fascistas alemães e italianos que ameaçaram a independência de numerosos povos europeus, a Grande Guerra Nacional da União Soviética confundiu-se com a resistência dos povos europeus e conduziu a uma junção de esforços entre as potências ocidentais e a URSS, numa coligação militar antinazi: Grã-Bretanha, URSS, Estados Unidos, grandes potências, constituiram o núcleo à volta do qual se agruparam a grande maioria dos outros Estados.

Foi a União Soviética — e não foi por acaso — quem sofreu as mais pesadas perdas: vinte milhões de vidas ceifadas na luta pela liberdade e pela independência. E também não foi por acaso que a União Soviética teve papel

preponderante e mesmo decisivo na vitória sobre a Alemanha nazi e seus aliados. As relações que se estabeleceram entre os países da coligação antinazi provaram que era possível a cooperação entre países com sistemas sociais diferentes durante a guerra e que essa cooperação poderia continuar com vista a organizar a paz num mundo livre da guerra.

Mas a guerra fria, desencadeada pelos imperialistas contra os países socialistas, a recusa, por parte dos antigos aliados da URSS na aplicação dos acordos de Potsdam, vieram a reduzir a cinzas os factores positivos nas relações que se tinham estabelecido entre o ocidente e o leste durante a luta contra o fascismo alemão.

A Europa voltou, através da propaganda burguesa e imperialista, a ser o palco de agudas contradições. O revanchismo da Alemanha Ocidental foi calorosamente apoiado pelos meios reaccionários dos Estados Unidos e de alguns países da Europa. Na propaganda foi utilizado o espantinho da «expansão comunista», agitada foi a bandeira do anticomunismo que serviu de cobertura às acções de repressão contra os conquistados dos trabalhadores, nos países onde estas se tinham desenvolvido notoriamente.

A par desta política que visava enfraquecer as forças da paz e estabelecer a dominação dos monopólios americanos e britânicos, desenvolveram-se, entre 1948 e 1954, sistemas militares anglo-americanos de agressão: a União Ocidental em 1948, a NATO em 1949, a ANZUS em 1951, a OTASE em 1954, a CENTO posteriormente, com a finalidade de ameaçar a paz, tanto na Europa como noutros cantos do mundo. A corrida aos armamentos e os esforços para fazer participar a RFA nos grupos de agressão definiram claramente as intenções das organizações então constituídas.

posições de força, a URSS e os outros Estados socialistas opunham o reforço dos seus laços económicos e políticos.

Em 1948 a URSS assinava com a Bulgária, a Hungria e a Roménia tratados bilaterais de amizade, cooperação e assistência mútua. Alguns países socialistas concluíram entre eles acordos do mesmo género. De inspiração internacionalista proletária, estes acordos baseavam-se na amizade fraternal e na cooperação com vista a consolidar a paz internacional e edificar o socialismo em cada um desses países. Eram exclusivamente defensivos e orientados no sentido do reforço da paz e da segurança do continente europeu. Nenhum desses acordos previa a formação de organismos políticos, de forças armadas unificadas, de estados-maiores ou de um comando único.

Entretanto, as forças do imperialismo agravavam cada vez mais a situação internacional. E, em 25 de Outubro de 1954, as potências ocidentais assinavam famigerados acordos de Paris: a União Ocidental tornava-se na União da Europa Ocidental; a RFA e a Itália integravam-se nela; os organismos militares desta união juntavam-se aos organismos militares da NATO; a RFA, novo elemento do bloco, violando os acordos de Potsdam, «adquiriram» o direito de formar um exército de meio milhão de homens com o armamento correspondente.

Vasto movimento de protesto, contra estes acordos que ameaçavam a paz e agravavam a tensão internacional, se elevou tanto nos Estados Unidos como no Canadá. Em França, quatro milhões e meio de assinaturas

protestaram. O protesto ganhou também a Grã-Bretanha, a RFA e outros países da Europa.

Perante a ameaça de nova guerra mundial, os países que tinham tomado parte na Conferência de Moscovo de 1954 viram-se na obrigação de reunir de novo em Varsóvia. E, em 14 de Maio de 1955, foi assinado um tratado multilateral de amizade, cooperação e assistência mútua pela Bulgária, Hungria, Polónia, RDA, Roménia, Checoslováquia, URSS e Albânia (este último Estado abandonou a Organização em 1968). O Tratado de Varsóvia tornou-se na base jurídica da organização da segurança colectiva dos Estados socialistas europeus e a forma essencial da sua cooperação política.

Não foi portanto antes da entrada em vigor dos acordos de Paris que os Estados socialistas procederam à efectivação da sua aliança, se bem que os Estados imperialistas tivessem já criado anteriormente um certo número de organizações do género. Só a criação da NATO e a integração da RFA nesse organismo obrigaram os Estados socialistas europeus a aperfeiçoar a sua defesa comum e a criar a sua organização política e militar.

Muitas diferenças essenciais distinguem entretanto o Pacto do Atlântico — NATO — daquele que foi assinado em Varsóvia há 23 anos. Enquanto que o primeiro veio agravar a divisão da Europa entre o Leste e o Ocidente, o Tratado de Varsóvia prosseguiu no seu objectivo de consolidar a unidade europeia no interesse da paz.

Assinado seis anos depois do Pacto do Atlântico, o Tratado de Varsóvia constitui uma resposta às

alianças agressivas dos Estados imperialistas — a OTASE, a CENTO, etc. — e a integração da Alemanha Ocidental na NATO.

O Tratado de Varsóvia, por outro lado, foi concluído para defender os países socialistas de uma agressão dos Estados imperialistas e para prevenir o desencadear de uma guerra na Europa.

Há ainda outra característica fundamental do Tratado de Varsóvia: é a de que é um Tratado aberto, prevendo a adesão de outros Estados europeus desejosos de «conjugar esforços dos Estados pacíficos, com vista a assegurar a paz e a segurança dos povos». É um Tratado que se inspira no princípio da coexistência pacífica e admite a possibilidade da cooperação entre Estados com sistemas sociais diferentes.

Os membros do Tratado de Varsóvia consideram ainda como seu dever participar em todas as acções internacionais que visem garantir a paz e a segurança no mundo e, em particular, a criação de um sistema comum de segurança colectiva na Europa.

Em suma, a comparação objectiva do Pacto do Atlântico e do Tratado de Varsóvia, mostra a sua natureza diametralmente oposta. O Tratado de Varsóvia não é, como pretendem os propagandistas da ideologia burguesa, o «duplo» da NATO. Ao contrário da NATO, o Tratado de Varsóvia é um novo passo no desenvolvimento da cooperação política entre os países socialistas, e dele nasceu um instrumento eficaz para obstar às ameaças de agressão imperialistas.

À VENDA

LEONID BREJNEV

A TERRA PEQUENA

O fascismo é o inimigo comum de todos os povos, o heroísmo e a abnegação são valores comuns aos homens de diferentes nacionalidades que vertem o seu sangue na luta contra esse inimigo, e a paz é a nossa mais cara aspiração comum. Por isso, como autor destas notas da frente, como soldado que combateu pela liberdade, confio em que não ficarei incompreendido. Esta confiança inspira-se na esperança de que as minhas recordações encontrarão eco no nosso país, cujo povo, depois de muitos anos de luta heróica contra o fascismo, entrou no caminho de uma nova vida.

L. Brejnev

edições Avante!

Uma distribuição CDL

Prazo de recepção termina a 15 de Junho

Jogos Florais

TEMA GERAL

«A JUVENTUDE E O PORTUGAL DE ABRIL»

Júri

Crónica/Reportagem — Urbano T. Rodrigues e Alexandre Cabral e Álvaro Salema

Poesia — Mário Castrim, Ary dos Santos e Casimiro de Brito

Fotografia — Augusto Cabrita e José Araújo

Semana

10 Quarta-feira

1919 — Primeiro «Sábado Comunista» na União Soviética.

Aldo Moro, presidente da Democracia Cristã Italiana, que fora sequestrado há 54 dias pelas auto-intituladas «Brigadas Vermelhas», é assassinado pelos seus raptadores com 11 tiros de pistola-metralhadora...

11 Quinta-feira

1895 — É rejeitado o projecto de lei contra os socialistas alemães, apresentado ao Reichstag em 5/12/1894.

Na sequência do assassinato de Aldo Moro, Francesco Cossiga, ministro do Interior do governo italiano, apresenta a sua demissão; a família Moro rompe com os dirigentes democratas-cristãos...

12 Sexta-feira

1926 — Em Inglaterra, devido a tração à classe operária dos dirigentes sindicais social-democratas, é derrotada a greve geral de apoio aos mineiros em greve.

Sam Nujoma, presidente da SWAPO, afirma que as negociações do seu partido com potenciais capitalistas acerca da Namíbia podiam ou não continuar, mas a guerra, essa continuaria como única forma de libertar a sua terra...

13 Sábado

1968 — É decretada, em França, a greve geral. É a grande crise de Maio de 1968.

Na sequência duma reunião de emergência da Junta Militar, verificam-se três importantes alterações no gabinete ministerial do Peru. Paulo VI preside, em Roma, às exéquias fúnebres de Aldo Moro...

14 Domingo

1955 — Assinatura do Tratado de Varsóvia, de amizade, cooperação e entrelaçada dos países do campo socialista.

O dirigente «nacionalista moderado» negro, bispo Abel Muzorewa, e o seu Conselho Nacional Africano (CNAU) decidem não cumprir a sua ameaça de abandonar o «governo de transição» da Rodésia...

15 Segunda-feira

1921 — É fundado o Partido Comunista da Checoslováquia.

O rei Khaled, da Arábia Saudita, comunica ao presidente dos EUA, James Carter, que o seu país necessita urgentemente de aviões de combate «F-15» para combater a «expansão comunista» (sic), assegurando ao presidente Carter que a Arábia Saudita está interessada numa «paz justa» com Israel...

16 Terça-feira

1871 — É derrubada a Coluna de Vendôme, por disposição da Comuna de Paris. Foi reposita em 1875.

Após tomarem as cidades de Kolwezi e Mutshatsha, as forças da Frente de Libertação do Congo avançam em direcção à importante base militar de Kamina, entrocamento ferroviário de grande importância estratégica...

Zaire: quem é o invasor?

Há alguns dias a «pluralista» e «objectiva» televisão portuguesa deu a notícia de que o Zaire teria sido «invadido» por catangues vindos de Angola...

Não é uma novidade. Em Abril do ano passado, quando uma coluna libertadora de guerrilheiros avançou sobre Kolwezi, numa luta que se prolongou por um mês com o inegável apoio popular...

Hoje verifica-se mais um levantamento popular na província de Shaba (antigo Catanga), no Zaire. A cidade de Kolwezi está nas mãos dos guerrilheiros da Frente Nacional de Libertação do

Congo. Tal como Mutshatsha. A reacção voltou a falar de «invasão» por parte das forças libertadoras. O governo do Zaire já emitiu os seus apelos a marroquinos e franceses, argumentando cingentemente com uma «nova invasão de elementos subversivos vindos de Angola»...

O que se passa neste momento na província de Shaba é uma expressão, mais aguda, do descontentamento popular generalizado, e que é reconhecido mesmo pelos órgãos do imperialismo, como o «New York Times». Em Janeiro foram enviados soldados para a província de Bandundu, a menos de 500 Km da capital, para reprimir um movimento de revolta...

O Zaire é um país riquíssimo, anunciado nas revistas do capitalismo para industriais e comerciantes como um paraíso onde vale a pena investir. E é hipotecando os seus imensos recursos naturais que o país sobrevive. A inflação atinge 75% ao ano, enquanto



O levantamento dos guerrilheiros ocorreu na parte do Sul do Zaire, na província denominada Shaba. As informações indicam que os combates têm sido muito violentos e que as tropas de Mobutu têm sofrido sérios reveses...

os salários não podem aumentar mais que 25%, o que já originou, este ano, lutas do funcionalismo público e do professorado. As reservas de divisas estrangeiras esgotaram-se há três anos. O governo tem uma dívida externa avaliada em 2500 milhões de dólares...

descobrir as razões da revolta no Shaba.

Os fantasmas da «invasão» não passam do expediente encontrado para cobrir a verdadeira invasão do capital internacional. Não só para explorar. Mas para defender com armas essa exploração. Para que seja possível manter um caudal de lucros acentuados na desesperante miséria do povo do Zaire...



Em grandiosas manifestações, os trabalhadores italianos têm denunciado as provocações terroristas e afirmado a sua determinação em derrotar definitivamente o terrorismo.

Itália: a marca viva do terrorismo

91,9% dos quatro milhões de eleitores italianos inscritos para as eleições municipais e provinciais votaram nos dias 14 e 15 deste mês. Nenhuma das grandes cidades está englobada nestas eleições, que mobilizam cerca de um décimo do eleitorado nacional...

O crescimento de votos foi, para a Democracia Cristã, de cerca de 6%, e para o Partido Comunista de 2%. O mais acentuado crescimento para a Democracia Cristã, naturalmente também ligado, neste momento, a factores e emocionais, traduz inevitavelmente a associação do espectro do terrorismo ao próprio termo comunista...

que se intitulam de esquerda. O atentado contra Moro surge quando se obteve um acordo entre as várias forças políticas significativas da Itália, nomeadamente comunistas e democratas cristãos. E é perpetrado contra Aldo Moro, que participou neste acordo vencida a oposição tenaz da direita da democracia-cristã...

A todas estas questões não se pode deixar de associar uma outra. Na sua intervenção num comício do PCI, realizado em Viterbo, o camarada Berlinguer, secretário-Geral do PCI, afirmou: «Cinquenta dias passaram sobre o rapto de Moro, o inquérito ainda não deu os resultados que se esperavam. Houve hesitações em relação a determinadas pessoas e a meios aparentemente ligados ao terrorismo ou condicionados por ele»...

numa acolhedora impunidade. Para além de todas as outras consequências, o terrorismo — que, está mais que provado pela prática, conta sempre com um elevado nível de infiltração policial — tem aberto as portas ao reforço ou à facilitação da repressão sobre os trabalhadores, sobre as forças progressistas...

Presentemente, as crianças do Uruguai vivem emparedadas pelo terror e pela fome. Milhares viram a família ruir com a prisão ou desaparecimento dos pais; muitos nasceram nos cárceres e lá ficaram vivendo com as mães, a crescer entre grades; outras são utilizadas como meio de pressão

Uruguai: um preso político por cada 400 habitantes

Rodney Arismendi, primeiro-secretário do Partido Comunista do Uruguai, apela, numa recente entrevista concedida na RDA, para a libertação de Jaime Perez e de todos os presos políticos do seu país, recordando que, apesar dos dirigentes comunistas que se encontram na prisão, o Partido Comunista do Uruguai continua a existir, trabalhando na mais severa clandestinidade...

A sangrenta ditadura que esmaga o Uruguai é uma das mais violentas de toda a América Latina. A sua brutalidade já levantou os mais variados protestos em todo o mundo, forçando o próprio imperialismo norte-americano — que sustenta o regime — a manifestar-se farsaicamente compungido com o desrespeito dos «Direitos Humanos» no país. A perseguição política atinge escalas impressionantes, chegando ao ponto de encarcerar qualquer indivíduo apenas «suspeito de não ser afecto ao regime»...

Presentemente, as crianças do Uruguai vivem emparedadas pelo terror e pela fome. Milhares viram a família ruir com a prisão ou desaparecimento dos pais; muitos nasceram nos cárceres e lá ficaram vivendo com as mães, a crescer entre grades; outras são utilizadas como meio de pressão

O negócio das armas e a ingerência em África

Em interpestivas declarações à imprensa, o presidente Carter atacou a política externa da União Soviética, voltando à sua velha acusação de ingerência em África que, data, não faz mal recordá-lo tantas vezes quantas as necessárias, da derrota do imperialismo em Angola. A que entretanto se estão a suceder outros golpes. Reagindo ao destemperado ataque de Carter que passa por afirmações tão risíveis como a de que o sucesso estaria garantido aos EUA...

Os Estados Unidos e não só — a França tem-se destacado pela sua ingerência militar em África — primam por estar presentes em todas as zonas de tensão. Com os seus interesses económicos e políticos estejam ameaçados. Com os seus mercenários. Com as suas armas. Com uma política orientada no sentido de criar becos sem saída para os problemas existentes. É assim na Coreia, ou na Etiópia, ou na Rodésia. Mais de metade de todo o comércio internacional de armas processa-se com os EUA. Em 1977 a exportação de armamentos atingiu os 24 000 milhões de dólares. As promessas eleitorais de Carter não tiveram a virtude de contrair na prática estes números.

Há alguns dias, o grupo parlamentar do Partido Comunista Francês exigiu que a política africana do governo fosse debatida na Assembleia Nacional. A proposta foi aceite mas ficando o debate marcado para Junho. Porque é que o PCF coloca esta questão? A França está a participar activamente — militarmente — no agravamento dos problemas em África, na defesa dos seus conservadores e reacçãoários. Centenas de soldados foram enviados para o Tchad, para defender o governo contra a Frente de Libertação Nacional do Tchad (FROLINAT) que combate o regime opressivo do seu país...

A 27 de Junho de 1973 desencadeia-se o golpe fascista, antirepúblico e apoiado pelos EUA. A repressão abate-se sobre o país e menos de um mês depois, a 9 de Julho e na sequência duma grandiosa manifestação popular contra a ditadura, são detidos o general Seregni, presidente da Frente Ampla, e mais dois militares, o general Víctor Licandro e o coronel Carlos Zufriategui. A 20 de Março de 1974 Seregni demonstra em tribunal a ignominia das acusações esgrimidas contra ele. Apesar disso é condenado ao degredo. É então baptizado «o general do Povo» uma campanha mundial a seu favor liberta-o, após 18 meses de penosa reclusão.

Face à resistência cada vez mais forte do povo uruguai, a ditadura, como retaliação, não permite sequer que a Cruz Vermelha preste assistência aos milhares de esmagados que grassam pelo país, considerando «subversiva» toda e qualquer organização colectiva de solidariedade ou de assistência que ouse pretender auxiliar.

Seregni, General do Povo

Em 5 de Fevereiro de 1971 criou-se a «Frente Ampla», que apoiou a candidatura do general Liber Seregni à presidência do Uruguai; essa Frente popular integrava o Partido Comunista Uruguai e amplos sectores democráticos e progressistas do país, tendo recolhido 20% dos votos nas eleições presidenciais de Novembro desse ano.

Povo do Irão unido contra governo do Xá

Nestes últimos dias o Irão foi notícia. Não pelo seu peso como produtor de petróleo (o 4.º produtor mundial). Não pela submissa cobertura que dá, na OPEP, aos interesses dos EUA. Ou sequer pelas cínicas declarações do seu Xá no que respeita aos «direitos humanos» (!). Mas porque a luta popular contra uma política profundamente repressiva e lesiva dos interesses dos trabalhadores assumiu formas particularmente agudas.

Milhares e milhares de pessoas realizaram manifestações num movimento de protesto que abrangeu cerca de trinta cidades. Na capital — Teerão — ocorreram as maiores manifestações de sempre. Estas manifestações surgem na sequência de quase um mês e meio de protestos estudantis que rapidamente alastraram a outros sectores da população. O grande movimento popular tem contado com a participação, quer de elementos religiosos, muçulmanos, quer de membros do Partido Comunista.

A repressão não se fez esperar. O governo ordenou o encerramento das três universidades de Teerão. Todas as manifestações assumiram de facto o carácter de batalhas de rua. Ao fim de três dias de confrontos, as ruas de Teerão foram ocupadas por

religiosos, parece terem estado unidos nestas manifestações — pelo menos lado a lado — o que corresponde a um passo em frente na batalha contra o fascismo. Um passo em frente na unidade necessária, por que os comunistas sempre têm lutado e que sectores religiosos consideram também indispensável.

Apesar de um monstruoso corpo de polícia (em 1975 calculava-se que contasse com 30 a 60 000 elementos), apesar da monstruosidade da repressão (250 execuções conhecidas entre 73 e 75), apesar da tortura, dos desaparecidos, da clandestinidade em que lutam as forças de esquerda, das armas compradas aos EUA (o Irão é dos maiores compradores), apesar de possuir o maior exército de todo o Médio Oriente — o Xá do Irão, endeusado como outrora o imperador da Etiópia, mas não passando, como este, de um dos maiores exploradores do povo do seu país, tem o terreno a abrir brechas sob os seus pés. O exemplo próximo do Afeganistão, ali, paredes meias, não é de molde a augurar radioso futuro para as tiranias na zona.

À venda O Militante BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS Neste número: Defender Abril • Ensino para a democracia. Democracia para o ensino • Sobre a estruturação das Organizações • Uma bússola comum. O Marxismo-Leninismo • Os problemas de organização estão sendo mais discutidos • Sobre a criação da «Aliança Povo Unido» • Documentos: Por uma política democrática e patriótica • Ano 46 • Série IV • N.º 35 • Preço 7\$50

Respeitar o Outono da Vida

Em todas as sociedades capitalistas os idosos em geral são considerados como um peso morto, inútil por já não utilizável como força de trabalho. Mais que tolerados, são ignorados e abandonados à difícil luta diária pela sobrevivência.

Em Portugal, durante o fascismo, a situação não era diferente. Nem as próprias instituições ditadas de beneficência, onde as senhoras e senhores da alta roda representavam o espectáculo da caridadezinha na escola roubada da bolsa do povo, chegavam a proporcionar sequer o mínimo admissível de respeito pela condição humana.

O 25 de Abril de 1974 trouxe ao conhecimento da opinião pública o escandaloso drama de mais de um milhão de reformados e idosos, sobrevivendo na sua esmagadora maioria à custa das esmolas da família (e não só), nas mais degradantes e humilhantes condições para quem toda a vida, de uma forma ou de outra, criou riqueza. A situação no nosso país era de tal ordem chocante

que em 1969, na própria Assembleia Nacional fascista se afirmou que existiam em Portugal cerca de 700000 idosos, dos quais menos de cem mil "viviam" com uma pensão média de 700\$00 por mês, enquanto 14 a 15 mil "viviam" em asilos, comendo e dormindo mal, e apenas escassas centenas em lares ou centros de condições aceitáveis!

Quem poderá pois estranhar a esperança nascida nessa madrugada de Abril? Falava-se em justiça social, em engajamento colectivo na reconstrução nacional... Era o sonho da velhice segura, da

casa habitável, do alimento reconfortante, da saúde protegida. Era também o fim da marginalização, o convívio fraterno, o fim da inactividade forçada, a possibilidade de contribuir com um grande saber de experiência feito.

A Constituição viria a ser saudada por este mais de um milhão de idosos, que também aí se viram apoiados com a consagração do direito à velhice, à habitação, à segurança social.

Incentivados por um processo revolucionário no qual rapidamente se integraram, reformados e idosos organizam-se por

todo o país, ganhando dia a dia consciência que a unidade é a arma e a força com que podem contar na luta pelos seus mais que legítimos direitos. E também a solidariedade, que de há muito os trabalhadores de hoje compreenderam que serão eles os reformados e idosos de amanhã, e o direito à vida não termina com a incapacidade de trabalho.

A importância do contributo que os idosos podem dar à sociedade foi já amplamente demonstrada nos poucos anos decorridos depois de Abril. Das lutas por melhores condições de vida aos cursos de alfabetização levados a efeito, de tudo se tem feito com frutos bem mais dignificantes do que a esmola tradicional ou o isolamento de quem vai morrendo aos poucos.

E não se pense que foi fácil. Os brutais aumentos do custo de vida que desde 1976 vêm atingindo a população portuguesa, afectam antes de mais esta enorme camada desde sempre desfavorecida. Também a marginalização a que as entidades oficiais, com raras excepções, têm votado as organizações de reformados e idosos, em nada contribuiu, antes pelo contrário, para melhorar as suas condições de vida, nomeadamente com a aprovação de legislação injusta e discriminatória (caso da portaria 94/77, passe para a 3.ª idade, etc.).

As dificuldades da luta não são todavia obstáculo para quem nada tem a perder. Exigindo ser ouvidos no que



Após uma vida de labutas e canseiras esta mulher não dispõe sequer de um banco público para descansar



Apesar dos anos é forçoso continuar o trabalho para poder subsistir



Um olhar cansado sim, mas cheio de esperança num amanhã mais justo

O nível de vida dos reformados diminui desde 1975

Aumento dos Preços em 1977, com base nos preços médios de 1976 (INE)

Alimentação e bebidas	+ 42,9%
Vestuário	+ 29,2%
Calçado	+ 35,2%
Despesas de habitação	+ 36,6%
Saúde	+ 29,1%
Comunicações	+ 41,2%
Aumento médio (excluída a habitação)	+ 37,8%

Evolução do valor da pensão mínima

REGIME GERAL		REGIME RURAL	
Ano	Escudos	Ano	Escudos
1973	830\$00	1973	350\$00
1974	1650\$00	1975	900\$00
1975	2000\$00		600\$00
1977	2000\$00		
	+ 2250\$00		

organização. No próximo dia 27 de Maio tem encontro marcado no Pavilhão da Académica da Amadora. Das dezenas de milhares que por todo o país trabalham para a criação do Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), 750 delegados eleitos estarão presentes para em nome de todos exigirem bem alto o respeito pelo Outono da Vida.

Cidades do mundo apelam à luta pela paz e cooperação

Subordinada ao lema "O futuro das cidades - As cidades do futuro" realizou-se em Abril passado, em Milão, o VII Congresso das Grandes Cidades do Mundo.

Lisboa, que esteve representada pelo presidente do município, Aquilino Ribeiro Machado e pelo nosso camarada Silva Graça, vereador a tempo inteiro pela APU (a que posteriormente se juntou Nandim de Carvalho, do PPD/PSD), foi este ano escolhida pelo Congresso para fazer parte do respectivo Comité Directivo.

Segundo nos declarou Silva Graça este Congresso, que se realiza há sete anos em Itália, destina-se a promover e intensificar através de todos os meios e formas de cooperação as relações entre as grandes cidades do mundo com mais de trezentos mil habitantes ou

com os representantes da Grécia, Espanha e Etiópia.

Integrado nas visitas de estudo realizadas no decorrer da estadia em Itália, o camarada Silva Graça esteve numa moderníssima central de tratamento de lixo onde, numa forma exemplar de completo aproveitamento dos recursos existentes, ele é aproveitado para o fornecimento de energia eléctrica. O método é de tal forma eficaz que 15% da energia produzida pelo aproveitamento dos detritos abastece a própria central, sendo os restantes 85% aproveitados para o fornecimento de energia eléctrica à cidade de Milão.

Silva Graça inteirou-se ainda de como estão a ser recuperados os imóveis degradados pertencentes àquele município. Como nos afirmou a propósito, os moradores desses imóveis

instalados provisoriamente em habitações "volantes" enquanto se procedem às obras, as quais são feitas com total respeito pela arquitectura inicial. As rendas das habitações recuperadas não sofrem qualquer alteração.

A resolução destes problemas - com que Lisboa igualmente se debate - está intimamente ligada com outros mais gerais relacionados com o futuro das cidades e com a contribuição que as autoridades municipais podem e devem dar para a formação dos futuros centros urbanos.

Como se considera na Declaração final aprovada pelo Congresso das grandes cidades do mundo, os problemas socio-economicos não poderão ser desligados da garantia do direito à vida, através da paz, da segurança, da desanuviamento, da

cooperação internacional, do fim da corrida aos armamentos, da proibição das armas nucleares, do desarmamento universal e total.

Em nome do futuro das cidades, dos seus habitantes e de toda a humanidade, a Declaração do Congresso considera que as grandes cidades do mundo, as suas autoridades, as organizações nacionais e internacionais das cidades - dadas as suas responsabilidades específicas em relação ao problema da manutenção da paz e tendo em conta as possibilidades reais de exercerem influência nas "grandes decisões" políticas - devem e deverão colocar-se à frente da luta pela nobre causa da consolidação de uma paz duradoura no mundo.



Os que vendem o «Avante!» falam ao «Avante!»

O «AVANTE!» LEGAL!

OS COMUNISTAS NO GOVERNO PROVISÓRIO

Quatro anos volvidos sobre a publicação do primeiro número do «Avante!» legal, registamos depoimentos de alguns dos camaradas que, por todo o país distribuíam ou são responsáveis pela distribuição do nosso jornal. Como se processa a distribuição do órgão central do Partido, quais as perspectivas de aumento da expansão, foram algumas questões que colocámos.

Começámos pelo camarada João Palmeiro das Neves, operário, membro do Secretariado da célula da J.B. Cardoso, em Lisboa, que nos disse:

Além de ser responsável por um núcleo da célula, sou também responsável pela Informação e Propaganda. O «Avante!» é levado à fábrica por um camarada do Centro de Trabalho. Por vezes sou eu próprio que me encarrego desta tarefa, durante a hora do almoço. Na empresa distribuímos 47 exemplares. Metade deles é outro camarada que os distribui pelas secções mais perto dele. A outra metade sou eu que a distribuo. Quando o Partido necessita vou também vender o «Avante!» para o Largo do Calvário ou para o mercado da Boa Hora. Penso que é possível aumentar a venda que ainda há pouco aumentou. Mas val ser preciso mais trabalho.

Falámos depois com a camarada Maria Bernardette Henriques, responsável, na Organização da Amadora, pela distribuição do «Avante!». Todas as quintas-feiras distribui 360 exemplares.

Já levantei 700, comecei por dizer-nos, mas já há células, agora, que vão directamente buscar o nosso jornal à tipografia. Os exemplares distribuídos pelas empresas na Venda Nova, na Amadora, em Alfragide, na Buraca, neste momento o número de exemplares vendidos tem aumentado nestas empresas.

Por seu lado, o camarada Joséfredo dos Santos, operário, membro do Secretariado da Célula do Entreposto, em Setúbal, tem duas tarefas distintas. Disse-nos:

A minha tarefa na distribuição do «Avante!» é na empresa. Sou o responsável pela Informação e Propaganda lá, faço a distribuição pelos camaradas e recolho depois as receitas. Mas não fico por aqui. Quando posso vou também o «Avante!», junto à porta do mercado. Na fábrica são 110. No

mercado consigo vender cerca de 30. Às vezes mais...

Na venda no mercado - continuo - o mais importante às vezes não é só a venda do «Avante!». Contacto com mais pessoas, vou verificando o interesse das pessoas pelo que diz o nosso Partido. A maior percentagem dos que ali me compram o nosso jornal são mulheres. Acho que é um dever divulgar as posições do Partido junto das mulheres.

Foi a vez de ouvirmos o camarada Cassiano da Glória, operário, membro do Secretariado da Célula da Construtora Moderna, no Seixal.

Sou responsável de uma Comissão de Fundos e Informação e Propaganda da célula. Na empresa distribuímos cerca de 100 exemplares do «Avante!». A distribuição é feita à hora do almoço, mas não é feita de qualquer maneira. O «Avante!» é apreçoado, propagandeado junto dos trabalhadores.

O camarada Mário Vieira de Araújo, com quem falámos a seguir, é metalúrgico, membro do Secretariado da célula dos Estaleiros de Viana do Castelo. Explicou-nos:

Nos estaleiros temos três secções que estão organizadas para a distribuição. Os restantes exemplares sou eu quem os distribuí. Ainda vendo o «Avante!» a diversas camaradas, vou-lhes levar a casa. Procuo também camaradas e simpatizantes na cidade.

Haveria a possibilidade de aumentar a venda, tanto no estaleiro como na cidade, se outros camaradas dessem a sua colaboração. Há um café, em Viana do Castelo, por exemplo, onde outro camarada se ocupa da venda. É preciso ir ao encontro das pessoas.

Com o que vendo, na empresa e cá fora, são cerca de 200 exemplares. E procuro sempre fazer de modo a que não haja sobras.

Abordámos seguidamente

o camarada Francisco da Silva Jardim, antigo operário de mármore, membro da Comissão Concelhia de Vila Viçosa.

O nosso glorioso «Avante!», o jornal da verdade, é um manancial de esclarecimento para o nosso povo. E todo o militante consciente tem o dever de tentar aumentar a sua venda. Nos postos de trabalho, nos Centros de Trabalho e em todo o lado onde se encontra um operário ou qualquer espécie de trabalhador. Porque é, sem dúvidas, o jornal que defende as massas laboriosas e todo o povo.

Eu vendo 60 exemplares em Vila Viçosa, dos 80 que vêm para o Centro de Trabalho do concelho. São entregues aos amigos nas respectivas moradas e estou sempre

tentando arranjar mais amigos para aumentar a expansão do jornal. Comecei com 12 e hoje já vendo 60.

A camarada Clarisse Asseiceira Matias é operária agrícola, membro do Secretariado da Comissão Concelhia de Alpiarça. Recordou-nos que ainda há pouco tempo a venda do «Avante!» no concelho tinha merecido a atenção do nosso jornal.

A venda está organizada através de 43 camaradas, mulheres - disse-nos -, que dividem as ruas da vila entre si e fazem a distribuição porta-a-porta. Vendemos assim 750 exemplares. Pensamos e esperamos aumentar a venda.

Ouvimos seguidamente o camarada Fernando Santos Valente, operário electricista. Membro do Secretariado de Célula

da Rabor e da SIP concelhia de Ovar.

A distribuição do nosso jornal é coordenada por uma equipa de 10 camaradas que se responsabilizam pela venda do «Avante!» e do «Militante». Em média vendem 140 números na empresa. Neste momento fazemos um levantamento dos camaradas que compram o «Avante!» e preparamos-nos para aumentar a venda.

Finalmente o camarada Carlos Silva Fernandes, carteiro, membro da Comissão Concelhia de Vila Real de Santo António, explicou-nos como se processa a distribuição na sua terra.

A minha terra chegou 170 exemplares, 10 dos quais são para Vila Nova de Cacela, 25 para Monte Gordo e os 135 restantes para Vila Real de Santo António.

Os jornais chegam a uma taberna de um camarada onde alguns exemplares são vendidos. Há 2 células de empresa que vão lá buscar depois os seus exemplares ao fim da tarde, eu chego para levantar 35 jornais que vendo de porta-em-porta, na maioria a simpatizantes do Partido. Depois ainda apanho mais 10 jornais que entrego num apeleiro da CP. Mais tarde, cerca das 20 horas, volto à taberna a controlar os exemplares entregues e vendidos. À noite regresso ao Centro de Trabalho e, como fco de serviço à banca, vendo mais jornais e envio outros para outras células. Quando há sobras na chegada do jornal há sobras e aos sábados vou vender jornais para o mercado.

O «Avante!» legal surgiu há 4 anos

Fez agora quatro anos que, pela primeira vez, se publicou o «Avante!» legal. Nascido em 1931 em plena ditadura salazarista, vivendo nos dez anos seguintes uma vida irregular, reflexo das dificuldades então sentidas no movimento operário português sujeito a feroz repressão, nunca deixou o «Avante!», a partir de 1941 e até ao fim da ditadura, de se publicar regularmente.

O eclodir do 25 de Abril - para o qual o «Avante!», pelo seu longo combate contra a opressão e em defesa dos interesses populares, esclarecendo e mobilizando as massas e incentivando-as à resistência e à luta, também dera uma importante contribuição - criou as condições para a saída do «Avante!» legal. O primeiro número é publicado a 17 de Maio de 1974, com uma tiragem de meio milhão de exemplares, uma das maiores de sempre da imprensa portuguesa. A edição esgotou-se rapidamente, testemunhando o grande apoio popular ao PCP e ao seu órgão central.

É essa data, de grande importância e significado na vida do nosso jornal, que por si só simboliza as grandes alterações introduzidas pelo 25 de Abril na situação portuguesa, que hoje aqui evocamos. E, nesse sentido, damos a palavra a alguns dos que, com o seu esforço militante, contribuíram para a divulgação do «Avante!», fazendo com que ele seja aquilo de que muito todos nos orgulhamos: o semanário português de maior tiragem e divulgação.



Os que vendem e promovem a venda do «Avante!» têm dado uma contribuição decisiva para a divulgação e expansão do nosso jornal



POR UMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E PATRIÓTICA

**DOCUMENTO APROVADO
NA REUNIÃO PLENÁRIA DO COMITÉ CENTRAL
DE 14/5/78**

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



POR UMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E PATRIÓTICA

Na sua reunião plenária realizada em 14 de Maio, o Comité Central do PCP examinou a situação decorrente da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do Governo PS/CDS e das actividades desestabilizadoras e golpistas das forças fascistas e fascizantes.

O Comité Central examinou com particular atenção a situação económica e financeira do País, as medidas do Governo nessa matéria, o aumento do custo de vida, os acordos com o FMI e os seus presumíveis resultados, desastrosos para as classes trabalhadoras e as grandes massas da população, nomeadamente as classes médias, para a economia portuguesa e a independência nacional.

O Comité Central definiu os objectivos fundamentais duma política de verdadeira recuperação económica e resolveu propôr às forças democráticas e ao povo uma plataforma condensada em "10 Pontos-Programa".

Saudando os trabalhadores e os democratas pelas extraordinárias jornadas no 25 de Abril e do 1.º de Maio e sublinhando que o movimento operário e popular é força essencial no novo Portugal democrático, o Comité Central concluiu que se está verificando uma nova arrumação das forças sociais e políticas, e indicou a necessidade de se formar uma vasta frente social para a saída da crise, a recuperação económica e a defesa do regime democrático.

Considerando que os limites dos partidos deixaram de coincidir com os limites dos interesses de classe e com os limites das alianças, o Comité Central propõe o diálogo, a aproximação e o entendimento de democratas das mais variadas tendências, designadamente de comunistas e socialistas, com a perspectiva da formação de um bloco democrático e patriótico que crie as condições de uma alternativa democrática para a política actual e o Governo actual.

1. Governo PS/CDS política errada e nociva

1. O Governo PS/CDS, na continuidade do Governo PS sozinho aliado de facto à direita, insiste na sua política de recuperação capitalista, latifundista e Imperialista e procura fazer pagar ao povo trabalhador o preço da crise e todas as dificuldades e consequências de uma política desastrosa.

A política de recuperação capitalista mostrou, pelos seus resultados, que não está adaptada às novas realidades económicas criadas depois do 25 de Abril e que não é capaz de fazer sair Portugal da crise.

2. A evolução económica e financeira nos primeiros três meses deste ano mostra que o défice da balança comercial se agravou em mais de 29% (mais 6,4 milhões de contos) relativamente a igual período do ano anterior.

Nos primeiros 4 meses de 1978, as reservas em divisas diminuíram cerca de 6,5 milhões de contos. Paralelamente assistiu-se à delapidação das reservas de ouro, encontrando-se estas reduzidas a 740 toneladas, das quais mais de 400 hipotecadas (os dois últimos Governos venderam 120 toneladas).

A dívida externa global, que em Outubro de 1977 era de 205 milhões, situa-se no princípio de Maio em valor não inferior a 220 milhões.

3. Na produção agrícola, assistiu-se na zona da Reforma Agrária a uma das maiores sementeiras de sempre, como foi obrigado a reconhecer o Primeiro-

-Ministro. No entanto, as más condições climatéricas, o escândalo das sementes impróprias e sem poder germinativo fornecido à lavoura sob a responsabilidade da equipa Barreto/Portas, a falta de apoio técnico e de crédito levam à previsão de uma produção agrícola inferior à que se esperava, embora superior à do ano passado.

Nas outras zonas do país, o apoio aos grandes intermediários e intervenções desastrosas têm continuado a política de pauperização da agricultura. A quebra da produção agrícola só poderá ser compensada pelo aumento da produção animal, que tem tido especial incremento na zona da Reforma Agrária.

Na indústria não se assiste a qualquer recuperação nem da produção nem do investimento, ao mesmo tempo que se assiste a um agravamento da situação financeira das pequenas e médias empresas.

Nos serviços, numerosas empresas lutam pela sobrevivência.

O comércio, com excepção dos grandes intermediários, atravessa graves dificuldades.

4. A política de recuperação capitalista, acompanhada de espírito rotineiro, da falta de imaginação, de iniciativa e de confiança nos recursos e energias nacionais, já passou pela prova da vida. Conduziu em 1977 a um défice da balança de transacções duas vezes e meia superior ao previsto no Orçamento e Plano do Governo para esse ano, a um aumento da inflação, da dívida externa e do desemprego, a um agravamento da dependência do estrangeiro.

Tal política não só não conduz à recuperação económica e financeira e à saída da crise, como está conduzindo e continuará a conduzir à cada vez maior degradação da situação económica e financeira e a uma cada vez maior dependência do Imperialismo.

2. Agravamento das condições de vida do povo

1. A política dos "pacotes" do Governo PS/CDS, no prosseguimento da política do governo PS sozinho aliado de facto à direita, atinge com particular gravidade a situação das classes trabalhadoras, dos pequenos e médios agricultores, dos intelectuais, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, da juventude, das mulheres, dos reformados, dos pensionistas e dos deficientes.

2. O congelamento dos salários e o brutal aumento dos preços e dos impostos agravam a situação e o nível de vida das classes trabalhadoras e da população em geral, diminuem o poder de compra, aumentam a miséria das camadas de mais baixos rendimentos.

Os salários reais sofreram uma drástica redução no espaço de um ano.

Os preços continuaram a aumentar rapidamente. Os artigos incluídos na cabaz aumentaram 25% em média. Os transportes, electricidade, água e gaz aumentaram 50%, em média.

O número de desempregados aumenta, calculando-se que, do primeiro para o segundo semestre de 1977, tenha subido mais de 30 000. É previsível que, a não haver uma modificação da política do Governo PS/CDS, a situação económica da população se tornará insuportável, com o alastramento de privações, miséria e fome.

3. O acordo com o FMI capitulação ante o imperialismo

1. O acordo com o FMI coroa o fracasso da política económica e financeira do Governo e as sucessivas cedências e concessões ao grande capital e ao imperialismo.

Já antes do acordo final, no decurso de 1977, as medidas do Governo (desvalorização do escudo, aumento da taxa de juro, subida dos preços, inflação, descida dos salários reais, despedimentos, liberalização de importações) correspondiam às exigências do FMI.

O acordo agora concluído corresponde a uma capitulação ante o imperialismo estrangeiro e hipoteca o futuro de Portugal.

2. A desvalorização do escudo em cerca de 6,5% que prosseguirá de forma "deslizante" devendo atingir (na decisão governamental) até ao fim do ano cerca de 18% (taxa que, desde já, se pode prever será largamente ultrapassada) terá efeitos da maior gravidade. Encarecendo as importações e embaratecendo as exportações, conduzirá (em virtude das características do comércio externo português) não à diminuição mas ao agravamento do défice da balança comercial. Terá também como consequência o aumento da dívida externa e dos respectivos encargos:

A extinção do mercado de câmbio a prazo provocará um aceleramento do pagamento das importações com consequências negativas no défice das balanças de capitais e de pagamentos.

3. O aumento da taxa de redesconto do Banco de Portugal de 13 para 18% (o que representa um acréscimo de 38,46%) repercute-se de forma diversa nas diferentes

3. Paralelamente, a política económica e financeira do Governo beneficia o grande capital e é acompanhada de concessões e cedências altamente prejudiciais para a situação económica.

Novas concessões ao grande capital (regulamentação das indemnizações, créditos e financiamentos preferenciais, arquivo de processos a sabotadores da economia, devolução de empresas recuperadas aos patrões que as sabotaram, promessas de entrega de participações do Estado aos capitalistas) acompanham a política de sacrifícios impostos ao povo trabalhador.

Sucedem-se as entregas de empresas aos patrões que as sabotaram, acompanhadas de chorudas indemnizações e facilidades (Torraltá, Grão Pará, Xavier de Lima, Habitat, Seicla), enquanto durante o período de intervenção só lhes foram criadas dificuldades. O escândalo é tão clamoroso que grande parte das facilidades é expressa em protocolos secretos ilegais e imorais para que não sejam do conhecimento público e dos trabalhadores (Pão de Açúcar e Martins & Rebelo).

4. O agravamento da carga fiscal para 1978 (alargamento do âmbito e subida de 20 para 30% do adicional do imposto de transacções, adicional de 10% sobre imposto profissional, adicional de 15% sobre diversas contribuições e impostos, aumento dos impostos de selo e de veículos), intervém como um factor de recessão económica, de ruína de numerosas empresas, de aumento dos preços, de agravamento dos orçamentos familiares.

5. O Povo português sofre duramente as consequências da política de recuperação capitalista. Os trabalhadores e as massas populares não estão dispostos a aceitar passivamente a política dos pacotes.

taxas praticadas nas operações de crédito com consequências desastrosas nas pequenas e médias empresas, na política de investimentos e na produção, nomeadamente agrícola.

É de realçar que os aumentos das taxas de crédito foram inferiores às dos depósitos, o que significa uma diminuição dos resultados dos bancos em proveito dos capitalistas. O agravamento da taxa de redesconto implica também de imediato o aumento das taxas de juro das obrigações de tesouro, com reflexo no défice orçamental.

As limitações directas do crédito (135 milhões de contos para 1978 a empresas e ao Estado) representam uma redução real do crescimento do crédito estimado em pelo menos 25%.

As consequências de tal medida, conjugada com as anteriores, será a liquidação, falência ou agravamento da situação económica de muitas empresas, com a consequente redução da produção interna, aumento de preços e aumento do desemprego.

A contenção, contingentação e selectividade do crédito, embora beneficiando relativamente o sector capitalista, conduz à redução dos investimentos e ao refreamento da produção e outras actividades económicas, cria dificuldades gerais às empresas e afectará particularmente as empresas nacionalizadas obrigadas a recorrer ao crédito externo e outros sectores não capitalistas.

4. A diminuição das despesas do Orçamento do Estado reduzindo o investimento e o consumo público com todas as suas consequências, afectará também de maneira muito directa a situação das autarquias locais impedindo a resolução de problemas urgentes das populações e o saneamento financeiro das empresas públicas, beneficiando indirectamente as empresas capitalistas.

A liberalização do comércio externo (desmantelamento da sobretaxa e diminuição de contingentamentos) levará a um aumento de importações e a um consequente agravamento do défice da balança comercial.

5. O PCP não contesta a necessidade imperiosa de créditos externos na situação actualmente existente. Impõe-se porém procurar com diligência, rapidez, audácia e iniciativa, a diversificação das fontes e formas de crédito (designadamente por acordos de compensação). Os acordos com o FMI são altamente

4. Preocupante evolução da política externa

1. O PCP vê com particular apreensão a evolução da política externa portuguesa que acompanha a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e as negociações com o FMI.

O afunilamento crescente das relações externas, o seu bloqueamento com numerosos países e a colagem à política externa dos países imperialistas, designadamente dos Estados Unidos e RFA, criam sérios obstáculos a uma solução nacional dos problemas, tendem a tolher a iniciativa do país e restringem de facto a independência nacional.

2. O CC do PCP considerou com particular atenção problemas relativos à integração no Mercado Comum, à participação de Portugal na NATO e às relações com os países africanos.

O plano de Integração de Portugal no Mercado Comum continua a oferecer sérios perigos.

Primeiro, porque, dado o grande atraso relativo da economia nacional em relação aos países da CEE, a indústria e a agricultura portuguesas ficariam seriamente ameaçadas no dia em que desaparecesse a protecção aduaneira existente.

Segundo, porque o facto de a política económica da CEE ser determinada pelos interesses dos grandes grupos monopolistas, condicionaria também as decisões portuguesas na sua política interna.

Finalmente, porque a integração no Mercado Comum serve de pretexto às forças da reacção interna e do imperialismo para tentarem impor a Portugal a restauração do capitalismo monopolista, constituindo por isso também uma operação política para pôr em causa as transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril, o regime democrático português e a Constituição. Em vez de se ter em conta e partir das realidades e particularidades nacionais, busca-se transplantar e impor modelos e receitas estrangeiras; em vez de acautelar e reforçar a independência de decisão nacional, caminha-se para aprofundar as dependências nos mecanismos da supranacionalidade.

3. O PCP vê com inquietação e apreensão os termos com que alguns meios consideram a participação de Portugal na NATO.

Tendo sempre colocado, após o 25 de Abril, o problema da NATO com extrema moderação, considerando que a participação de Portugal não é questão a ser resolvida isoladamente mas no quadro mais largo do progresso do desanuviamiento e da segurança e cooperação internacionais, o PCP considera sua

5. Perspectivas sombrias

1. As medidas económicas e financeiras do Governo apontam para direcções completamente contrárias àquelas que seriam necessárias para a recuperação económica do País.

A diminuição forçada do ritmo do aumento de produção para uma taxa anual teórica de cerca de 3% afecta profundamente as possibilidades da recuperação e impede o aproveitamento e mobilização dos recursos internos que constitui a tarefa fundamental de uma

prejudiciais para a economia portuguesa, hipotecam o nosso futuro e comprometem a nossa independência.

É necessário impedir que Portugal fique de facto completamente nas mãos e sob o controlo do imperialismo e sujeito a novas e ainda mais gravosas imposições atentatórias da independência nacional.

obrigação advertir os patriotas portugueses para os seguintes factos:

a) Ligação da participação na NATO a exigências relativas à política interna do País; b) excessivas despesas resultantes da participação na NATO; c) intervenção de militares estrangeiros na orientação e direcção de tropas portuguesas; d) pressões resultantes da presença de bases em território português (Lages e outras); e) declarações de altos dirigentes da NATO no sentido do envolvimento cada vez maior de Portugal em planos agressivos do imperialismo.

O CC sublinha que as posições do PCP nesta matéria se inserem nos preceitos constitucionais segundo os quais Portugal preconiza "o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos". (Artigo 7.º da Constituição).

4. A política do Governo PS/CDS em relação aos países africanos não é a que melhor serve os interesses portugueses.

Quando o défice da balança comercial é um dos problemas mais agudos da economia portuguesa e Angola e Moçambique são dos poucos países com os quais o saldo é favorável a Portugal; quando empresas industriais como a Sorefame, a Duarte Ferreira e outras assinam importantes contratos com aqueles países e tais perspectivas poderiam ser amplamente alargadas; quando, com vantagens para ambas as partes, se poderia auementar o número de "cooperantes" portugueses, a reforçarem os laços de solidariedade já existentes; quando os governos desses países reiteram o seu desejo de ampla interajuda com o povo e a democracia portuguesa — o Governo PS/CDS, a par de isoladas declarações de princípios, tem actuado na prática de forma a prejudicar gravemente o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com esses países.

Permite que as forças da reacção, do antigo colonialismo e do fascismo, ligadas intimamente ao imperialismo, se sirvam do território nacional para daqui lançarem os seus ataques contra os novos países africanos, infringindo todas as regras internacionais de amizade e de leal colaboração. Permite que os órgãos de comunicação social, sem excepção dos nacionalizados, dêem ampla cobertura às campanhas de calúnias e de desinformação sobre a situação em África. Permite que as organizações fantoches como a UNITA, a FNLA e movimentos fantoches pseudo-moçambicanos actuem em plena liberdade no recrutamento de mercenários e na preparação de novos ataques a Angola e a Moçambique.

5. Para que Portugal não seja estrangulado pelas exigências do FMI e não se torne um país submetido ao imperialismo estrangeiro, é fundamental a rápida diversificação das relações externas.

política de recuperação económica verdadeiramente nacional.

A baixa do poder de compra e do consumo da população não é um estímulo às actividades económicas, mas um factor de recessão. A retracção do mercado interno coloca novas dificuldades à indústria, à agricultura e ao comércio nacionais.

A desvalorização do escudo e a liberalização das importações, medidas anunciadas como factores de reequilíbrio da balança externa, terão os efeitos inversos.

Com a actual política, as perspectivas da economia portuguesa não são de recuperação mas de progressivo afundamento.

2. A política económica e financeira actual tende a impor forte exploração às classes trabalhadoras e a sacrificar as pequenas e médias empresas ao grande capital interno e Internacional.

O crédito selectivo, a incomportável taxa de juros, o aumento dos preços e dos impostos, a orientação do comércio externo, as indemnizações, visam uma transferência da mais-valia dos sectores não capitalistas e das pequenas e médias empresas para os sectores ainda dominados pelo grande capital.

Com as medidas impostas pelo FMI, abre-se uma nova fase de recuperação capitalista, reacendendo-se o processo de centralização e concentração de capital.

3. A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, dado o descontentamento popular e a redução da base de apoio do Governo que provoca, é aplicada com utilização de medidas de carácter administrativo e limitativas de liberdades e direitos dos cidadãos.

Proibições e restrições à actividade sindical nas empresas, aumento da repressão patronal, despedimentos de dirigentes e delegados sindicais e outros trabalhadores destacados, são exemplos claros de como a recuperação capitalista é acompanhada pela restrição

das liberdades. Projectos de leis "regulamentadoras" confirmam o mesmo propósito.

Além disso, o novo e inevitável fracasso da política económica e financeira do Governo faz correr sérios perigos à democracia, pois o completo descrédito do PS pode criar condições propícias a uma alternativa abertamente reaccionária.

Tais perspectivas impõem a urgência de rectificações na política actual, de forma a criar condições para a solução dos problemas nacionais no quadro da democracia.

4. Os acordos com o FMI significam que a economia portuguesa fica amarrada a compromissos externos, incapacitada e impedida da mobilização dos recursos nacionais, cada vez mais dependente dos créditos externos e sob a constante ameaça de cortes de crédito e de intervenções do imperialismo. Significam na prática uma nova onda de aumentos de preços, perda brutal do valor dos salários, aumento dos despedimentos e falências, dificuldades insuportáveis para a grande maioria dos portugueses.

Tal perspectiva obriga à adopção de medidas de fundo que permitam a saída da crise preservando um dos bens fundamentais do povo e da nação portuguesa: a independência nacional.

6.

Actividades golpistas do fascismo e da reacção

1. A política do Governo PS/CDS, em defesa do grande capital contra as classes laboriosas, os seus nocivos resultados, a incapacidade do Governo para dar solução aos problemas nacionais, criam condições propícias ao desenvolvimento das actividades desestabilizadoras, conspiratórias e golpistas do fascismo e da reacção, tendo como objectivo a liquidação do regime democrático e a instauração de uma nova ditadura.

2. A forças fascistas e fascizantes estão neste momento polarizadas em torno do eixo MIRN/Kaúlza/PPD/Sá Carneiro, e buscam, através de frequentes viagens ao estrangeiro, apoios e auxílios dos meios mais reaccionários do imperialismo internacional.

Outros agrupamentos e sectores se juntam porém à conspiração e ao golpismo: o recém-ressuscitado PDC, cujo comício no Coliseu de Lisboa foi uma degradante amostra da mentalidade fascista, o PPM, que nos últimos tempos tem acentuado o seu ideário fascizante, sectores do CDS, e outros.

É também sabido que os conspiradores procuram aliciar militares e elaboram planos de golpes e pronunciamentos.

Estas actividades constituem um perigo real para a democracia portuguesa e obrigam a um reforço da vigilância democrática.

3. As actividades de desestabilização exercem-se pelas mais variadas formas e em todos os aspectos da vida nacional.

No domínio da propaganda e da diversão ideológica (através de jornais legais e de folhas clandestinas e contando por vezes com a cobertura da ANOP e de meios de comunicação social estatizados) multiplicam-se e sucedem-se ininterruptamente as campanhas de mentiras, de calúnias, de falsas informações, de vulgarização do ideário fascista.

No domínio económico, sucedem-se as ameaças e actividades dos grandes capitalistas, latifundistas, especuladores e seus representantes, de organizações como a CAP, a CIP e a CCP, sabotando efectivamente as actividades económicas, recusando-se a investir, apresentando ultimatos, fazendo pressões e chantagens.

No domínio político e político-militar, a reacção exige a revisão antecipada da Constituição, a destruição violenta das conquistas da Revolução, a demissão do Presidente da República, a dissolução do Conselho da Revolução, a restauração da hierarquia reaccionária tradicional, a modificação dos postos de chefia, a readmissão da oficialidade fascista afastada com o 25 de Abril e uma mascarada eleitoral, como no tempo do fascismo, para "legitimar" a nova ditadura.

Trata-se de uma ofensiva geral e planificada cujo perigo real não pode ser subestimado.

4. Numa tal situação, o CC do PCP considera que a decisão tomada pela Presidência da República, permitindo o regresso a Portugal de Américo Tomás, último presidente da ditadura fascista (cúmplice de Salazar e Caetano e um dos maiores responsáveis pelos crimes do fascismo), além de chocar profundamente um povo que sofreu quase meio século de violências, terror, arbitrariedades e crimes, anima os fascistas a prosseguirem e a intensificarem as suas actividades desestabilizadoras e golpistas.

5. As forças fascistas e fascizantes saem cada vez mais ostensivamente dos marcos da legalidade democrática. Utilizam todos os processos e meios. O terrorismo, o separatismo e a conspiração neo-colonialista constituem importantes instrumentos da conspiração.

O Terrorismo continua sendo uma perigosa arma do fascismo. Os atentados à bomba, as violentas provocações dos grupos de aruaceiros nazis, a formação de milícias privadas de gorilas em diversas empresas, violam diariamente a ordem democrática, ameaçam a tranquilidade e segurança dos cidadãos e constituem um factor de desestabilização.

O PCP reclama sérias medidas contra o terrorismo e a punição dos seus responsáveis. O PCP reclama que sejam tomadas medidas para pôr fim à situação degradante de juizes que violam as leis e libertam criminosos e para que seja finalmente assegurada uma justiça democrática no novo Portugal democrático.

6. O separatismo é instrumento da manutenção dos privilégios e da situação antidemocrática nos Açores e Madeira, dos planos reaccionários golpistas de desestabilização no Continente e de projectos de dominação imperialista por razões estratégicas.

O CC insiste na posição do PCP de combate firme ao separatismo, que se apoia nos governos regionais reaccionários do PPD/PSD, e de defesa intransigente da unidade da nação portuguesa e da integridade do território nacional.

7. A transformação de Portugal em base de conspiração e agressão contra os países que se libertaram do colonialismo português, impede o amplo desenvolvimento das relações de amizade com esses países e constitui uma situação indigna de Portugal democrático. Por outro lado, os agentes e mercenários da revanche colonialista intervêm na política portuguesa como um braço provocatório, terrorista e insurreccional do fascismo e da reacção.

O PCP denuncia vigorosamente as actividades contra RPA e a RPM que se estão desenvolvendo em Portugal, a protecção que é dada à UNITA e FNLA (organizações fantoches serventuárias do imperialismo), as reuniões, entrevistas, conferências de Imprensa de Chipenda, Chitunda e outros, as manobras antimozambicanas de Kaulza/Arouca, o recrutamento de mercenários para bandos armados de intervenção.

O PCP denuncia vigorosamente a articulação entre estas actividades conspiratórias do fascismo, da reacção, dos colonialistas, e os apoios que recebem de círculos reacccionários e meios ligados a órgãos de soberania, da imprensa estatizada, rádio e televisão, assim como de vários países imperialistas comprometidos na conspiração e preparativos de agressão contra a RPA e a RPM.

Condenando uma vez mais vigorosamente a recente e criminosa incursão armadas das tropas sul-africanas em Angola e as incursões providas da Rodésia em Moçambique, o CC expressa a sua firme solidariedade para com o MPLA — Partido do Trabalho e o povo de Angola e para com a Frelimo e o povo de Moçambique e reclama que o Governo tome medidas para pôr fim imediato às actividades que preparam agressões contra países amigos a partir de território português.

8. A reacção procura canalizar o profundo e justo descontentamento popular resultante da política do governo parra atribuir as culpas da situação ao 25 de Abril, provocar o descrédito e a condenação do regime democrático e a aceitação de uma alternativa autoritária e ditatorial.

Utilizando os meios mais sórdidos, a reacção procura também canalizar o descontentamento num sentido

anticomunista de forma a fazer crer que, no fim de contas, os comunistas são os responsáveis por todos os males, mesmo por aqueles que, com toda a evidência, resultam da política do Governo ou das actividades da reacção.

É necessário desmascarar vigorosamente a propaganda reacccionária que, criticando o Governo PS/CDS, procura convencer o Povo português, de que, caso a reacção tomasse conta do poder, resolveria os grandes problemas nacionais.

A política anunciada pela reacção-MIRN e PPD/Sá Carneiro — provocaria um alnda maior agravamento da situação dos trabalhadores e das classes laboriosas, um maior aprofundamento da crise e uma maior dependência em relação ao Imperialismo.

9. As linhas fundamentais da "alternativa" proposta pela reacção são muito claras:

No plano económico, os objectivos da reacção são a liquidação violenta da Reforma Agrária e das Nacionalizações, a destruição do sector público, a entrega da economia nacional aos grupos monopolistas reconstituídos e ao imperialismo estrangeiro.

No plano político, os objectivos da reacção são a liquidação das liberdades democráticas para (nas palavras de Kaulza) "banir o comunismo, o socialismo e o centrismo" e a instauração duma nova ditadura que logo lançaria uma onda de repressão e de terror.

Uma tal política precipitaria o desastre nacional, seria a liquidação do regime democrático, com a instauração dum regime ditatorial e terrorista, com a opressão e miséria do Povo português, com a efectiva transformação de Portugal numa semicolónia do Imperialismo.

10. A Assembleia da República e o Governo devem tomar medidas para (nos termos da Constituição) proibir as organizações e actividades fascistas. Há que combater a conspiração fascista, certos de que a maior força do fascismo é a impunidade com que actua. A reacção não se acalma nem se apazigua recuando perante as suas pressões e exigências, mas fazendo-lhe frente com decisão.

7.

Alternativa necessária (10 Pontos Programa)

1. O previsível fracasso do Governo PS/CDS coloca a necessidade de encontrar uma alternativa democrática.

A duração do Governo até às eleições de 1980 é muito pouco provável. Não só existem graves contradições na coligação como os factos mostram que a política de recuperação capitalista conduz à degradação progressiva da situação, ao agravamento intolerável do nível de vida do povo, a um aprofundamento da crise, à repetição ou agravamento dos défices externos, ao crescente endividamento, e, como consequência, a uma grande instabilidade.

É de prever a redução progressiva da base de apoio do Governo. A sua viabilidade será cada vez mais precária.

2. O fascismo e a reacção jogam no previsível fracasso do Governo PS/CDS para imporem, como "alternativa", a saída do PS do Governo, a liquidação do regime democrático e um governo ditatorial, sob uma ou outra forma. Não é de excluir que, numa tal tentativa, se possam vir a entender PPD/MIRN e largos sectores do CDS.

Além desta conspiração, são também de referir actividades de políticos que, desacreditados nos seus próprios partidos e sem qualquer base de apoio, procuram aparecer, acima dos partidos como os "tecnocratas" de eventuais "soluções" anticonstitucionais.

3. A defesa do regime democrático, dos interesses do Povo português e da independência nacional exigem, por um lado, imediatas medidas correctoras da política do Governo de forma a tornar eficiente a acção governativa na solução dos mais graves problemas nacionais e, por outro lado, a elaboração das linhas fundamentais duma política que ofereça para o Governo actual e para a política actual uma alternativa democrática no quadro das instituições.

4. O PCP considera que a política necessária deverá ter objectivos essenciais capazes de unir todos os democratas e patriotas numa política comum e num projecto nacional.

Com essa finalidade, o CC do PCP propõe às forças democráticas e ao Povo português uma plataforma condensada em 10 Pontos-Programa:

1.º Respeito, defesa e estabilidade das instituições democráticas e do regime democrático consagrado na Constituição, fazendo frente a tentativas de desestabilização e a quaisquer planos para impôr alternativas anticonstitucionais.

2.º Garantia efectiva do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional combatendo as organizações e actividades fascistas e terroristas, mantendo a ordem democrática, procedendo à democratização e à Reforma da Justiça, pondo definitivamente termo a saneamentos à esquerda no aparelho de Estado e nos organismos económicos.

- 3.º **Defesa intransigente da unidade nacional e da integridade territorial**, respeitando a autonomia regional nos termos da Constituição e combatendo firmemente as actividades separatistas.
- 4.º **Manutenção, sem alterações, dos limites entre as várias formações económicas** (empresas privadas, empresas nacionalizadas, UCPs e Cooperativas agrícolas, empresas em auto-gestão e cooperativas, pequena produção mercantil) reconhecendo a dinâmica própria de cada qual e apoiando com eficácia as suas actividades produtivas.
- 5.º **Mobilização dos recursos e energias nacionais para a saída da crise, através do aumento da produção industrial e agrícola**, designadamente de artigos que actualmente se importam, do planeamento e coordenação dos vários sectores e empresas, de uma política de emprego, de crédito, de investimentos, de preços e de comércio externo inspirada pelo objectivo da efectiva recuperação económica.
- 6.º **Austeridade e poupança de recursos**, através da contenção das despesas sumptuárias ou mais facilmente dispensáveis, da preocupação geral de redução de gastos, de campanhas nacionais contra os desperdícios e as situações deficitárias.
- 7.º **Defesa e melhoria do nível de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias**, através duma política que mantenha o poder de compra, actualize salários, subsídio de desemprego, abonos familiares, pensões e reformas, garanta o direito à livre contratação colectiva, fixando em 12 meses o tempo máximo da vigência das tabelas salariais, ponha fim a despedimentos arbitrários, dê segurança no emprego e crie aceleradamente novos postos de trabalho, e relativamente a pequenos e médios agricul-

tores, comerciantes e industriais, quadros técnicos, profissões liberais, dê solução efectiva aos seus mais prementes problemas.

- 8.º **Reforma do ensino para a democracia e o progresso social e promoção de uma política cultural ao serviço do povo** traduzindo-se na concretização de um Plano Nacional de Alfabetização, em programas de formação profissional e elevação do nível cultural do nosso povo, na ligação da escola à vida e à actividade produtiva, no acesso dos trabalhadores a todos os graus de ensino, na gestão democrática das escolas, no incentivo à livre actividade criadora dos artistas e das massas populares.
- 9.º **Unidade das forças armadas e estabilidade militar**, fundadas no reconhecimento da sua missão constitucional como garantes do regular funcionamento das instituições democráticas, do cumprimento da Constituição, da independência nacional, da unidade do Estado, da integridade territorial.
- 10.º **Diversificação das relações externas de amizade e cooperação com todos os países e povos**, mantendo as relações tradicionais e desenvolvendo e aprofundando as relações com outros países, nomeadamente países socialistas e novos países africanos, na base da igualdade, das vantagens recíprocas, do respeito pela soberania e da não ingerência nas questões internas.

5. Apresentando os 10 Pontos-Programa, o CC do PCP está seguro de indicar direcções fundamentais duma política nacional capaz de unir democratas e patriotas e de mobilizar as energias populares para salvar Portugal do desastre, resolver os problemas, prosseguir o regime democrático e assegurar a independência nacional.

8.

Urgente consolidação das transformações democráticas

1. Na raiz dos principais problemas e dificuldades da vida nacional está a ofensiva contra as transformações democráticas realizadas nas estruturas económicas após o 25 de Abril.

As tentativas para a sua grave limitação ou liquidação gradual e os planos e actuações visando a sua liquidação brutal e violenta são factores de desestabilização e têm impedido a adopção de uma política que, tomando em conta as novas realidades, dê solução aos problemas que Portugal defronta.

2. A ofensiva contra as Nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo de gestão, assim como a restituição ao patronato sabotador de empresas intervencionadas, o agravamento da situação dos pequenos e médios agricultores, designadamente dos rendeiros, e uma política conducente à ruína e falência das pequenas e médias empresas, constituem alguns dos principais factores da degradação da situação económica e financeira nacional.

A entrega aos antigos patrões das empresas do sector nacionalizado, como a CIP e os partidos reaccionários exigem, significaria graves perturbações na produção, despedimentos em massa, intensificação brutal da exploração.

A entrega de terras aos agrários, como exigem a CAP e os partidos reaccionários, significaria um profundo golpe na produção agrícola, muitos milhares de desempregados, terras novamente abandonadas e miséria e fome nos campos alentejanos.

A pretensão de conferir ao sector capitalista a primazia na recuperação económica, função de sector

de arranque e a prioridade nos apoios, facilidades, vantagens e benefícios concedidos pelo Estado em matéria de crédito, fiscalidade, comércio externo, etc. insere-se na política de recuperação capitalista, corresponde a um projecto de restauração do poder monopolista e não só não facilita como contraria a recuperação económica.

3. Uma política económica e financeira capaz de resolver os graves problemas existentes, conduzir à saída da crise e ao arranque para um desenvolvimento ao serviço do povo e da independência nacional, terá de partir das novas realidades nas estruturas, do respeito pelos limites das várias formações económicas, da estabilidade desses limites e do estímulo a todos os sectores com o critério de tornar o mais eficiente possível a sua contribuição positiva para a economia nacional.

4. Na nova realidade socioeconómica criada depois do 25 de Abril a efectiva recuperação económica exige:

I Quanto às empresas nacionalizadas:

É condição da sua própria existência que não seja permitida a constituição de empresas privadas em sectores básicos nacionalizados, nem a concessão da sua exploração e gestão a entidades privadas, nem a integração no sector privado de empresas indirectamente nacionalizadas.

São urgentes e indispensáveis, medidas para dinamização das empresas nacionalizadas, nomeadamente no domínio dos investimentos, da planificação, da sua reestruturação, de modo a torná-las mais eficientes, aumentar a produção e a produtividade e, nos casos necessários, combater os défices.

II Quanto à Reforma Agrária

O único caminho justo da solução dos problemas litigiosos é o diálogo, a negociação e a concertação, designadamente nas demarcações de reservas.

A viabilidade das UCPs e Cooperativas, o direito de preferência nos casos de arrendamento de terras entregues como reserva, a reabertura do Crédito Agrícola de Emergência, a concessão de créditos para investimentos, a conversão de dívidas para créditos a médio e a longo prazo, o escoamento de produtos, preços compensadores, a autonomia de gestão deverão ser assegurados.

O desenvolvimento económico na zona da Reforma Agrária exige também a revogação do decreto da comercialização da cortiça e a continuação das expropriações de terras legalmente expropriáveis.

III. Quanto aos Pequenos e Médios Agricultores

Garantias de preços compensadores e escoamento dos produtos, política favorável dos preços dos factores de produção, facilidades de crédito, são condições para o aumento da produção e o desfogo dos pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros, seareiros).

Seguros Agro-Pecuários e Previdência para os agricultores, em particular abonos de família e melhoria das pensões, são direitos reconhecidos constitucionalmente, reivindicados pelos agricultores e factores de desenvolvimento e melhoria de vida na agricultura.

No que respeita aos rendeiros, impõem-se medidas urgentes contra as violências, os despejos abusivos, a destruição das culturas, a elevação exorbitante de rendas praticados pelos senhorios ricos. A alteração do Decreto-Lei 76/77 é um imperativo de justiça e uma exigência da economia nacional.

Os apoios técnicos e financeiros para a formação de cooperativas de pequenos agricultores, constituem instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento da agricultura neste sector.

IV. Quanto às Empresas Intervencionadas

Embora seja impossível reparar os estragos económicos e sociais, causados pelas desintervenções e restituição de empresas ao patronato sobotador, é indispensável pôr termo às desintervenções escandalosas e reexaminar os casos de desintervenções mais chocantes, bem como os casos em que o patronato revanchista prossegue os velhos processos de exploração e gestão.

A análise prévia com os trabalhadores da situação nas empresas intervencionadas é o único caminho para serem devidamente acautelados os interesses dos trabalhadores e da economia nacional e se encontrarem as soluções mais justas e vantajosas.

V. Quanto às Empresas em Auto-Gestão e às Cooperativas Operárias de produção:

É indispensável garantir que não serão devolvidas empresas nas quais houve abandono dos meios de produção e actividades delituosas contra a economia

nacional, bem como nos casos em que a auto-gestão dos trabalhadores conseguiu uma real recuperação das empresas.

Impõem-se disposições legislativas para defesa destas empresas e também medidas concretas para a resolução dos seus problemas estruturais, nomeadamente de ordem financeira, tecnológica e administrativa.

VI. Quanto às Empresas Privadas

Ao contrário do que afirmam as campanhas anticomunistas, o PCP reclama segurança e garantia ao sector de iniciativa privada não monopolista para participar no desenvolvimento geral do País no campo de acção económica que a Constituição define.

São necessários apoios e estímulo aos investimentos do sector privado de modo a ser-lhe possível uma participação activa e frutuosa no desenvolvimento económica.

O desenvolvimento da colaboração entre empresas privadas e empresas públicas ou nacionalizadas, as autarquias locais e os serviços administrativos do Estado; a concessão de créditos e condições preferenciais para empreendimentos destinados ao fabrico nacional dos bens essenciais, nomeadamente quando substituem produtos importados; a criação de esquemas de apoio à exportação — contam-se entre as medidas necessárias de apoio ao sector privado.

VII. Quanto às Pequenas e Médias Empresas Industriais e Comerciais:

No sector privado, as pequenas e médias empresas requerem apoios especiais.

O funcionamento efectivo e alargado do IAPMEI na defesa e dinamização das pequenas e médias empresas, uma política de crédito preferencial para as PME's, apoios técnicos ajustados, facilitação do escoamento de produtos, medidas de carácter fiscal e aduaneiro estimulantes para o aumento de produção e facilidades na obtenção de meios de produção, nomeadamente matérias-primas são medidas urgentes para que este importante sector da economia nacional possa dar contribuição efectiva para a saída da crise.

5. A política de recuperação económica proposta pelo PCP na base do respeito pela diversificação das formações económicas existentes, da sua dinamização, da mobilização dos recursos e energias nacionais com o apoio activo dos trabalhadores, — permitiria a redução e posterior desaparecimento dos défices das balanças comercial e de pagamentos, a saída da crise, a libertação da carga do endividamento externo e o arranque para o desenvolvimento da economia portuguesa no quadro da democracia e da independência nacional.

9.

O movimento popular, força essencial do novo Portugal democrático

1. Rectificações da política do Governo e uma alternativa democrática só serão possíveis na base

da unidade e da força organizada do movimento operário e popular e da unidade das forças democráticas e patrióticas.

2. As gigantescas e exaltantes manifestações do 1.º de Maio (no prosseguimento das manifestações contra o custo de vida e das comemorações do 25 de Abril) constituíram poderosa afirmação de que os trabalhadores e a esmagadora maioria do povo se opõem

a qualquer tentativa de regresso ao fascismo e estão firmemente dedicados a defender os seus direitos, as liberdades e as outras conquistas da Revolução, o regime democrático e a independência da Pátria. Estão prontos a empregar a sua energia, a sua iniciativa e o seu dinamismo na obra de recuperação económica e da construção da sociedade democrática cujos traços fundamentais são indicados no projecto constitucional.

3. A organização e unidade da classe operária expressa-se com extraordinário vigor no movimento sindical.

O movimento sindical unido e organizado em torno da CGTP-IN desempenha importantíssimo papel na organização e mobilização dos trabalhadores para a luta em defesa dos seus interesses vitais e das conquistas da Revolução, contra a política de recuperação capitalista, pela defesa e consolidação do regime democrático.

Os inimigos dos trabalhadores, os fatores da recuperação capitalista, não desistem de dividir o movimento sindical. Multiplicam-se os centros divisionistas, os cursos promovidos por agentes do imperialismo, os subsídios com tais finalidades. Lacaios do patronato anunciam a criação de sindicatos paralelos e centrais fantasmas.

Contra a unidade e a liberdade sindical, continuar-se-á certamente a ofensiva na qual se inscreve a tentativa de fazer aprovar uma nova lei sindical.

Tais manobras merecem vivo repúdio dos trabalhadores. Tal como as anteriores, **estarão votadas ao fracasso.**

As sucessivas vitórias das listas unitárias nos primeiros 4 meses do ano corrente na sequência das vitórias do ano anterior, as decisões e votações das assembleias sindicais, a intensa actividade dos sindicatos, Federações, Uniões e da Confederação evidenciam a independência de classe, **o elevado grau de organização, a inabalável unidade e a vida democrática do movimento sindical português.**

Além de outros significados, as manifestações do 1.º de Maio testemunham a força, o prestígio, o apoio de massas, da CGTP-IN, que as promoveu e dirigiu.

O aperfeiçoamento da organização, a reestruturação, quando necessária, das comissões sindicais de empresa, a coordenação entre os trabalhadores da produção, dos serviços e os quadros, contam-se entre as mais importantes tarefas imediatas.

O reforço da unidade sindical não só é necessário como é possível.

As **Comissões de Trabalhadores** apesar da repressão patronal continuam também a desempenhar importante papel na unidade dos trabalhadores, na defesa dos seus interesses e na prática do controlo operário. Importa prosseguir o esforço para o seu reforço, a sua natureza democrática e a sua coordenação a nível sectorial e regional.

Os **organismos unitários de base** mantêm uma grande vitalidade. Muitas **Comissões de Moradores** intervêm activamente na resolução dos problemas locais e na defesa dos interesses concretos das populações.

A dinamização destas formas de organização é essencial para a mobilização de massas e o sucesso da luta popular.

4. As organizações e movimentos camponeses têm conhecido um rápido desenvolvimento, alargando-se a todo o País, criando sólidos núcleos ganhando apoio de amplas massas de pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros, seareiros).

Ligas e Movimentos assim como **Cooperativas** de pequenos e médios agricultores passam a ter uma intervenção essencial na defesa dos interesses do campesinato. Mobilizam massas cada vez mais numerosas, dando passos seguros para a ampliação e reforço das suas formas de coordenação e organização verdadeiramente independentes e representativas à escala regional, sectorial e nacional. A CAP aparece cada vez mais isolada e desmascarada como mero instrumento político das forças mais reacçãoárias.

5. No movimento operário e popular desempenham importante papel as organizações e os movimentos

da Juventude e das Mulheres e as organizações e actividades das diversas classes, camadas e estratos sociais interessados no prosseguimento do processo democrático de conteúdo anti-monopolista.

O movimento da **Juventude Trabalhadora e Estudantil** tem alargado a sua actividade, organização e expressão unitária, na luta contra o desemprego e pelo direito ao trabalho; contra a repressão patronal e as discriminações; pelo direito ao ensino e à gestão democrática das escolas; contra a droga e a delinquência juvenil e no trabalho associativo, cultural e desportivo da juventude.

A actividade preparatória do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes tem reforçado a unidade juvenil em torno dos ideais da Paz, Amizade e Solidariedade anti-imperialista.

O desenvolvimento do movimento juvenil é inseparável do reforço da influência da UJC e da UEC e do aumento dos seus efectivos.

O movimento das **Mulheres**, fortalecido e alargado nas suas várias formas de organização nacional, regional e local - MDM, Sindical, Comissões Unitárias - mobiliza cada vez mais amplas camadas de mulheres trabalhadoras, donas de casa e outras, à volta dos seus problemas, interesses e objectivos específicos bem como contra a alta do custo de vida, na defesa da democracia e das conquistas de Abril.

Os **intelectuais**, os artistas, os professores, os médicos, os jornalistas, etc., duramente atingidos na sua situação económico-profissional e actividade criadora, prosseguem as suas corajosas lutas, unindo-se mais e juntando-se mais à luta de todo o Povo.

O recente Encontro sobre o Ensino, promovido pelas organizações do PCP, mas que teve uma larga participação unitária, constituiu um contributo valioso para a defesa de uma reforma do ensino para a democracia e o progresso social.

Os **quadros técnicos** têm com os restantes trabalhadores e operários muitos interesses solidários. A sua participação na luta por uma saída democrática para a crise e pelo desenvolvimento económico, o seu empenhamento na defesa da eficiência das empresas, abre perspectivas ao êxito da sua luta comum com os restantes trabalhadores por adequadas remunerações e condições de trabalho.

Os **pequenos e médios comerciantes e industriais** estão interessados na consolidação da política anti-monopolista. A diminuição do poder de compra da população restringindo o mercado interno afecta profundamente estes sectores. A defesa dos seus interesses passa pelo estabelecimento de formas de unidade, ligação e cooperação entre si, pelo exame colectivo da situação pelos interessados, pelo reforço da sua unidade e pela conquista de apoios e estímulos que lhes têm sido negados, os quais permitam a manutenção e expansão da sua actividade económica.

Os **reformados e pensionistas** desenvolvem e reforçam a sua organização, participam de forma crescente e activa na vida social e política, dirigem a luta pela satisfação das suas próprias reivindicações.

Os **deficientes** desenvolvem igualmente a sua organização e lutam contra as condições de abandono a que estão sujeitos.

As actividades das mais variadas **organizações de massas**, (colectividades, clubes recreativos e desportivos, grupos artísticos) constituem um importante factor de unidade democrática de vastas massas populares, na base de uma actividade progressista.

6. No movimento operário e popular e na unidade dos democratas cabe importante papel a organizações e iniciativas unitárias com objectivos específicos: Luta pela paz, resistência antifascista.

O movimento em defesa da Paz, pelo desarmamento, e em especial, contra a produção da bomba de neutrões ganha cada vez mais amplitude, exprimindo-se de Norte a Sul do País em importantes acções em que participam homens e mulheres das mais variadas tendências políticas, formação ideológica e crença religiosa.

7. A actividade nas autarquias insere-se na grande frente de luta pela defesa dos interesses populares e da democracia.

A luta pela rápida aprovação duma justa lei de finanças locais, a luta pelo normal e efectivo funcionamento dos órgãos autárquicos e adequada composição

10. A unidade de democratas e patriotas

1. A unidade de democratas de todas as tendências nas diversas frentes de luta com os mais diversos objectivos e nas mais diversas organizações é uma tarefa fundamental permanente e implícita em toda a acção política e em toda a luta popular.

O CC do PCP saúda os partidos e agrupamentos democráticos, assim como numerosos democratas sem filiação partidária que apesar da diferença de pontos de vista cooperam com o PCP e os seus militantes.

2. Na unidade dos democratas e na resistência aos planos fascistas e fascizantes, representa um papel de primeiro plano o entendimento entre **comunistas e socialistas e a sua acção comum**.

O CC do PCP sublinha a necessidade vital e inadiável, para fazer frente ao fascismo e à reacção e para resolver os graves problemas nacionais, **da busca conjunta de soluções por comunistas e socialistas a todos os níveis e em todos os sectores da vida nacional**.

O CC do PCP saúda os numerosos membros do PS que, em diversos sectores da vida nacional e em diversas frentes de luta, cooperam com os comunistas e outros democratas na defesa do interesse comum e na resolução dos problemas concretos que se lhes deparam.

O CC do PCP, **ao defender a unidade dos democratas e patriotas não faz qualquer exclusão desde que, no concreto, haja acordo quanto aos objectivos e haja disposição quanto à luta comum**.

3. O esquerdismo confirma-se no quadro da luta de classes, como um factor negativo, aparecendo objectivamente considerado como uma forma complementar da reacção.

O esquerdismo procura desorientar e dividir os trabalhadores, empurrar para formas de acção inadequadas e provocatórias, separar as massas das suas provadas organizações sindicais e políticas de classe.

No terreno sindical, nas Associações de Estudantes e noutros sectores, a apresentação de listas esquerdistas certos da derrota e com restrito apoio, tem conseguido em repetidos casos impedir a vitória de listas unitárias e possibilitado a vitória de listas de direita.

O esquerdismo encontra cada vez menos receptividade nas massas.

Alguns agrupamentos (MRPP, PC de P.(m-l), AOC e outros) que em 1974/75, pretendiam aparecer como os mais revolucionários, revelaram-se provocadores neo-fascistas, usando a foice e o martelo e a bandeira vermelha, falando muito no proletariado, mas servindo de facto a direita, aberta e declaradamente o grande capital e os partidos reaccionários.

A UDP embora utilizando uma linguagem mais habilidosa, copiando do PCP muitas análises, consignas, iniciativas e palavras de ordem, para mais facilmente confundir as massas, perde posições.

O lançamento do **partido otelista**, que apoiado numa intensa propaganda, pretende aparecer como um grande partido de trabalhadores, saldou-se no estrondoso fracasso do seu primeiro Congresso e do seu comício com casa vazia.

O CC insiste na necessidade de grande vigilância em relação a concepções e a iniciativas aventureiras de carácter terrorista que, partindo embora de grupos com

dos Conselhos Municipais, são importantes aspectos da luta mais geral em defesa dos interesses das populações.

A unidade dos eleitos e das populações em torno da resolução dos problemas concretos é não só uma condição indispensável para a solução destes problemas como um importante contributo para a coesão e unidade do Povo português.

linguagem pseudo-revolucionária, poderão ser de facto instrumentos da extrema-direita e de serviços de provocação do imperialismo.

O assassinato de Aldo Moro é um exemplo e um aviso de como o fascismo e o imperialismo procuram mascarar a sua acção e os seus crimes com uma fachada pseudo-revolucionária.

O CC alerta contra os perigos do aventureirismo esquerdista e os objectivos provocatórios que poderão eventualmente ter acções Inconsideradas organizadas por grupos irresponsáveis.

O CC, ao mesmo tempo que sublinha que na luta de massas não se devem fazer exclusões a trabalhadores influenciados pelo esquerdismo, **insiste na necessidade de continuar firmemente o combate político e ideológico às concepções e actividades esquerdistas.**

4. Uma nova arrumação das forças sociais e políticas resulta inevitavelmente da crescente agressividade do grande capital, do imperialismo, das manobras conspiratórias e golpistas das forças reaccionárias, fascistas e fascizantes, no sentido da rápida, inconstitucional e violenta destruição das conquistas da Revolução, da liquidação do regime democrático e da restauração do poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários.

Os objectivos da reacção atingem os interesses de amplos sectores da pequena e média burguesia que, embora discordantes ou desconfiadas em relação às transformações revolucionárias, verificadas depois do 25 de Abril, tão pouco estão interessadas na restauração do poder monopolista que significaria a liquidação de milhares de empresas e uma verdadeira cruzada de centralização e concentração de capital, beneficiando um número muito reduzido de multimilionários à custa de toda a população.

5. Estas contradições de interesses reflectem-se nos partidos políticos burgueses, provocando no seu seio tendências, fracturas e grupos divergentes. Nas próprias esferas do Governo há objectivos diferenciados e contraditórios. Os limites dos partidos políticos deixaram de coincidir com os limites dos interesses de classe e com os limites dos sistemas de alianças.

As forças da desestabilização e da conspiração, embora polarizadas de momento em torno do eixo MIRN/Kaúlza-PPD/Sá Carneiro, não se confinam nos limites destes partidos, antes contam com alianças e cumplicidades em vários outros agrupamentos (PDC, PPM, sectores do CDS, grupelhos nazis, etc.).

Inversamente, a linha de defesa da democracia não se confina na fronteira do movimento operário e popular, designadamente nos limites do PCP e outros partidos e grupos de esquerda.

Mesmo no PPD e no CDS existem forças e elementos que se opõem à conspiração fascista, às tentativas de desestabilização e de liquidação do regime democrático.

6. Tendo em conta a tendência para uma nova arrumação das forças de classe, o CC do PCP salienta a necessidade de que a classe operária, ao mesmo tempo que desenvolve a luta na defesa dos seus interesses vitais, tome a defesa dos interesses das classes e camadas fortemente atingidas pela política do Governo PS/CDS e ameaçadas pelos planos reaccionários de restauração do poder dos grandes capitalistas e agrários, de forma a criar-se uma vasta frente social para a saída da crise, a recuperação económica e a defesa do regime democrático.

7. Tendo em conta as contradições e conflitos internos existentes nos vários sectores políticos, o PCP propõe o diálogo, a aproximação e o entendimento de democratas das mais variadas tendências com a perspectiva da criação de um bloco democrático e patriótico, com participação de partidos, organizações, sectores e democratas individualmente considerados que compreendam a necessidade de uma política que permita a Portugal sair da crise, empreender o desenvolvimento económico, criar o bem-estar material e cultural do Povo, assegurar a continuidade do regime democrático e a independência nacional.

8. Para fazer frente à política antipopular do Governo PS/CDS, para defender os salários reais e o poder de compra do Povo, combater a conspiração fascista e alcançar uma alternativa democrática, — a actividade e as lutas de massas desempenham papel determinante.

Não é a luta dos trabalhadores mas as próprias medidas do Governo que têm um carácter desestabilizador.

O profundo desacordo e a resistência popular à política do Governo e às actividades e ameaças da reacção, expressam-se em variadas formas de luta, como assembleias, plenários, encontros, manifestações, concentrações, paralisações e greves.

O CC do PCP, sublinhando como necessário, justo, inevitável o recurso à greve, que tenderá a multiplicar-se (cerca de 100 greves com a participação de cerca de meio milhão de trabalhadores nos primeiros 4 meses do ano corrente), sublinha ao mesmo tempo que os trabalhadores têm utilizado essa arma de luta com alto sentido de responsabilidade, tendo em conta a situação económica e financeira do País.

No quadro das instituições, o desenvolvimento em todas as frentes da luta das massas populares, unidas e organizadas é de importância vital.

9. A par da luta de massas revestem grande importância diligências com espírito de diálogo junto dos órgãos do Poder e actuações concretas que contribuam para resolver os problemas nacionais (grandes sementeiras e aumento da produção nas UCPs e Cooperativas, dinamização de empresas nacionalizadas, realizações das autarquias em benefício das populações, etc.).

As formas de actuação e de luta não têm aplicação mecânica e rotineira. Devem ser escolhidas segundo as condições concretas existentes e tendo sempre em

conta, tanto a situação no âmbito da actuação e da luta, como a situação à escala nacional.

10. Os trabalhadores, o povo português, todos os democratas têm de encarar o futuro com confiança. O fascismo e a reacção conspiram mas as forças da democracia estão em condições de cortar-lhes o passo. A actuação do Governo PS/CDS é errada e nociva. Mas é possível conseguir rectificações positivas e alcançar finalmente uma alternativa democrática para a política actual e para o Governo actual.

No quadro das forças políticas portuguesas, o PCP, — partido da vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, partido temperado e experimentado em dezenas de anos de luta nas mais difíceis condições, partido a cuja actividade estão intimamente ligadas as transformações democráticas após o 25 de Abril, — continua a desempenhar um papel essencial e insubstituível, na defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, das liberdades e das outras conquistas da Revolução, na consolidação e prosseguimento do regime democrático e na defesa da independência nacional.

A política do PCP encontra um apoio cada vez mais amplo, firme e entusiasta das massas trabalhadoras e das forças democráticas.

As soluções dos problemas nacionais e o caminho para alcançá-las que o PCP indica ganham rapidamente terreno na opinião nacional.

O PCP reforça-se. Depois da grande promoção nos últimos meses de 1977, continuam a verificar-se numerosas inscrições. A propaganda alarga-se. Forjam-se novos quadros capazes, dinâmicos, dedicados, ligados às massas. As iniciativas de massas do PCP contam-se entre as maiores de sempre.

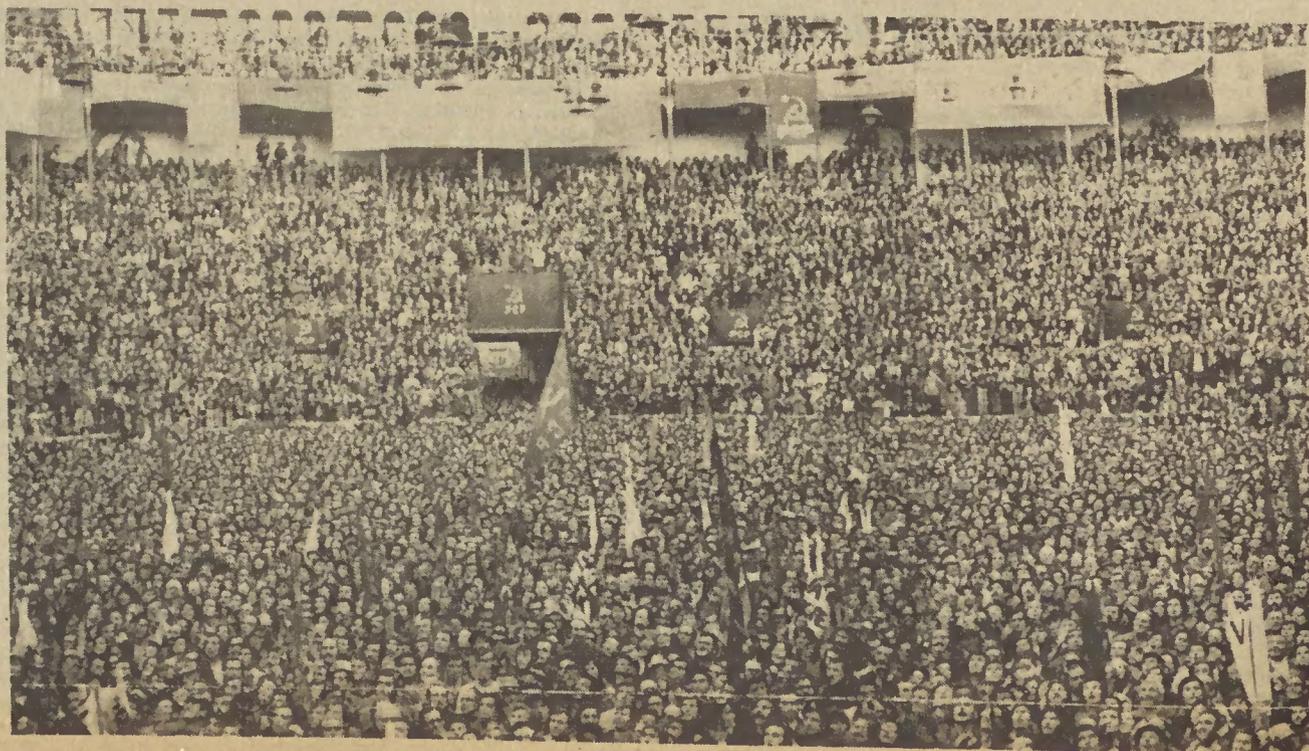
O PCP aparece aos olhos duma parte considerável do Povo português como o Partido cuja contribuição é indispensável para fazer Portugal sair da crise e para resolver os problemas nacionais. Aparece como o Partido da liberdade, da democracia, da independência nacional, do socialismo.

O PCP continua unido, firme, aberto ao diálogo e confiante.

Na linha das gloriosas tradições do Partido, os comunistas não pouparão trabalho e esforços para estarem à altura das suas responsabilidades e da confiança que nele deposita grande parte do Povo português.

14.5.78

O Comité Central
do Partido Comunista Português





CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Na passada terça-feira realizou-se no Centro de Trabalho Vitória uma conferência de Imprensa para divulgação dos resultados da reunião plenária do Comité Central do PCP. Encontravam-se presentes os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Jorge Araújo, do Secretariado do CC, e Aurélio Santos, do Comité Central.

Depois de uma introdução em que deu a conhecer os aspectos fundamentais do documento saído da reunião do CC, o camarada Álvaro Cunhal respondeu às questões que lhe foram postas pelos inúmeros jornalistas presentes. É uma parte substancial dessas respostas que seguidamente transcrevemos.

Os partidos e a política de alianças

A afirmação contida no documento do Comité Central de que os limites dos partidos políticos deixaram de coincidir com os limites dos interesses de classe e com os limites dos sistemas de alianças foi objecto de várias perguntas, tendo o camarada Álvaro Cunhal afirmado nomeadamente:

O que nós dizemos — e é a afirmação do Comité Central do nosso Partido, na sua última reunião — é que os limites dos partidos não coincidem com os limites dos interesses de classe e das suas contradições. Isto é: dentro dos partidos burgueses e do próprio Partido Socialista (para o não considerar um partido burguês) há contradições de classe, há choques de interesses de classe e é desses choques que resultam as divergências políticas.

Essas divergências políticas não são apenas ideias que cada senhor adquire no seu gabinete em resultado do estudo em meia dúzia de livros. Essas divergências profundas que aparecem nos partidos políticos são resultado de conflitos de interesses que têm a sua tradução nas medidas propostas, na política que cada qual entende necessária.

O que realmente se passa é que classes e camadas da população que não sentiam até hoje o peso da recuperação capitalista começam a sofrê-la fortemente. Estavam em partidos que defendem a recuperação capitalista, pequenos e médios agricultores, pequenos e médios comerciantes, pequenos e médios industriais, estavam no PPD, no CDS, no PS, e até diziam "muito bem: esta política é boa; vai contra a Reforma Agrária, vai contra o controlo operário, vai contra o movimento operário". Mas começam agora a ver que não vai só contra

o movimento operário e contra a Reforma Agrária, que esta política de recuperação capitalista não tem em vista defender os interesses apenas dos capitalistas portugueses: tem em vista a restauração do poder económico do grande capital e dos grupos monopolistas. Começam a ver na prática como lhes toca directamente nos seus interesses a política de recuperação capitalista ao serviço de uma restauração ulterior do poder político e económico dos monopólios. E vêem-no através da elevação das taxas de juro, do aumento dos impostos e de outras medidas. Há muitos comerciantes que hoje já começam a dizer "mas como é isso?! Nós não estamos pela descida dos salários reais dos trabalhadores e a diminuição do seu poder de compra, porque vemos que nas nossas lojas nos compram cada vez menos. Assim como vemos em 1974 e em parte de 1975 que vendíamos muito mais, porque tinha havido o aumento do salário mínimo nacional e os aumentos de salários que permitiam aos trabalhadores consumir mais, comprar mais". Isso refelctiu-se numa reanimação de sectores industriais — sector das bebidas, dos alimentos, do vestuário — que tiveram reanimações em virtude do alargamento do mercado interno. Este exemplo não é de perder de vista. Hoje em dia, os comerciantes veem muitos menos gente que chega ao balcão para comprar. E começam a sentir, na verdade, que os afecta também a eles esta política de recuperação capitalista.

Os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes começam a estar em desacordo com esta política do Governo PS/CDS. E onde é que eles estavam? Muitos deles estavam no PS, estavam no CDS, estavam no PPD. Alguns podem ser levados a pensar que uma solução de extrema-direita lhes pode resolver os problemas. É um perigo real. Estas camadas podem ter uma inclinação para a extrema-direita. Mas muitos pensarão que não, que há uma alternativa democrática.

O nosso Partido, ao propor uma alternativa democrática e ao propor uma política económica e financeira baseada nos interesses do nosso povo, do nosso país, da independência nacional, propõe uma política que responde aos interesses reais dessas classes e camadas da população. E é por isso que o nosso Comité Central, nesta reunião, insistiu na necessidade e mesmo no carácter imperativo de que a classe operária e o seu Partido de classe, o nosso Partido, o Partido Comunista

Português, apoie (e apoie através de uma acção política determinada) os interesses daquelas classes e camadas que não estão interessadas no regresso do capitalismo monopolista. Não só defendemos uma política de defesa dos interesses das classes trabalhadoras mas também uma política de defesa dos interesses da pequena e da média burguesia, ou de extractos da e média burguesia, que não estão interessados na restauração do poder do grande capital e dos latifúndios.

O "presidencialismo"

Há presidencialismo e presidencialismo e presidencialismo. Fala-se muito. Há muitas correntes, muitas opiniões. Não se pode dizer que haja uma corrente presidencialista. Sabe-se que a Constituição da República Portuguesa consagra um sistema político que não é presidencialista nem parlamentarista, mas que tem um pouco de qualquer deles. E tem ainda outros elementos originais que o diferencia dos regimes que têm Assembleia Legislativa resultante do sufrágio universal em países do ocidente europeu.

Naturalmente que há o presidencialismo do Kaúlza de Arriaga. É um presidencialismo. É um presidencialismo fascista. Talvez com Sá Carneiro como primeiro-ministro, ou talvez até com qualquer outro general como presidente e Kaúlza de Arriaga chefe das Forças Armadas — sabem-se lá as combinações que

podem ser tomadas nos gabinetes... Mas, de qualquer forma, há esse presidencialismo fascista. Há também pessoas que têm desejado por vezes, em momentos de crise, uma intervenção mais activa do Presidente da República Portuguesa.

Também há correntes de colagem. Trata-se de tecnocratas mais ou menos habilitados (por vezes até muito mal habilitados, ainda que pensem que são bem habilitados), que pretendem colar-se para qualquer solução anticonstitucional. Também há tal presidencialismo.

Portanto, há muitas correntes e tendências presidencialistas. Pensamos que algumas, em termos gerais, se podem inserir no jogo dos órgãos de soberania no quadro constitucional e que outras se podem inserir, pelo contrário, em manobras de carácter golpista, tendo em vista a destruição das instituições democráticas e a liquidação do regime consagrado na Constituição, antes que fosse sequer autorizada a revisão constitucional nos termos da Constituição, ou seja, 1980.

A situação interna dos partidos portugueses

As divergências, crises e conflitos verificados nos partidos portugueses, nomeadamente a situação do PPD/PSD mereceram perguntas, tendo o secretário-geral do PCP, numa primeira resposta afirmado:

Não é por acaso que nós pomos PPD-Sá Carneiro. É para dizer de que PPD se trata. Há PPD e PPD. Assim como há presidencialistas e presidencialistas, também há PPD e PPD e PPD. E há um PPD-Sá Carneiro. É a esse que nos referimos. Neste momento, quando dizemos "está polarizada a conspiração e as manobras desestabilizadoras em torno da coligação MIRN-Kaúlza e PPD-Sá Carneiro" é para caracterizar bem de que PPD se trata. Não há nenhuma rectificação à ideia que já foi expressa publicamente pelo nosso Partido no sentido de dizer que há sectores do CDS que acompanham de perto essa manobra de desestabilização.

Mais adiante e acerca da eventualidade de cisões, disse o secretário-geral do PCP:

Ainda que nos acusem — como sabem — de termos uma grande "frota submarina" sempre a provocar rupturas nos partidos alheios (sempre que têm uma divergência séria — são os comunistas, é o "submarino"! Isto parece uma lenda, uma história, uma anedota, embora seja uma questão muito séria: houve alguns casos em que se fizeram campanhas nacionais e internacionais para acusarem o Partido Comunista de ter provocado rupturas noutros partidos) nós não intervimos na vida interna dos outros partidos. Eles que resolvam os seus problemas. E não tomamos posição em relação a essa vida interna.

Podemos fazer uma apreciação e a apreciação que temos é que há esses conflitos pelas razões que foram apresentadas.

Quanto à ruptura do PPD/PSD, não sei bem se haverá ou não ruptura. É difícil prever se será favorável ou desfavorável. Em abstracto, pode considerar-se esse problema: se houvesse uma ruptura em que ficassem os homens "ultras" da direita

pequenos e ficasse uma corrente liberal, podia ser positivo; se fosse o contrário, já seria muito negativo.

Quanto ao Partido Socialista, o Partido Comunista tem muitíssimas vezes insistido em que, no quadro da democracia portuguesa, um Partido Socialista forte, unido, com uma política favorável às classes trabalhadoras e aos interesses nacionais seria um elemento positivo na construção de uma sociedade democrática. A sua política actual não serve nem o nosso país, nem o nosso povo, nem, a nosso ver, o Partido Socialista. Temos a esse respeito numerosos testemunhos de militantes socialistas, de eleitores e simpatizantes socialistas que têm muito boa cooperação com os comunistas nos mais variados sectores da vida nacional, e que não estão de acordo com a política actual do Governo PS/CDS. Quanto à ruptura não lhe posso dizer mais nada.

A única coisa que posso acrescentar é que poderá haver perigo de ruptura noutros partidos, mas no Partido Comunista não vemos nenhum sintoma desses perigos, nem de conflitos internos. Estamos todos unidos e unidos — podemos dizer — de alto a baixo. E com uma vida democrática, sem intervenções administrativas, sem decisões disciplinares, sem a expulsão de militantes, sem conflitos ideológicos.

Realizámos um debate franco, fraternal, democrático de opinião, em que os 142 512 militantes que existiam em meados de Janeiro (e que agora são mais alguns, mais algumas boas dúzias...) sentem que dão uma participação activa para a definição da linha do Partido. No nosso Partido, todos os militantes têm voz, todos os militantes intervêm, na definição da nossa orientação e é por isso que algumas pessoas estranham que os comunistas, nos encontros, nos congressos, levantem todos o cartão vermelho e aqueles olhos curiosos que procuram dum lado e de outro onde é que há um cartão que vota contra, onde é que há um cartão que se abstém, ficam surpreendidos! Não temos nenhum botão para provocar a elevação dos cartões vermelhos! Isso deve-se à consciência dos militantes que votam com o seu Partido, que vêm na linha definida também a sua participação, a sua intervenção, a sua opinião, veem lá a sua ideia, aquilo que pensaram e que de facto foi tido em conta pelo grande colectivo partidário que há pouco era de 142 512.

A posição do PCP face aos órgãos de soberania

Este aspecto foi focado em várias perguntas e respostas, abordando essencialmente as relações com a Presidência da República e o Governo. Disse o secretário-geral do PCP:

O PCP não é um partido de colagem. O Partido Comunista tem a sua política própria, tem a sua orientação própria. Define-a e defende-a com independência, independentemente também das posições e das orientações daqueles que ocupam os órgãos do Poder.

Em relação aos órgãos do Poder — Presidência da República, Governo, Conselho da Revolução, Assembleia da República — é conhecida a nossa posição de há muito: o diálogo e os contactos necessários para procurarmos dar a nossa informação

e opinião reclamando ou expondo aquilo que entendemos ser necessário e útil ao nosso país e ao nosso povo.

A nossa conduta em relação ao Presidente da República é determinada por esta posição geral em relação aos órgãos de soberania.

E noutro passo:

Não há nenhum diálogo permanente ou regular entre o nosso Partido e os partidos do Governo. Mas é sabido que delegações do PCP têm ido a Ministérios falar com os ministros respectivos para expor as nossas posições em relação a vários problemas nacionais.

Procuramos e procuraremos na medida do possível junto dos órgãos de soberania, concretamente junto do Presidente da República, junto do Governo, expormos as nossas opiniões e, as soluções que temos para os problemas e alertar para os perigos de uma política que com toda a evidência vai conduzir Portugal a dificuldades maiores.

O PCP e a política do Governo PS/CDS

A posição do PCP relativamente à política do Governo PS/CDS, constituiu o tema de numerosas perguntas e respostas de que destacamos as seguintes passagens:

Nós não estamos interessados em provocar a queda do Governo apenas para fazer cair o Governo. Estamos interessados em que caia o Governo para vir outro Governo. Isto significa que a situação é estudada em todos os seus aspectos e que, naturalmente, não nos lançamos numa campanha para provocar a queda do Governo. Não somos aventureiristas e procuramos, sim, as soluções que sirvam o nosso país.

Pensamos que esta política não serve, que é uma má política, que pode conduzir a um desastre nacional e que é particularmente arriscada para a democracia portuguesa.

Ainda sobre a questão das rectificações à política governamental:

Que haja divergências é natural: se há divergências dentro do CDS, se há divergências dentro do PS, como é que não há-de haver divergências no Governo?! E é até devido a essas divergências no Governo que concluímos que há posições diferenciadas em relação aos vários aspectos da situação nacional: ao perigo fascista, ao separatismo, às actividades terroristas, à política económica.

Vemos possibilidades de uma discussão, num confronto, num diálogo, num aprofundamento da discussão dos problemas, se chegar à conclusão que são possíveis rectificações em tal ou tal aspecto da política nacional, mesmo antes da substituição do Governo, e que é possível preparar uma alternativa democrática cuja necessidade se imporá indiscutivelmente, em resultado do fracasso da política económica e financeira actual.

E, sobre a questão concreta da política de salários e preços:

Aqui está também uma matéria em que pensamos que, não apenas por razões de justiça social, que impediriam que ao mesmo tempo que se está a apertar o cinto dos trabalhadores, se

abra o Governo com generosidades para com os capitalistas, mas por razões do interesse da economia nacional se tornam necessárias rectificações que consideramos possíveis. Lutamos, naturalmente, por uma alteração de fundo na política nacional, mas ao mesmo tempo insistimos em rectificações. O que corresponde a dizer, no que respeita por exemplo a preços e salários, que a luta reivindicativa dos trabalhadores, a sua luta pelo aumento de salários, contra o aumento do custo de vida, são de facto intervenções rectificadoras de uma política. Não se trata apenas de lutas reivindicativas, de lutas em que há exigências por parte de classes sociais, são também intervenção directa para a solução dos problemas nacionais, intervenção rectificadora.

Se o Governo souber olhar para a situação real, para a realidade criada pela Revolução Portuguesa, a realidade das formações económicas que foram criadas e que existem ainda na nossa economia, e se puser os critérios nacionais acima de quaisquer outros, não tenhamos a menor dúvida que se podem ainda hoje resolver muitos dos problemas económicos e financeiros do nosso país.

E ainda:

São necessárias rectificações, na medida do possível para já. Rectificações que impeçam que caiamos nesse grande buraco que será uma bancarrota financeira, que significará pendurarmo-nos na corda dos empréstimos externos até que o país seja morto por asfixia como um enforcado. Ao mesmo tempo, é necessário o aprofundamento do estudo e do exame da situação e das medidas necessárias ao país e ao povo para se encontrar uma alternativa democrática.

É com esta intenção e com este propósito que procuramos juntos dos órgãos de soberania — Presidência da República, Conselho da Revolução, Governo, na Assembleia da República, através da intervenção do nosso Grupo Parlamentar, na busca de acordos, na discussão de leis, na proposta de leis, na discussão na especialidade de leis que eventualmente passaram na generalidade mas que pensamos podem ter rectificações úteis — é com esta intervenção que procuramos servir o nosso povo e resolver as dificuldades actuais, e impedir que caminhemos para um buraco donde depois será extraordinariamente difícil sair — e será extraordinariamente difícil sair em liberdade e independentes.

A Reforma Agrária e a acção dos esquerdistas

Os esforços desenvolvidos pelo esquerdismo na zona da Reforma Agrária e a acção dos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo foi focada pelos jornalistas, tendo o camarada Álvaro Cunhal afirmado:

Há quem no nosso país, como em todos os países, pense que provocar conflitos sociais agudos é um sintoma de mérito revolucionário. Ora, provocar esses conflitos pode ser mérito ou demérito. Isso depende das circunstâncias.

Nós não somos um Partido que procure provocar conflitos sociais agudos. O que nós procuramos encontrar são soluções adequadas à situação nacional no quadro das instituições democráticas.

Pensamos, em relação à Reforma Agrária, que as nossas tarefas devem procurar, na situação presente, defender a Reforma Agrária utilizando muitas formas de intervenção, de actuação e de luta.

Sabe-se bem que os trabalhadores da zona da Reforma Agrária têm-na defendido com grandes e muito grandes concentrações e manifestações. Ultimamente, no 1.º de Maio e nas comemorações do 25 de Abril, viram-se no Alentejo manifestações como, segundo dizem os nossos camaradas, jamais se tinham visto e que expressam a vontade e a determinação dos trabalhadores da Reforma Agrária e da população dessa zona em geral de defender aquilo que alcançaram com a obtenção das terras que eram dos latifundiários. Mas também intervêm doutra forma. Ainda que muitos tenham procurado ridicularizar essa forma de intervenção em defesa da Reforma Agrária, os trabalhadores alentejanos das UCP's e Cooperativas também as defenderam realizando no Outono do ano passado as maiores sementeiras de sempre e voltando a uma grande campanha das sementeiras da Primavera, numa altura em que a própria Reforma Agrária estava ameaçada. Foi uma forma de intervenção, de luta em defesa da Reforma Agrária e uma contribuição efectiva para a solução dos problemas nacionais, para a solução dos problemas económicos.

Quanto à aplicação da lei, há na verdade factores inquietantes — e não são poucos. Se, por exemplo, se confirma que são distribuídas circulares das instâncias oficiais, portanto do Ministério, convidando agrários que têm terras expropriadas a indicarem mais 20 mil pontos além dos 50 mil que foram contados para as expropriações. Pensamos naturalmente que é uma política perigosa e que a aplicação retroactiva dos critérios

de reserva da lei Barreto provocará inevitavelmente grandes dificuldades.

No que respeita à defesa da Reforma Agrária, entendemos que é necessário negociar. Não é uma posição só nossa. Os trabalhadores da zona da Reforma Agrária manifestam o seu apoio à negociação em casos litigiosos e perigosos para a Reforma Agrária, como é o caso das reservas. Procuram entendimentos para assim se encontrarem as soluções mais adequadas, seja no que respeita à própria pontuação, seja no que respeita à localização das reservas, seja no que respeita aos sistemas de compensação com terras de outras zonas, seja no que respeita à expropriação de terras expropriáveis ainda não expropriadas, seja no que respeita à preferência no arrendamento naqueles casos em que as reservas são arrendadas. Procuram através da negociação o máximo de possibilidades de manterem a viabilidade das UCP's e das Cooperativas na situação actual. É dentro deste naipe de possibilidades que os trabalhadores da zona da Reforma Agrária têm defendido com êxito a Reforma Agrária, de tal forma que se pode ver que, ao fim de bastante tempo de ofensiva contra a Reforma Agrária, no fundamental a Reforma Agrária continua de pé, as terras expropriadas continuam nas mãos das UCP's e Cooperativas, os trabalhos agrícolas têm continuado sob a gestão autónoma dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores. Vê-se, portanto, que as formas de actuação e a conduta política e social dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária têm mostrado alta consciência política, alta consciência de classe, uma percepção da situação e dos seus perigos e a capacidade real de trabalhar e de intervir para a solução do grande problema agrário e da Reforma Agrária e para a solução dos grandes problemas nacionais.

A impaciência, a precipitação, os apelos a soluções radicais na zona da Reforma Agrária poderiam, se os trabalhadores fossem atrás de certos cantos de sereia pseudo-revolucionários, conduzir a Reforma Agrária a um desastre. Sabemos que, no domínio económico, há propagandistas que querem que os trabalhadores das UCP's que estão em dificuldades exijam à própria UCP — salários que a UCP não está em condições de pagar — e que considerem a Unidade Colectiva ou a Cooperativa como se fosse uma empresa capitalista. Da mesma forma, há aqueles que dizem que fazer greve numa UCP ou numa Cooperativa é uma forma de luta. Forma de luta contra quem? Fazer uma greve contra a própria UCP ou Cooperativa que pertence aos trabalhadores?

Entretanto, aparecem essas linguagens pseudo-revolucionárias na zona da Reforma Agrária, a quererem levar os trabalhadores para posições que no fim de contas indicariam, se as tomassem, uma perda do espírito de classe, da consciência real



das transformações económicas realizadas e da necessidade de defenderem essa grande transformação que houve nos campos do Alentejo e do Ribatejo e que foi a substituição dos latifúndios por Unidades Colectivas e Cooperativas geridas autonomamente pelos trabalhadores e pelos pequenos e médios agricultores.

E também aparecem outros que dizem: "Pois bem, vamos para os conflitos agudos, revolucionários". Procuram arrastar os trabalhadores para conflitos que, não tenhamos a menor dúvida, em certas conjunturas teriam provocado a intervenção militar

violenta e teriam provocado talvez uma repressão destruidora na zona da Reforma Agrária. Os trabalhadores da zona da Reforma Agrária têm tido uma conduta que, aos olhos de todos os sectores democráticos conscientes, só os eleva, como esforço interveniente na construção de uma democracia com reformas sociais profundas e na defesa dessa conquista magnífica da revolução portuguesa e tem de se considerar que democracia portuguesa sem Reforma Agrária deixaria de ser democracia. No nosso país, democracia e Reforma Agrária fundiram-se já no projecto constitucional e na própria realidade que continuamos a viver.

O movimento sindical

Acerca da posição do PCP relativamente ao Movimento Sindical e à ofensiva divisionista, disse Álvaro Cunhal:

Eu posso dar um exemplo concreto, que é conhecido, que é o exemplo das eleições para o Sindicato dos Bancários, que, na verdade, tem uma direcção PPD.

Como todos se lembram, nessas eleições houve quatro listas. A lista do PPD teve seis mil e tal votos, a lista unitária teve seis mil e tal, a uma diferença de cem votos aproximadamente; depois, houve uma lista com três mil votos apoiada pelo Partido Socialista; e uma lista apoiada por agrupamentos esquerdistas — e não só, também a UESD — que teve mil e tal votos. Vê-se bem que o PPD teve seis mil votos contra um total de dez mil votos: PS, unitários, esquerdistas e não só. Isto indica que o PPD não tem a maioria no sindicato, mesmo nesse sindicato que é bastante complexo no que respeita às profissões, às categorias profissionais. Mesmo aí não tem a maioria, e votou nele muita gente que nem era PPD.

Desde que haja um mínimo de unidade dos democratas, a direita não tem qualquer possibilidade de passar nos sindicatos.

Portanto, não vemos com demasiada apreensão a situação, tanto mais que as listas unitárias, neste caso e noutras, ganham bastante mais apoio em relação às eleições anteriores.

Mas quero ainda referir o seguinte: a CGTP-IN tem no total, se a memória não me falha, cerca de um milhão e 600 mil trabalhadores associados nos sindicatos que representa; a totalidade de todos os outros sindicatos tem 300 mil e tal trabalhadores, sejam os sindicatos controlados ou dirigidos por gente ligada ao PPD e ao CDS, sejam os sindicatos — meia dúzia deles — controlados ou pelos esquerdistas ou pelo PS.

O movimento sindical está unido e vai continuar unido. As tentativas de divisão (mesmo aquelas que não se tomam ridículas, como a formação de sindicatos paralelos que praticamente não existem ou centrais sindicais que não são mais que três ou quatro senhores sentados a uma mesa) estão condenadas ao fracasso e o 1.º de Maio mostrou bem a unidade dos trabalhadores e a sua determinação em defender a unidade sindical em torno da CGTP-IN.

O regresso de Américo Tomás

O ex-almirante Tomás — como se sabe, o último presidente da ditadura fascista, — foi um dos grandes responsáveis pelos crimes que se cometeram em Portugal durante muitos anos, podendo mesmo acrescentar-se que numa fase da ditadura fascista, quando Marcelo Caetano iniciou a sua manobra chamada liberalizante, o almirante Tomás era um dos homens que animava os "ultras" a resistirem contra quaisquer medidas

que pudessem permitir à Oposição Democrática alargar a sua acção. Na relação de forças do regime, era um "ultra" e foi um "ultra" na última fase da vida da ditadura.

Pensamos que a decisão da Presidência da República sobre o seu regresso, além de chocar profundamente os sentimentos dos antifascistas, os sentimentos daqueles que sofreram longos anos o terror fascista, os sentimentos do nosso povo, não pode deixar de ser considerada um estímulo às forças fascistas e reaccionárias, que aproveitarão esta decisão à sua maneira, ainda que não fosse esse o seu objectivo.

